

MARY NEIVA SURDI

PARA QUE SERVE A COMPARAÇÃO AFINAL?
UMA PROPOSTA SEMÂNTICA PARA A ANÁLISE DA COMPARAÇÃO

**Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-
Graduação em Letras - Lingüística, Centro de
Comunicação e Expressão, Universidade Federal
de Santa Catarina.**

**Orientador: Dr. Heronides Maurício de Melo
Moura.**

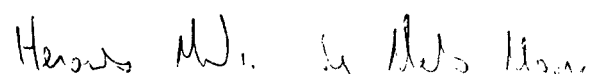
FLORIANÓPOLIS - SC

1998

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do grau de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina.


Prof Dr^{ca} Loni Grimm Cabral

Coordenadora


Prof Heronides Maurílio de Melo Moura

Orientador

Apresentada à Banca Examinadora:


Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura


Dr^{ca} Edair Gorski


Dr^{ca} Mara Zanotto

PALAVRAS

*Palavras eu preciso
Preciso com urgência
Palavras que se usem
em caso de emergência
Dizer o que se sente
Cumprir uma sentença
Falavras que se diz
Se diz e não se pensa
Palavras não têm cor
Palavras não têm culpa
Palavras de amor
Pra pedir desculpas
Palavras doentias
Páginas rasgadas
Palavras não se curam
Certas ou erradas
Palavras são sombras
As sombras viram jogos*

Titãs

Aos meus pais, pelo incentivo, carinho e atenção.
Ao professor Heronides Maurílio de Melo Moura, pela orientação.
Aos meus colegas de curso, pelos momentos que vivemos.
À CAPES pela concessão de bolsa.
A minha irmã, Mary Stela que leu e opinou sobre o que aqui escrevi.

SUMÁRIO

RESUMO.....	VII
ABSTRACT.....	IX
INTRODUÇÃO.....	X
1- A INDEFINIÇÃO SEMÂNTICA: OBSERVANDO A VAGUEZA	
1.1 - Introdução.....	1
2.2- A indeterminação da linguagem do ponto de vista cognitivo.....	1
1.2.1- Modelos de processamento cognitivo.....	3
1.2.2- A função da saliência no processamento da informação.....	6
1.2.3- O papel da relevância no processamento da informação.....	7
1.3- A indeterminação semântica.....	7
1.3.1- W. V. Quine.....	7
1.3.2- Ruth Kempson.....	9
1.3.3- Jerrold Sadock.....	12
1.3.4- Brendon Gillon.....	15
1.3.5- Manfred Pinkal.....	20
1.4- Delimitação do conceito de vagueza.....	22
1.5- os Modificadores de vagueza.....	24
1.5.1- Os /?i?i/^e. v.....	25
1.6- Conclusão.....	27
2- A CATEGORIZAÇÃO: DA TEORIA CLÁSSICA À VERSÃO ESTENDIDA	
2.1- Introdução.....	29
2.2- A abordagem clássica.....	29
2.3- Os pesquisadores da nova abordagem.....	30
2.4- A organização estrutural das categorias.....	35
2.4.1 - O nível básico de categorização.....	37
2.5- Os indícios de validade.....	39
2.6- Como entender o termo protótipo.....	40
2.6.1 - O porquê do protótipo.....	41
2.6.2- Os protótipos e os esquemas.....	44

2.7- As categorias técnicas e as categorias populares.....	45
2.8- A versão estendida.....	46
2.8.1 - O protótipo.....	47
2.8.2- Sobre o pertencimento.....	48
2.8.3- A estruturação das categorias e os modelos cognitivos.....	49
2.8.3.1- Modelos de esquema de imagens.....	50
2.8.3.2- Modelos proposicionais.....	51
2.8.3.3- Modelos metafóricos e metonímicos.....	52
2.8.3.4- Modelos simbólicos.....	54
2.8.3.5 - Um modelo cognitivo para a comparação.....	55
2.9- Conclusão.....	57

3- AS FACES DA COMPARAÇÃO

3.1.- Introdução.....	58
3.2- Sobre a noção de grau.....	58
3.3-Os modificadores de grau.....	60
3.3.1 - O superlativo.....	60
3.3.2- A comparação.....	61
3.4-.Aspectos sintáticos da comparação.....	64
3.5- Aspectos argumentativos da comparação.....	71
3.6- Comparação, símile e metáfora.....	74
3.7- A comparação ontem e hoje.....	76
3.8-Conclusão.....	82

4 -TIPOLOGIA PARA ENUNCIADOS COMPARATIVOS

4.1-Introdução.....	84
4.2-.0 planejamento do discurso.....	84
4.3- Comparação e verdade.....	85
4.4- Proposta semântica para classificação de enunciados comparativos.....	90
4.5- Sobre os protótipos.....	91
4.5.1 -Sobre a comparação hipotética.....	94
4.6- Sobre os padrões de referência.....	95

4.6.1- Os participantes do discurso.....	96
4.6.2- Sobre o tempo e o lugar do discurso: o uso dos circunstanciais.....	98
4,7-Conclusão.....	102
5-CONCLUSÃO	103
6-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

RESUMO

O objetivo da dissertação é analisar o uso da comparação em comunicação oral, observando como tal recurso lingüístico funciona semântica e cognitivamente e como a comparação pode ser um mecanismo útil para se reduzir a vagueza dos termos empregados no discurso. O primeiro capítulo apresenta as definições de alguns fenômenos relacionados á indeterminação da linguagem e delimita o conceito de vagueza empregado para o desenvolvimento do trabalho. O segundo capítulo apresentada a Abordagem Clássica de Categorização e aponta alguns problemas desta teoria, pois ela não corresponde aos processos utilizados pelos falantes no processo de categorização. Também é apresentada a Teoria de Protótipos, que através de suas versões, explica melhor o funcionamento do processo de categorização. O terceiro capítulo apresenta alguns aspectos relacionado às construções comparativas, tal como os aspectos sintáticos e semânticos, apresentando também os operadores de comparação que estão em uso no atual estágio da Língua Portuguesa. No último capítulo é apresentada uma tipologia para a classificação dos enunciados comparativos elaborada a partir de critérios semânticos em que se observou a escolha dos termos comparantes. No decorrer do trabalho são analisados enunciados comparativos, procurando identificar os termos em comparação, a ocorrência de predicados vagos e o efeito semântico da comparação. A análise dos dados não permite que se conclua que a comparação seja um mecanismo de eliminação de vagueza, mas sim, um mecanismo útil no processo de recategorização, auxiliando a reduzir a vagueza do que se predica sobre os termos envolvidos em uma comparação.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the uses of comparative utterances in oral communication, observing their cognitive and semantic functions. It shows that comparison can work as a mechanism for reducing the vagueness of the terms used in the discourse. The first chapter shows the definitions of several phenomena related to the indetermination of the language and it delimits the concept of vagueness used in this paper. The second chapter shows the Classical Theory of Categorization and criticizes it because it does not correspond to the real process of categorization and it shows the Theory of Prototypes, in its recent version, as a good alternative to explain the process of categorization. The third chapter shows the semantic and syntactic aspects of comparison. In the last chapter is proposed one semantic classification to comparative utterances used in oral communication. It concludes that comparison can not eliminate the vagueness, but it can help to reduce the vagueness by using prototypes.

INTRODUÇÃO

Cada língua apresenta elementos próprios que a caracterizam. Tais elementos estão à disposição dos falantes que com eles podem ter inúmeras possibilidades. Já dizia Saussure, no Curso de Lingüística Geral, que a língua é um tesouro depositado na mente dos falantes. Sem querer ser incauto, pode-se dizer que, muitos falantes, apesar de não terem consciência de tal tesouro, o usam sem economias. Poucos são os cientistas, ou contadores da linguagem, que estão dispostos a calcular o valor dos enunciados de uma língua.

A linguagem tem como característica não se prestar somente à informação, mas também à argumentação e a organização do mundo percebido pelo falante. Ou seja, é através da linguagem e da língua que o homem representa seus mundos interior e exterior. De tal modo que, qualquer falante ordinário de uma língua, apesar de não conhecer as denominações científicas, trabalha com os fenômenos da língua que usa.

Uma das perguntas que fatalmente se faz a um mestrando é o que o levou a escolher um determinado tema para defender em dissertação. E para justificar a opção deste trabalho, escreverei em primeira pessoa.

Por que a vagueza? Ou o que é a vagueza? Foram as duas perguntas que mais ouvi daqueles que queriam saber sobre meu trabalho. Confesso que a segunda pergunta foi a mais ouvida. O que é vagueza? Esta pergunta ouvi em todos os congressos e encontros de que participei e também a ouvi de antigos colegas e professores de graduação. Enquanto usuários da língua, percebemos a vagueza e até abusamos dela quando convém. O mais curioso é que quando alguém perguntava o que era a dita *vagueza*, nunca precisei fazer divagações teóricas para que o sujeito entendesse, simplesmente devolvia em outra pergunta: Você pode definir com precisão o que quer dizer *liberdadel Felicidadel Ser alío* ‘^ Ser fetfz?

Conheci a vagueza logo nas primeiras aulas de Semântica com o professor Heronides. QUINE (1960) foi o primeiro a ser lido e o mais difícil também. Apesar de não se poder concordar com todas as idéias de Quine, uma delas tornou-se essencial para este trabalho: a vagueza é um fenômeno inerente às línguas naturais. Com isto, Quine faz com que se olhe a vagueza não mais como um grave mal da língua, mas como algo próprio de

cada sistema lingüístico. E com Quine vieram KEMPSON (1980), GILLON (1990), SADOCK (1986), PINKAL (1996) e outros. Tomado conhecimento da vagueza pareceu ser ela uma bom tema para se dissertar.

Uma das primeiras perguntas que veio à tona foi; Como os falantes lidam com a vagueza quando a percebem intuitivamente? Uma das primeiras idéias que surgiram foi a de trabalhar com a aquisição da linguagem e observar como as crianças adquirem e lidam com os termos vagos. Mas isso demandaria um estudo longitudinal e o tempo disponível era insuficiente. Então surgiu a idéia de se trabalhar com os modificadores de vagueza, em especial, a comparação.

Depois de Quine foi a vez de TAYLOR (1991). Com ele veio a Teoria dos Protótipos e uma idéia a mais para a dissertação; como os protótipos funcionam em enunciados comparativos, ou seja, qual a função e o efeito do uso de protótipos em enunciados comparativos? Paralelo a Taylor vieram KLEIBER (1990), LAKOFF (1977 e 1987) e outros.

Delineadas as primeiras idéias, tornou-se necessário delimitar um *corpus* para análise e as hipóteses de trabalho. O *corpus* foi definido sem dificuldades, visto que tínhamos à disposição o banco de dados do VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul do Brasil). Tal banco de dados tornou-se significativo, pois, os dados já haviam sido coletados com uma metodologia definida¹ e porque o material à disposição era formado por entrevistas em que os falantes eram estimulados a falar sobre suas experiências de tal forma que ao longo da fala despreocupavam-se com a forma da língua e utilizavam seu vernáculo. Definido o *corpus*, partiu-se para a seleção dos dados.

A seleção dos dados teve como principal critério o emprego de operadores de comparação, ou seja, teve-se como objetivo selecionar enunciados comparativos no nível especificamente lingüístico, sendo assim não seriam investigadas as comparações de nível informativo ou implícito². Os dados passaram pelas seguintes etapas de análise em que se observou;

- (a) quais operadores lingüísticos são mais recorrentes na comparação em comunicação oral;
- (b) o uso de protótipos nas comparações,
- (c) os aspectos cognitivos da comparação;

¹ Não será feito aqui uma explanação acerca dos métodos de coleta de dados.

² Estes três níveis de comparação são apresentados por KOCH (1987)

- (d) o emprego de termos (ou predicados) vagos em estruturas comparativas;
- (e) e, como (b) e (c) ajudam a reduzir a vagueza dos termos empregados.

Como o objetivo proposto é o de dar um tratamento semântico ao uso dos comparativos, observando o uso de protótipos e a redução da vagueza, considerou-se que as variáveis sociais, como sexo, região, idade ou escolaridade não serviriam de base para se fazer um estudo desta natureza, mas sim, para se fazer outro tipo de estudo observando, por exemplo, como determinada variável poderia influenciar na escolha de determinada estrutura comparativa ou dos termos em comparação. O que se quer dizer com isso é que, apesar de os dados terem sido selecionados de entrevistas com um caráter eminentemente sociolinguístico, tais variáveis citadas acima não foram controladas, mas sabe-se de sua relevância na análise dos dados. Selecionados os dados, partiu-se para a análise que resultou neste trabalho.

A comparação é um recurso que, antes de ser informativo, tem um caráter eminentemente argumentativo. Revela determinada escolha do sujeito frente ao mundo. Dentre tais escolhas estão os protótipos. Os protótipos, geralmente, são selecionados como o segundo termo de uma comparação, por representarem prototipicamente a categoria em questão. Por exemplo, quando se está falando que determinada pessoa é muito preguiçosa, pode-se compará-la ao *bicho-pregiça*, se a pessoa em questão for muito agitada, pode-se compará-la a um *serelepe*.

Mas por que comparar em vez de simplesmente afirmar? Quando se diz, *João é preguiçoso*, o sentido de preguiçoso está indeterminado, ou seja, é vago porque não se pode estabelecer um conjunto de condições para definir o seu sentido. No entanto, o termo *preguiçoso* pode ser recategorizado, ou seja, através da comparação pode-se recategorizar um predicado vago, oferecendo um novo padrão para a categorização do predicado em questão. Nesta recategorização não se consegue estabelecer um conjunto de condições necessárias e suficientes, mas se consegue ao menos reduzir a vagueza do que se predica sobre os termos, relacionado-os aos protótipos. No último capítulo desta dissertação será apresentada uma proposta de classificação para os enunciados comparativos. Tal classificação foi elaborada através da observação da escolha do segundo termo em comparação.

Ao longo de todo o trabalho são analisados enunciados comparativos que compõem o *corpus*, também serão apresentados exemplos extraídos das bibliografias

utilizadas. Deve-se observar que a enumeração dos exemplos é reiniciada em cada capítulo, sendo que alguns exemplos, apesar de aparecerem mais de uma vez, serão enumerados segundo a ordem de seqüência.

1 - A INDEFINIÇÃO SEMÂNTICA: OBSERVANDO A VAGUEZA

1.1- Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar as definições dos principais fenômenos relacionados à indeterminação da linguagem e delimitar o conceito de vagueza que será empregado para o desenvolvimento desta dissertação. Na primeira parte, abordar-se-á o fenômeno da indeterminação da linguagem do ponto de vista cognitivo, procurando observar como os falantes processam tal aspecto da linguagem. Em um segundo momento, serão apresentadas definições semânticas de fenômenos como vagueza, ambigüidade e generalidade encontradas em vários pesquisadores.

1.2 - A indeterminação da linguagem do ponto de vista cognitivo

A linguagem tem como característica inerente ser indeterminada ou aberta a interpretações diferentes. Para ser bem sucedido, o mecanismo de processamento da linguagem humana precisa trabalhar com fenômenos como a vagueza, ambigüidade ou polissemia.

Quando se observa atentamente as sentenças de uma língua, percebe-se que o número de ambigüidades é surpreendente. Segundo CHAPMAN (1996), as palavras ambíguas têm sido um freqüente foco de estudo na literatura de processamento lingüístico, e por isso pode-se considerá-las como um distinto grupo de palavras, pois quando vistas em isolamento, fora do contexto de uma interação específica, pode-se ver que a maioria das palavras toma muitos significados ou sentidos em potencial. Alguns pesquisadores têm argumentado que as palavras ambíguas têm um significado dominante independente do contexto, outros argumentam que quando os indivíduos são forçados a determinar o significado de uma palavra, na ausência de um contexto, eles criam um contexto.

POLIO *ai all* (1990) {*apud* CHAPMAN, 1996) estudando a linguagem figurada, demonstraram que as situações de linguagem figurada são comuns tanto na fala quanto na escrita. Os autores argumentam que a linguagem figurada não é um tipo especial de *input* lingüístico, mas precisa ser observada como parte do contínuo processo criativo na interação comunicativa.

CLARK (1983) {*apud* CHAPMAN, 1996) estudou os casos em que uma palavra pode ser usada de um modo sintaticamente inédito e com seu significado claro. Esses casos foram denominados de expressões contextuais e incluem os casos de verbos e adjetivos derivados de nomes de pessoas e lugares:

(1) O fotógrafo me pediu para fazer um Napoleão para a máquina fotográfica.

(2) Ela é muito San Francisco. (CHAPMAN, 1996:32)

Os enunciados acima exemplificam os casos de ambigüidade lexical. No entanto, deve-se considerar que a ambigüidade estrutural também é muito significativa:

(3) O elefante está pronto para levantar. {*Ibidem*}

Quando um ouvinte não sabe como considerar um enunciado a ele dirigido, ocorre a chamada ambigüidade pragmática. Uma pergunta como:

(4) A sua mãe está? {*Ibidem*}

pode ser interpretada como um pedido de ação ou de informação. Geralmente, o ouvinte precisa usar o contexto para entender o tipo de resposta esperada pelo falante.

Para Chapman, mesmo sendo a linguagem plena de todos os tipos de ambigüidades (lexical, sintática e pragmática) e não podendo especificar completamente os referentes, os ouvintes, em geral, não notam as ambigüidades e raramente têm dificuldades para descobrir o significado compartilhado. Abaixo está reproduzido o quadro apresentado por Chapman com as possíveis fontes de ambigüidade ou indeterminação na linguagem:

Fontes de Ambigüidade ou Indeterminação na Linguagem

Fonte	Exemplo
Segmentação fonológica	What flowers likes to be kissed? Tulips (two lips)
Itens lexicais individuais Palavras ambíguas	She was looking for bugs.
Usos novos de palavras	She did a Reagan, on the budget.
De frases Expressões idiomáticas	Stacy spilled the beans,
Metáforas	Ela era um dia de verão
Sintaxe de frases Ambigüidade de estrutura de frase	She approached the man looking for the bugs
Ambigüidade de estrutura profunda	Visiting relatives can be boring
Pragmático/contextual Pedidos indiretos	Você pode me dizer as horas?
Ironia	Você arreventou meu carro? Muito obrigado.
Determinando relevância	A resposta a “Onde está Nova Iorque?” varia, <u>dependendo de onde se pergunta.</u>

Fonte: CHAPMAN. 1996:32

1.2.1 - Modelos de processamento cognitivo

O modo sobre como os ouvintes usam as diferentes fontes de informação para determinar o significado de uma palavra ainda causa divisão de opinião entre os pesquisadores. Uma das idéias é que os ouvintes primeiro executam uma análise lingüística em separado de uma mensagem e depois comparam o resultado ao contexto. Esse processo é o Modelo Autônomo e implica uma modularidade de processamento.

Para o Modelo Autônomo em Série, primeiramente se faz um acesso ao significado preferido para cada palavra numa frase e a análise gramatical preferida é gerada com base na heurística da análise gramatical, independente do contexto, então, o resultado é comparado com o contexto para consistência de significado. Se combina mal, então a frase é reanalisada ou um significado alternativo é encontrado. Por exemplo, para a frase:

(5) Jane approached the man looking for bugs.
(CHAPMAN, 1996:34)

os subcomponentes autônomos determinariam que o significado preferido para *bugs* seria *insetos*, o significado preferido para *approached* seria *chegou próximo* e, a análise gramatical preferida seria *Jane approached the man (looking for bugs)*, com *Jane* como a que procura os insetos. Depois aquela interpretação seria comparada com o contexto, e se tivesse havido discussão sobre aparelhos eletrônicos de escuta e se um homem estivesse vasculhando a sala por eles, o significado original a que se chegou seria rejeitado e a frase seria devolvida para o reprocessamento.

Para os Modelos Autônomos Paralelos, todos os possíveis sentidos das palavras e todas as análises possíveis são geradas independentemente do contexto e só depois o contexto é consultado para se escolher a análise gramatical correta. O significado dominante, independente do contexto, pode ser escolhido mais rápido do que os outros. Por exemplo, quando os ouvintes ouvem a frase (5), as análises gramaticais possíveis seriam:

- (5.1) Jane approached (the man looking for bugs)
 - (5.2) Jane approached the man (looking for bugs)
- (CHAPMAN, 1996:34)

já a análise das representações de significados possíveis para a frase envolve a representação e o arranjo de todas as significações das palavras da sentença, que apesar de numerosa, é limitada. Outra explicação de como os indivíduos compreendem é que apenas certos sentidos relevantes das palavras e da sintaxe aparecem, porque o contexto dirigiu a busca do significado ou foi usado para prever o significado. Os Modelos Interacionistas propõem que as decisões sobre a sintaxe de frase e significados de palavras interagem uns com os outros e com a informação do contexto.

Os estudos sobre ambigüidade lexical objetivam determinar se todos os significados em potencial de uma palavra ambígua são ativados, sendo então um escolhido, ou se apenas o sentido relevante da palavra é ativado. Nesses estudos, geralmente, é utilizado o **paradigma experimental de preparação** que consiste em apresentar uma palavra para preparar o ouvinte para a segunda palavra a que será relacionada: apresenta-se brevemente uma palavra ambígua, e então a palavra alvo é mostrada e esta é relacionada a um dos sentidos da palavra ambígua:

Palavra ambígua; *ring'* Palavra alvo; *fmger* ou *phone*

Quando se procura categorizar ou diferenciar os modelos de processamento, torna-se claro que uma das principais fontes de confusão é o tipo de conhecimento ou informação que é descoberto quando uma palavra é acessada do léxico. Algumas explicações argumentam que embora todos os significados estejam disponíveis, o significado dominante, independente do contexto, está disponível primeiro. No entanto, deve-se considerar a natureza da frequência ou dominância do significado como uma variável mediadora. A frequência do significado resulta de experiências em contextos específicos, o significado que é dominante em um contexto de experiência pode não ser dominante em outros. Desta forma, deve-se considerar que não só a frequência é armazenada, mas também outros aspectos da experiência estão intimamente relacionados.

Alguns estudos que examinaram a ambigüidade sintática, ao utilizarem como objeto pequenos textos, acabaram por fornecer uma rede de estímulos muito pobre quando comparados á comunicação diária. Na maior parte das situações de compreensão, os ouvintes têm acesso a um contexto muito rico que envolve desde a prosódia até a postura corporal para ajudar a determinar o significado. De acordo com os Modelos Autonomistas, mesmo quando os ouvintes têm todo o conhecimento contextual, eles ainda geram todos os possíveis significados para cada ocorrência de uma palavra. Estes tipos de modelos dependem exclusivamente da decodificação do *input* lingüístico para formar uma representação primária da frase. No entanto, na comunicação diária o *input* pode ser distorcido ou perturbado. Os Modelos Interacionistas, por sua vez, propõem que o ouvinte lança mão de quaisquer fontes de conhecimento que estão disponíveis ou mais proeminentes para chegar ao significado.

CHAPMAN (1996) assinala que qualquer modelo de compreensão deve lidar adequadamente com a indeterminação básica da linguagem. Deste modo, os modelos que propõem a ativação de todos os candidatos prováveis parecem insustentáveis, dado o número potencialmente infinito de sentidos que uma palavra pode transmitir, sendo que uma forte perspectiva interacionista permite uso máximo da experiência e ativação de traços relevantes e permite que o modelo melhor se aproxime da comunicação da vida real.

['] anel ou barulho de telefone

1.2.2 - A função da saliência no processamento da informação

Ao se considerar como o conhecimento de mundo é usado no processo de compreensão, torna-se claro que a história completa de cada elemento situacional ou cada palavra num enunciado não é ativada em toda situação. Alguns aspectos do contexto são mais salientes do que outros e alguns aspectos do conhecimento de mundo são mais relevantes que os outros. A saliência pode ser determinada por elementos da frase, por aspectos da situação ou por experiência anterior. O ouvinte pode usar qualquer fonte de informação que lhe é disponível, porque uma ou outra não está disponível, é incompleta, distorcida ou barulhenta. "A noção de saliência provê um meio para determinar o significado numa dada situação. A indeterminação básica, descontextualizada, da linguagem é evidente quando falamos das 'nuances de significado' que as palavras podem ter." (CHAPMAN, 1996:38).

Quando os indivíduos atingem um grau mais sofisticado de uso da linguagem, fica claro, por exemplo, que os sinônimos de uma palavra apenas se aproximam daquela palavra. Em alguns modelos de processamento lingüístico está implícito o conceito de significado de palavra como um fenômeno unitário, no qual um referente ou lista de referentes é recuperado no reconhecimento de uma palavra. No entanto, tal modelo não ajuda a diferenciar nuances de significado. Alternativamente ter-se-ia uma abordagem de traços, na qual um significado não é unitário, mas sim, composto de vários traços, alguns dos quais mais salientes numa dada situação de compreensão. Isso remete às teorias de categorização, em especial à Teoria dos Protótipos que será apresentada no 2º Capítulo desta dissertação,

A teoria de traços semânticos, apesar de estar baseada em uma organização semântica descontextualizada, propõe que os traços são derivados da experiência de ouvir palavras em contexto; em qualquer ocasião aquele contexto pode fornecer traços adicionais para o uso daquela palavra naquela situação. O contexto torna saliente os traços particulares:

Assim, o significado é constnído de traços salientes presentes de experiência anterior, ativados peio uso das palavras nos enunciados, mais traços salientes presentes na experiência em andamento. O efeito da saliência no contexto é o de determinar quais os traços de palavras ou de enunciados que devem ser ativados e quais devem ser inibidos, determinando, assim, o significado, (CHAPMAN, 1996:38-9),

1.2.3 - O papel da relevância no processamento da informação

No processo de compreensão de uma mensagem, nem toda informação saliente é relevante. A relevância de vários significados de palavras, de experiências anteriores e de vários aspectos da situação é determinada pela intenção do falante e pelos objetivos, atenção e estado afetivo do ouvinte. Quando o que está mais saliente é também o mais relevante, a compreensão é máxima. Deste modo, a interpretação de um enunciado é uma interação entre o enunciado, os aspectos salientes do contexto e da experiência. Para ROSENFELD (1988; 121) (citado por J. CHAPMAN, 1996;41); "A informação deve ser formada de estímulos em termos das necessidades e desejos do indivíduo. Os objetivos determinam os tipos de informação - num sentido muito amplo- que o cérebro é capaz de derivar das pistas ambientais." Os processos cognitivos humanos estão direcionados para alcançar o maior efeito cognitivo com o menor esforço possível. Para tal, o indivíduo precisa centrar a sua atenção no que lhe parece ser a informação mais relevante.

1.3 - A indeterminação do sentido do ponto de vista semântico

A indeterminação² semântica é um fenômeno inerente às linguagens naturais e abarca, além da vagueza, fenômenos como a ambigüidade, generalidade, dependência contextual, etc. Para o desenvolvimento deste trabalho, julgou-se pertinente apresentar não somente o conceito de vagueza que servirá de pano de fundo para o trabalho de pesquisa, mas também os conceitos de fenômenos que, apesar de estarem sob o mesmo rótulo de 'indeterminação', possuem características diferenciadas. Na parte que segue são resenhados uma série de trabalhos que apresentam conceitos relacionados à indeterminação semântica.

1.3.1 - W. V. Quine

Para QUINE (1960), a vagueza é inerente ao processo de aprendizagem da língua, A criança aprende uma língua a partir dos comportamentos verbais e não-verbais, ou seja.

² ■ Os termos 'indeterminação' e 'indefinição' semântica são empregados como termos equivalentes.

aprende a partir de indícios comportamentais da sociedade em que vive. Pode-se dizer que a aprendizagem acontece por uma exposição direta ao estímulos. No entanto, isto não garante uma determinação precisa do uso de certos elementos lingüísticos, visto que a intermediação social da aprendizagem faz com que o emprego de certos termos não seja determinado claramente para cada indivíduo.

Ao mesmo tempo que Quine vê a vagueza como uma característica das línguas naturais, ele tem como exigência teórica o Princípio de Bivalência que postula que toda sentença deve ter um valor de verdade: deve, necessariamente, ser verdadeira ou ser falsa. Desta forma, pela ótica de Quine, uma série de frases de uma língua, as que possuem termos vagos, são indecidíveis, por não corresponderem ao princípio da bivalência.

QUINE (1981) aponta dois tipos de casos indecidíveis em uma teoria que postule o princípio da bivalência: as questões de fato e os casos vagos. No primeiro caso é impossível determinar se a frase é verdadeira ou se ela é falsa. No entanto, é assumida a idéia de que a frase deve ser verdadeira ou ser falsa por uma questão de fato. Como exemplo pode-se citar o caso da determinação do número de folhas de grama que compõem um campo de futebol, tal número deve ser par ou ser ímpar, a sua indeterminação é uma questão de fato.

O segundo tipo de caso indecidível está relacionado aos predicados vagos. O termo *gordo* é vago porque não se pode determinar a partir de qual quantidade de quilos uma pessoa passa a ser considerada gorda. *Montanha* é vago por não determinar qual a área de sua extensão. Nestes dois exemplos, o que faltam são especificações lingüísticas para a definição dos termos e por conseguinte do valor de verdade das sentenças que os empregarem.

Segundo o autor, ambigüidade e vagueza são dois fenômenos bastante distintos. Os termos vagos são aplicáveis duvidosamente; os termos ambíguos podem ser verdadeiros e falsos para os mesmos objetos, (a) *A vagueza é uma qualidade inerente às línguas naturais. Ela ocorre quando não se pode determinar se um termo é verdadeiro ou não de um determinado objeto (casos nebulosos).* A ambigüidade, algumas vezes, é resolvida na própria sentença que contém o termo ambíguo, em alguns casos, um termo ambíguo pode tornar a sentença toda ambígua. Um termo ambíguo:

[...] is that from utterance to utterance they can be clearly true or clearly false of one and the same thing, according as interpretative clues in the circumstances of utterances point one way or another. We have taken account of ambiguity only insofar as it figures as a contributory cause of variation in the truth value of a sentence under variation of the circumstances of utterances. (QUINE, 1960: 131)

Na teoria de Quine, a vagueza não afeta somente os termos gerais, mas também os termos singulares. Um termo singular que nomeia um objeto físico pode ser vago quanto às fronteiras do objeto. Um termo geral pode ser vago de duas maneiras: quanto aos diversos limites dos objetos que ele denota e quanto à inclusão ou exclusão de objetos marginais: *montanha* é vago da primeira forma por não determinar os limites de sua área e é vago na segunda maneira por não determinar a altura necessária para se considerar uma elevação de terra como *montanha*. É interessante notar que a vagueza não é decorrente do desconhecimento de fatos empíricos e sim do próprio uso linguístico.

Em Quine, a vagueza é definida em termos de condições de verdade e extensionalidade, isto é, é definida em termos de indecibilidade da teoria sobre a atribuição dos valores verdadeiro e falso a certas sentenças. Ela representa a *incompletude da teoria*. A definição de vagueza de Quine está ligada à característica da linguagem que é *um falar de objetos*. Os termos da linguagem são avaliados por sua correspondência aos estados de coisas. Uma sentença é vaga quando não recebe valor de verdade, quando sua correspondência com um estado de coisas não é definida. Quine argumenta que uma semântica de valor de verdade é mais adequada para explicar o fenômeno da vagueza e a metalinguagem lógica deve realizar uma '*regimentation*' das expressões vagas, para garantir a simplicidade da teoria.

Dessa forma, para Quine, a vagueza não perturba o valor de verdade de sentenças em que as palavras vagas ocorrem. Quando uma sentença tem seu valor de verdade afetado pela indeterminação da palavra vaga, uma nova convenção pode ser usada para resolver a vagueza'.³

1.3.2 - Ruth Kempson

³ No 4º capítulo será apresentada uma das soluções propostas por Quine para a resolução da vagueza.

Para KEMPSON (1980), apesar de a ambigüidade ser um fenômeno bem delineado, é errôneo se pensar que é fácil decidir se uma determinada sentença é ambígua ou não. O problema maior consiste em decidir o que representa a ambigüidade. Há casos em que a ambigüidade é latente;

(6) Colocou o pé na mesa. (KEMPSON, 1980:125)

Essa sentença é ambígua, pois pode ser interpretada como o ato de colocar o seu próprio pé na mesa e o de consertar o pé da mesa que eventualmente estava quebrado. No entanto, há sentenças em que não é tão claro se perceber se a palavra, sintagma ou sentença é de fato ambígua, como o exemplo dado por Kempson:

(7) Ela tem boas pernas. (*Ibidem*)

A sentença acima pode significar que a mulher em questão tem pernas sadias, sem varizes ou machucados; que tem pernas bonitas ou que tem pernas que funcionam bem.

[...] temos que concordar que a palavra *bom* pode ser usada em sentenças com diferentes interpretações, e nas quais a diferença está apenas na base da avaliação para que se usou a palavra. [...] O que temos de decidir é se o significado de *bom* é homogêneo e neutro entre todas essas especificações diferentes, ou se bom tem diferentes significados, segundo seja usado para descrever diferentes coisas. Em termos mais gerais, isso constitui um exemplo da dificuldade de distinguir a ambigüidade da falta de especificação, ou vaguidade. (KEMPSON, 1980: 125-126)

Segundo a autora, há quatro tipos principais de vagueza que, de certa forma, se relacionam mutuamente: a vagueza referencial, a indeterminação do sentido, a falta de especificação do significado e a disjunção de interpretações. Observe-se cada uma delas.

(a) *Vagueza referencial: ocorre quando o significado do item lexical é claro, mas é difícil decidir sobre sua aplicabilidade a certos objetos.* Os termos ingleses *city* e *town* deixam dúvidas quanto a sua aplicabilidade a certos casos. Por *city* se entende um lugar formado por muitas casas e pessoas e por *town* um lugar formado por um número menor. No entanto, as quantidades não são especificadas e a aplicação dos termos deixa dúvidas, pois não se tem um número pré-estabelecido que ajude a especificar quais objetos caem na denominação de *city* e quais caem na denominação de *town*.

(b) *Indeterminação do sentido: ocorre quando a interpretação de um item ou sifitagma parece indeterminado.* Um dos exemplos mais latentes deste tipo de vagueza ocorre no emprego da preposição *de*. Em:

(8) O livro de João. (KEMPSON, 1980:127)

o emprego da preposição *de* deixa indeterminada qual é a relação estabelecida entre *O livro* e *João*: pode ser o livro que João escreveu; o livro que João comprou ou o livro que João carregava. Pouco se pode dizer sobre o significado de construções possessivas, a única evidência é a existência de uma relação entre possuído e possuidor, o significado da relação é indeterminado.

(c) *Falta de especificação do significado: ocorre quando o significado de um item, apesar de ser claro, é muito geral.* Neste tipo de vagueza, incluem-se os casos como o do termo *pessoa* que não especifica sexo, idade ou raça e os casos com verbos como *ir* e *fazer*. O verbo *ir* possui um significado muito geral, pois atinge uma grande variedade de ações e o verbo *fazer*, do mesmo modo é indeterminado, visto que não especifica a natureza da ação envolvida: fazer a cama e fazer o armário.

(d) *Disjunção de interpretações: ocorre quando o significado de um item envolve a disjunção de diferentes interpretações.* O principal caso deste tipo de vagueza é o emprego do conectivo *ou*. Em sentenças como:

(9) Os candidatos ao emprego devem ter um diploma de primeira classe ou certa experiência no magistério. (KEMPSON, 1980:128)

Kempson argumenta que a implicação de que *ou* contribui para a sentença como um todo é a de que uma de suas partes é verdadeira. Em (9), os candidatos devem ter um diploma de primeira classe mas nenhuma experiência de ensino, ou ter experiência de ensino e não ter um diploma, ou possivelmente os dois. Formalmente, o emprego do operador *ou* pode ser interpretado em termos de condições de verdade: “qualquer sentença da forma $P \vee Q$ (em que P Q \emptyset representam sentenças) será verdadeira se, e somente se, P é verdadeira ou Q é verdadeira, ou P Q são verdadeiras” (*Ibidem*). A falsidade só ocorre quando P e \emptyset

são falsos⁴". Tal definição mostra que $P \vee O$ indica que a sentença pode ser verdadeira sob diferentes condições, sem que essas condições sejam a base de uma ambigüidade em relação a *ou*.

1.3.3 - Jerrold Sadock

Segundo SADOCK (1986), há uma imprecisão no uso da linguagem natural que freqüentemente torna difícil dizer se uma determinada declaração, proferida em um ocasião particular, é verdadeira ou falsa, certa ou errada. Para autores como Frege, isto era visto como uma falha fatal da linguagem natural, para outros como BLACK (1937) {*apud* SADOCK, 1986), apesar de existente, um mal a ser evitado. No entanto, em LAKOFF (1987), a imprecisão é vista como uma característica útil no processo de comunicação das línguas naturais.

Sadock ressalta a importância de se diferenciar os fenômenos relacionados à imprecisão. Para o autor *(a) a vagueza é uma propriedade inerente de uma expressão, de modo que a verdade de uma proposição que envolve a expressão torna-se progressivamente menos determinada. A fonte de indeterminação deve estar na indeterminação denotacional da expressão. Os limites devem ser indefinidos e deixar dúvidas sobre a aplicabilidade ou não.*

Sadock aponta a existência de dois tipos principais de ambigüidade: a ambigüidade de sentido e a ambigüidade de referência, *(b) A ambigüidade de sentido (ou homofonia) ocorre quando uma única forma fonológica possui dois ou mais sentidos distintos. Os casos mais claros deste tipo de ambigüidade surgem como acidentes da história lingüística, quando duas formas têm o mesmo som {caçar e cassar, night e knight, ear (órgão da audição) e ear (semente)) ou do empréstimo do som de uma palavra já existente {moose e mousse}. A ambigüidade de sentido aparece também quando uma expressão pode ocorrer em mais de uma classe gramatical.*

Do modo como o sentido é freqüentemente conectado à referência, a ambigüidade de sentido leva à ambigüidade de referência. No entanto, pode-se ter uma

⁴ Tabela de verdade para o operador lógico \vee correspondente a *ou*:
 $p \vee q$: $V \vee V = V$; $V \vee F = V$; $F \vee V = V$; $F \vee F = F$.

ambigüidade referencial sem necessariamente haver uma ambigüidade de sentido, (c) *A ambigüidade referencial ocorre quando, apesar da expressão ter um sentido claro, não se pode determinar a referência de tal expressão.* A maior fonte de ambigüidade referencial está no uso de expressões indexicais e anafóricas em contextos em que é difícil estabelecer a referência das expressões. Imagine-se a situação em que um estudante tente apontar, para seu amigo, qual é seu professor de matemática dizendo:

(10) Meu professor é o homem no banco da praça.

sendo que no banco apontado estão sentados dois homens. Neste caso, a referência é ambigua, mesmo que a expressão usada tenha somente um sentido.

Sadock diz que (d) *uma expressão é geral se ela tem um único sentido, mas é aplicada a um segmento da realidade que é cognitivamente dividido em subclasses distintas.* Considerando que a vagueza e a generalidade surgem do modo como o mundo é estruturado, é possível que ambas sejam confundidas. Para o autor, a prova que os dois fenômenos são distintos provém do fato que uma expressão geral pode ser ou não vaga e uma expressão vaga pode ou não ser geral. Uma idéia assumida por Sadock é a que as expressões de língua natural têm conteúdo convencionalizado e que este conteúdo é comunicado através do proferimento das expressões. Nos casos em que a comunicação difere do que é convencionalizado, o que é proferido toma um sentido não-literal.

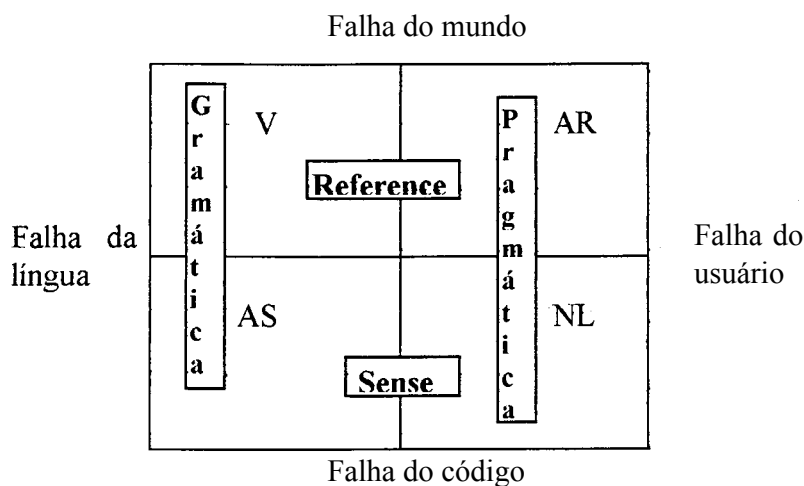
Os quatro tipos principais de indeterminação: vagueza, ambigüidade de sentido, ambigüidade referencial e não literalidade, são distinguidas de acordo com suas fontes em relação às dicotomias fundamentais que figuram na linguagem natural: a dicotomia sentido/referência e a dicotomia gramática/pragmática. Sadock propõe o quadro abaixo para sintetizar as várias diferenças e similaridades entre os quatro fenômenos:

V: vagueza

AS: Ambigüidade de sentido

AR: Ambigüidade Referencial

NL: Não-literalidade



Fonte: SADOCK 1986:275

Uma boa forma de se entender as similaridades e as diferenças entre os fenômenos é considerando como a linguagem funciona para o aparecimento de tais fenômenos. Para a ambigüidade de sentido, é a língua que permite que uma única expressão tenha dois sentidos diferentes. Um melhoramento na língua pode ser imaginado substituindo-se os termos ambíguos por novos termos.

Do mesmo modo para a vagueza, a indeterminação é oriunda da língua. Fixado um parâmetro de vagueza na denotação de um termo, pode-se imaginar uma boa linguagem em que há um termo similar com fronteiras denotacionais bem delimitadas ao longo do mesmo parâmetro. Quanto à ambigüidade referencial e ao uso não-literal da língua, a responsabilidade pela indeterminação pode ser atribuída aos seus usuários.

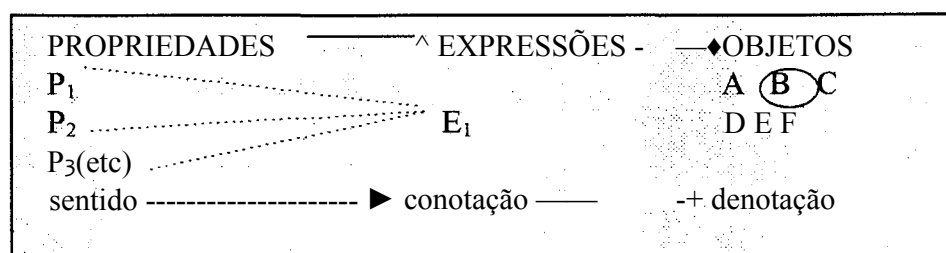
Há similaridades também entre a vagueza e a ambigüidade referencial que as distinguem da ambigüidade de sentido e o uso não-literal. "A vagueness would not be noted in a world where nothing occupied the unclear area at the denotational fringe of the expression." (SADOCK, 1986:274). A estrutura do mundo também contribui para ambigüidade referencial. Se a referência de um dêitico ou de um demonstrativo é pouco clara no mundo real, pode-se imaginar um mundo em que o termo só poderia ter um referente possível. A vagueza e a ambigüidade referencial são parcialmente oriundas de uma falha do mundo (*fault of the world*).

Para explicar as similaridades entre a ambigüidade de sentido e o uso não-literal, Sadock faz uso da palavra código (*code*) para designar o sentido que opera na determinação do sentido de um proferimento em um contexto. É a dualidade do código que permite a indeterminação. Uma expressão ambigua tem dois sentidos convencionalizados, no uso não-

literal, ao uso convencionalizado é adicionado um não convencionalizado. Assim, ambigüidade de sentido e uso não-literal são, entre outras coisas, defeitos do código (*fault of the code*).

1.3.4 - Brendan Gillon

Para GILLON (1990), a ambigüidade é uma noção importante não somente para os lingüistas, mas também para os filósofos. O autor apresenta quatro definições de ambigüidade que diferem uma da outra de acordo como os conceitos teóricos que lhes dão base. Na primeira definição, segundo ele a mais antiga, é preciso adotar os conceitos básicos da Semântica Tradicional: sentido, denotação e conotação. O sentido é interpretado, segundo Alston, como o sentido cognitivo, ou segundo Leech, como o sentido conceitual. A denotação de uma expressão é o conjunto de objetos aos quais ela pode ser verdadeiramente aplicada (corresponde à extensão), A conotação de uma expressão são as propriedades que podem ser ligadas a uma expressão (corresponde à intensão). Na semântica tradicional, os três conceitos são relacionados da seguinte forma: o sentido de uma expressão fixa a conotação e a conotação, em troca, fixa a denotação:



Reunindo os três conceitos, obtém-se a definição tradicional de ambigüidade que diz que (a) *uma expressão é ambígua se e somente se a expressão tiver mais que um sentido*. Como exemplo tem-se o vocábulo inglês *^pike* que pode significar uma espécie de peixe ou um tipo de arma. Em ambos os casos não há nenhum tipo de relação entre os sentidos. Da Língua Portuguesa pode-se apontar os seguintes exemplos muito recorrentes na literatura sobre o assunto:

- (a) *manga*, fmo; parte do vestuário onde se coloca o braço;
- (b) *folha*, pedaço de papel; parte das plantas.

A indeterminação, por outro lado, é um conceito bastante diferente do de vagueza. Considerando a relação entre sentido, conotação e denotação exposta acima, tem-se que uma expressão determina que o objeto em sua denotação possui as propriedades que estão em sua conotação e exclui as propriedades incompatíveis. A expressão não determina qualquer outra propriedade. Para Gillon, é em relação a esta última propriedade que uma expressão é indeterminada: *(b) xima expressão é indeterminada se e somente se houver algumas propriedades que não estão excluídas na conotação da expressão nem é uma espécie de qualquer propriedade incluída em sua conotação.*

A maioria dos substantivos são indeterminados, visto que sempre haverá alguma propriedade que não está incluída ou excluída de sua conotação: *mãe*, por exemplo, em sua conotação não inclui ou exclui seres de qualquer origem étnica em particular.

Ambigüidade e indeterminação são fenômenos distintos. Enquanto a ambigüidade tem um conjunto de objetos distintos na denotação, na indeterminação, o problema está na inclusão ou exclusão de certas propriedades na conotação. A generalidade, por sua vez, difere dos outros dois fenômenos: *(c) uma expressão é geral se e somente se a conotação da expressão for um conjunto de diferentes espécies.* Eis alguns exemplos de expressões gerais:

- (a) *metal*; ouro, bronze, prata,...
- (b) *cores*; vermelho, amarelo, azul,...
- (c) *árvores*; macieira, carvalho, pinheiro,...
- (d) *pais*; mãe, pai.

Generalidade e ambigüidade são distintas: uma expressão pode ser ambígua sem ser geral ou ser geral sem ser ambígua, ou seja, a generalidade não caracteriza a ambigüidade. ROBERTS (1984) e MARGALIT (1983) {*apud* GILLON, 1990} definem uma expressão geral como aquela que pode ter seu sentido parafraseado na disjunção:

- (a) *metal*: ouro ou bronze ou prata,...
- (b) *cores*: vermelho ou amarelo ou azul,...
- (c) *árvores*: macieira ou carvalho ou pinheiro,...
- (d) *pais*: mãe ou pai.

Gillon critica a definição dada acima argumentando que ela dispõe de uma base teórica insuficiente e que sem uma formalização do sentido, o conceito de generalidade como uma disjunção de sentidos, permanece obscura. Para melhor explicar a relação entre as expressões de uma língua, o autor modifica o conceito de generalidade, considerando que a língua possui relações que explicam as várias taxonomias do léxico: *(d) a palavra é geral em relação a outra palavra se e somente se a conotação da primeira for um gênero da conotação da última*. Por exemplo, *pais* é geral em relação a *mãe* e *cores* é geral em relação a *vermelho*. Nesta nova definição, a generalidade é, primariamente, uma relação entre os itens lexicais da língua e não uma propriedade como era vista nas definições anteriores.

Apesar de o sentido e de a conotação terem uma formalização um tanto frustrada, o mesmo não ocorre com a denotação. Alguns filósofos tentaram definir a ambigüidade em termos de denotação, como SCHEFFLER (1979) *{apud GILLON, 1990}*, que propõe a seguinte definição de ambigüidade: *(e) uma palavra é ambígua se e somente se sua denotação em uma ocasião de uso diverge de sua denotação em outra ocasião de uso*.

Nesse sentido, a palavra '*table*' seria ambígua quando empregada em duas diferentes sentenças expressando sentidos também diferentes:

(11) Three men moved the table.

(12) The table of trigonometric functions contains an error. (GILLON, 1990:397)

No entanto, a nova definição ainda apresenta problemas "the fatal flaw in this definition is that one has no theoretical handle on what it is for two sets to diverge. Surely it is not the case that two sets diverge just in case they are disjoint, "(/è/ífew)

Para Gillon, a definição de Scheffler não é correta, pois considera a ambigüidade como um reflexo lingüístico dos 'recortes' no universo do discurso induzidas pela concepção humana da espécie natural. Ele argumenta que há palavras cuja denotação diverge ao longo da linha das espécies naturais e que estas palavras não são necessariamente ambíguas. A palavra *metal* pode denotar pedaços de ouro ou de prata sem ser ambígua. Há casos em que a denotação de uma palavra ambígua consiste em objetos concretos (*píke* : peixe ou arma) ou objetos abstratos (*circulo*: perímetro ou área da figura) e por outro lado, há palavras ambíguas cujas denotações não divergem na disjunção dos conjuntos de

diferentes tipos, essas são as palavras auto-hiponimicas que denotam um conjunto ou um subconjunto do conjunto ('*drhik*' denota bebidas, assim como o subconjunto das bebidas alcoólicas). Em qualquer caso, as divergências entre os conjuntos de objetos, os quais são associados com ambigüidade são excessivamente heterogêneos e impedem que se encontre neles alguma significação lingüística para o conceito de ambigüidade.

Outro caso a ser observado é da Anfibologia que é obtida quando uma sentença pode ser acomodada em estruturas frasais distintas e nesse caso a ambigüidade da sentença independe da ambigüidade de suas palavras:

- (13.1) The man saw [his wife drunk] ou
 (13.2) The man [saw his wife] drunk. (GILLON, 1990:398)

Na primeira frase, a esposa está bêbada quando é vista pelo marido; na segunda, o marido está bêbado quando vê sua esposa. Esse tipo de ambigüidade extrapola a definição de Scheffler, pois a ambigüidade é provocada pela sintaxe da língua e não pela denotação das palavras. Pode-se observar que a sentença acima não teria o mesmo problema quando traduzida para a Língua Portuguesa:

- (14) O homem viu sua esposa bêbada, ou
 (15) O homem viu sua esposa bêbado.

O fato de, nessa língua, alguns adjetivos permitirem a marcação de gênero impossibilita que a sentença possa ter diferentes marcações frasais, cada sentença só pode acomodar uma marcação, caso fosse realizada mais de uma marcação frasal, uma das sentenças produzidas seria agramatical.

A terceira definição de ambigüidade apontada por Gillon é apresentada em KEMPSON (1980) e postula que *(f) uma sentença é ambígua se e somente se a sentença puder ser verdadeira de diferentes estados de coisas*. Tal como ocorre com a definição proposta por Scheffler, em (f) tem-se outra definição problemática: não há critérios claros para se estabelecer a diferença entre os estados de coisas.

A quarta definição de ambigüidade apresentada por Gillon, e que por ele é considerada a melhor, diz que *(g) uma expressão é ambígua, se e somente se, a expressão puder acomodar mais que uma análise estrutural*. Esta definição pressupõe uma distinção entre análise estrutural e expressões. A expressão é uma forma gráfica ou fônica com

propriedades acústicas e físicas, enquanto a análise estrutural é uma entidade sintática abstrata, um postulado teórico. A análise estrutural é codificada em uma expressão fônica através de regras fonológicas, e uma expressão fônica é codificada em uma gráfica através de regras de transcrição fonética. A ambigüidade seria, então, uma relação ‘*many-one*’ entre entidades sintáticas e expressões, ou seja, uma expressão corresponderia a diferentes entidades sintáticas.

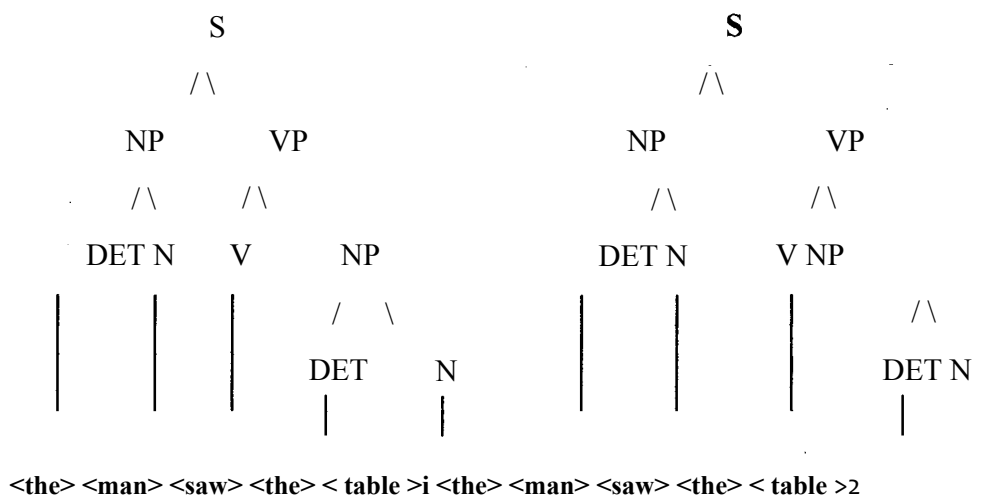
Gillon defende a definição dada em (g) argumentando que a idéia de ambigüidade como uma relação “‘*many-one*” não é nova, tendo sido tratada por lógicos, como Cresswe e Montague que defendem que a ambigüidade é uma relação entre muitos elementos sintaticamente não-ambiguos de uma lógica intensional e uma expressão correspondendo a elas na língua natural, Semanticistas, como Katz, vêem a ambigüidade como uma relação entre muitas representações semânticas e uma expressão correspondente a elas na língua natural, Gillon diz não divergir dessas idéias, pois somente muda a natureza das entidades: a natureza das entidades não é mais semântica, é agora sintática, Gillon observa que a noção lingüística padrão é equivocada em relação á distinção entre expressões e análise sintática. Ela não distingue entre palavras como expressões gráficas ou fônicas de um lado e palavras como indicadores sintáticos de nó terminal de um marcador fi-asal de outro. O autor, para evitar confusão, propõe uma modificação na noção padrão incluindo os indicadores de nós terminais dos marcadores fi'asais em colchetes/<xx>

Segundo o autor, uma das vantagens da definição (g) de ambigüidade é que ela é completamente geral. Se a expressão for uma frase, ela terá sua análise estrutural não-trivial, tendo mais de um nóculo na marcação frasal; se a expressão for uma palavra, sua análise estrutural será trivial e com apenas um nóculo, que incluirá, entre outras coisas, o endereço lexical de uma entrada lexical. Através dessa definição Gillon diz que (h) *a word is ambiguous if, atid only if it can accomodate more than one trivial phrase marker. And trivial phrase markers are distinct if and only if the lexical address of their lexical entries are distinct.* fGILLON, 1990:401j

A entrada lexical consiste em uma seqüência coordenada que contém informações sobre vários aspectos de uma palavra. Gillon adota a prática tradicional que dá ás palavras com sentidos diferentes, entradas diferentes. Essa prática garante que palavras com sentidos diferentes tenham marcadores frasais distintos.

Essa nova definição fornece não somente um tratamento uniforme das ambigüidades lexical, frasal e sentencial, mas também captura o fato de uma palavra ambigua tornar a sentença ambigua. Se a frase ou a sentença contém uma palavra que tem entradas lexicais distintas, então a sentença ou a frase acomoda diferentes marcações frasais, diferindo ao menos nos nós terminais que indicam a entrada lexical das palavras:

(16) The man saw the table.



Fonte: GILLON, 1986:403

Segundo o autor, essa definição é formulada em termos que são fundamentais para a teoria lingüística formalizada (ex.: marcador de frases ou seqüência de marcadores de frases), desse modo, ela traz a noção da ambigüidade inserida no âmbito de uma parte formalizada da teoria lingüística.

1.3.5 - Manfred Pinkal

PINKAL (1995) apresenta uma detalhada descrição sobre o fenômeno por ele chamado de 'indefinição semântica'. Sua atenção está centrada, principalmente, sobre a vagueza e a ambigüidade tendo como base metodológica a semântica lógica das linguas naturais. Pinkal inicia seu trabalho apresentando os conceitos de bivalência e indefinição a partir da análise da seguinte frase:

(17) Was Christopher Columbus the first European to set foot on American soil? (PINKAL, 1995:09)

Algumas pessoas prontamente responderiam ‘sim’, enquanto outras contestariam a resposta complementando:

(18) The first European to set foot on American soil was Leif Erikson. (PINKAL, 1995:09)

Há outros que simplesmente responderiam:

(19) I don't know.

(20) That is unknown.

(21) No one will be able to find out. *{Ibidem}*

As respostas que podem ser obtidas revelam a crença comum entre os falantes de que uma sentença só pode ter uma resposta correta: ser verdadeira ou ser falsa. A sentença (17) pode ter seu valor de verdade definido tendo-se um conhecimento suficiente sobre as circunstâncias que envolvem o fato (a história, por exemplo). No entanto, sentenças que asserem sobre um evento a ser realizado em um tempo futuro não fornecem as circunstâncias que norteiam o fato. Este tipo de indefinição pode ser caracterizada como epistêmica, pois o valor de verdade é estabelecido, mas não pode ser reconhecido, ou como ontológica, pois o valor de verdade fica em aberto até a realização dos eventos envolvidos.

Essa busca pelo valor de verdade de uma sentença procura satisfazer ao Princípio de Bivalência que postula que toda sentença possui exatamente um dos valores de verdade: o verdadeiro ou o falso. Algumas sentenças podem ser verdadeiras e falsas, mas não simultaneamente, isto é, elas são semanticamente dependentes do contexto de proferimento, dependem de quem as profere e em que circunstâncias o faz. Segundo Pinkal

(a) uma sentença é semanticamente indefinida se e somente se em certas situações, apesar do conhecimento suficiente sobre os fatos relevantes, nem a verdade nem a falsidade pode ser claramente apontada como seu valor de verdade.

O autor observa que a definição proposta acima não consegue captar os fenômenos que são considerados indefinidos ou vagos, como por exemplo, uma afirmação sobre um evento a ser realizado no futuro. Os casos de indefinição não possuem uma única

forma. Alguns parecem ser mais um caso de vagueza, outros de ambigüidade e em muitos casos ambigüidade e vagueza estão lado a lado. Além da vagueza e da ambigüidade, Pinkal apresenta outros tipos de indefinição:

- . As falhas pressuposicionais: representam um vasto grupo de fenômenos de indefinição que, ao contrário da ambigüidade e da vagueza, não podem ser interpretados como casos de divergência de opinião.

- . Metáforas: o discurso não-literal é um fenômeno independente que exige uma análise especial. Os mais importantes modelos de discurso não-literal são a metáfora e a metonímia. A metáfora pode ser convencionalizada em diferentes graus. De um lado há as metáforas absolutas, de outro lado há palavras ambíguas com leituras que podem ser etimologicamente explicadas como uma metáfora lexicalizada. Não é possível traçar uma fronteira precisa que indique onde termina um tipo e começa o outro. Entre os dois extremos há um espectro de proferimentos metafóricos que são mais ou menos convencionais ou seguem modelos convencionais. “Metaphors are simultaneously richer and more indefinite than any literal paraphrase.” (PINKAL, 1995:23).

Pinkal observa que o fenômeno da vagueza, antes de uma exceção, representa um fato recorrente da língua e a vagueza motivada pela falta de informação não deve ser confundida com a vagueza semântica que ocorre quando não se pode estabelecer o valor de verdade.

1.4- Delimitação do conceito de vagueza

Depois de tudo o que foi exposto acima, pode-se, a princípio, dizer que não há muitas variações no que diz respeito à definição de vagueza. A maioria dos autores concordam que a vagueza é um fenômeno inerente à linguagem natural e que não deve ser confundida com outros fenômenos relacionados à indeterminação da linguagem; não está associada à falta de informatividade do enunciado em que uma expressão vaga ocorre e nem pela insipiência de quem profere ou ouve tais enunciados.

Devido ao caráter desta pesquisa, procura-se uma definição de vagueza que se mostre adequada a explicar como a vagueza opera na língua em uso. Uma possível definição para os objetivos deste trabalho seria:

Uma expressão (ou categoria) é vaga quando não se pode determinar o conjunto de condições necessárias e suficientes que formam o seu sentido e quando a aplicabilidade do termo deixar dúvidas.

Um termo pode ser considerado vago quando não se pode precisar o seu sentido. A maioria das palavras de uma língua são suscetíveis de vagueza, visto que sempre haverá alguma situação em que não se poderá legitimar a aplicabilidade ou não de determinados termos.

Como será visto mais à frente, a comparação é um dos mecanismos usados para se reduzir a vagueza dos termos empregados em um determinado enunciado. Segue abaixo alguns exemplos de enunciados comparativos em que ocorrem termos vagos:

(22) (sobre os partidos políticos) (Não) está no sangue mesmo. A gente é torcedor fanático que nem os torcedores do Internacional. (SC CHP 10: I241⁶)

(23) Pois é que não morra, quer dizer que nem a família alemã, eles têm mais tradição do que o italiano. (SC CHP 14: 996)

Nos enunciados acima, os termos considerados vagos estão sublinhados. Como já assinalado, a vagueza não é uma característica particular de nenhuma classe específica de palavras. Em (22), a expressão *torcedor fanático* pode ser considerada vaga, visto que não se pode determinar qual é o conjunto de condições necessárias e suficientes para que se possa considerar alguém de fato um torcedor fanático: assistir a todos os jogos de seu time; colecionar os pôsteres de seu time; pintar no rosto o escudo de seu time; viajar dezenas de horas para ver seu time jogar; torcer contra o principal rival de seu time; etc. Tal lista é com certeza muito extensa. Por exemplo, um torcedor que assiste somente aos jogos transmitidos pela televisão mas que coleciona todos os pôsteres e que sabe de cor o hino de seu time pode ser considerado um torcedor fanático? E aquele que viaja horas e mais horas para assistir ao vivo aos jogos de seu time mas que nem sequer sabe o primeiro refrão do hino pode ser considerado um torcedor fanático? Estes dois exemplos servem para ilustrar o fato de que sempre haverá casos duvidosos em que não se saberá se o termo em questão é aplicável ou não.

⁶ A referência dos dados é dada na seguinte ordem: o estado, cidade, número da entrevista e número da linha em que se encontra o dado.

Em (23), o falante diz que os alemães têm mais tradição que os italianos. É de conhecimento dos interlocutores que os alemães cultivam suas tradições através da organização de festas com comidas, trajes e danças típicas. Por exemplo, uma comunidade de poloneses que cultivava a cultura característica, mas que está perdendo a fluência na língua polonesa pode ser considerada uma preservadora da tradição? O que se conclui então é que *tradição* pode ser considerado um termo vago, visto que sua aplicabilidade deixa dúvidas.

Apesar de não ter noção da frequência de uso, o falante, muitas vezes, pode optar em ser vago ou não. Em alguns casos o emprego de um termo vago não é percebido, ou seja é não-intencional, em outros casos pode ser proposital. Neste último caso, o que está em jogo são os objetivos do locutor, sua comunicação terá a precisão que ele almejar (pelo menos, no que for possível). Contudo, há casos em que o falante percebe que o emprego de um termo vago poderá colocar em risco o que se pretende comunicar. Nestes casos, a própria língua coloca à disposição dos falantes recursos que o auxiliam a reduzir a vagueza dos termos: os modificadores de grau, incluindo aí a comparação e os *hedges*.

1.5 - Os modificadores de vagueza

De acordo com MOURA (1996), a vagueza de um termo é variável. Os graus de vagueza de um termo podem variar de acordo com o contexto e as construções lingüísticas em que estão inseridos. Em alguns casos, a vagueza é explorada ao máximo e em outros procura-se reduzi-la. O autor parte da hipótese⁹ de que existem mecanismos lingüísticos e expressões que permitem que a vagueza de um termo seja reduzida ou ampliada. Os principais mecanismos de modificação de vagueza apresentados por Moura são divididos em três níveis: pragmáticos, gramaticais e lexicais (*hedges*) e estão sintetizados nos quadros abaixo. Em seguida, será centrada atenção nos mecanismos de redução de vagueza, em especial nos *hedges*. Os modificadores de grau serão apresentados no 3º Capítulo.

⁹ Tal hipótese retoma e amplia o conceito de *hedge* proposto por LAKOFF (1972)

Mecanismos de redução de vagueza		
Pragmáticos	Contexto de enunciação	Contexto de curta duração: o contexto verbal específico determina o parâmetro para a redução. Ex.: a expressão 'grande cidade' assume um significado específico em uma conversa sobre viagens.
Gramaticais	Comparação	Reduz a vagueza do que se predica do primeiro termo através de uma pomparação com o segundo. Ex.: Mário é tão magro quanto Marco Maciel.
	Intensificação	Reduz o campo de aplicação de um predicado. Ex.: Pedro é muito alto.
	Sufixos Diminutivos	Não torna a informação totalmente clara, mas ajuda a definir mais rigorosamente, Ex.: João acordou cedinho.
Lexicais	<i>Hedges</i>	Ajudam a delimitar o ntímero de traços que devem ser incluídos na definição de um teimo. Ex.: Legalmente falando, Pedro não é racista.

Mecanismos de intensificação de vagueza		
Pragmáticos	Aproximação	Permite que se transforme um predicado de vagueza nula ou reduzida, em um predicado vago. Ex.: A França é um hexágono.
Gramaticais	Modificadores	Têm um efeito semelhante ao da aproximação, Ex.: 0 quarto é mais ou menos quadrado.
Lexicais	<i>Hedges</i>	Tornam um termo mais vago pela ampliação de seu conceito. Ex.: Loosely speaking, a whale is a fish. (In Lakoff, 1972,p.199)

Os modificadores de vagueza desempenham um papel primordial no que Moura chama de processo de recategorização⁷. Tal processo é obtido a partir de certas operações gramaticais tal como os *hedges* e a modificação de grau*.

1.5.1 - Os *hedges*

De um ponto de vista formal, os *hedges* formam um grupo altamente heterogêneo. Eles incluem adjuntos sentenciais como *loosely speaking* e *strictly speaking*, conjunções como *in that*, modificadores como *so-called* e artifícios grafológicos como

⁷ O conceito de recategorização será abordado no último capítulo desta dissertação.

* Os modificadores de grau serão estudados nos capítulos 3 e 4.

vírgulas e certos padrões de entonação. Semanticamente, podemos caracterizar os *hedge* como expressões lingüísticas que os falantes têm à sua disposição para comentar a língua que usam. TAYLOR (1991) discutiu o papel dos *hedges* na estruturação das categorias. Compare-se as sentenças:

(24) A robin is a bird par excellence.

(25) ? A turkey is a bird par excellence. (Taylor, 1991:76)

A sentença (25) é curiosa, não é o caso que *turkey* (peru) não seja um pássaro, somente não é um pássaro por excelência. *Turkeys* exibem uma extensão de atributos que não são compartilhados pelos pássaros prototípicos: eles não podem voar, não cantam, etc. *Por excelência* é um *hedge* cuja função é apontar somente os membros centrais de uma categoria. Outros *hedges* funcionam para excluir o membro central de uma categoria, *loosely speaking* é um exemplo. Ele mostra que as fronteiras de uma categoria são flexíveis:

(26)? Loosely speaking, a chair is a piece of furniture.

(27) Loosely speaking, a telephone is a piece of furniture.

(28) *Loosely speaking, a six sided figure is hexagonal.

(29) Loosely speaking, France is hexagonal. (Taylor, 1991:77)

Aqui (26) e (28) são curiosas, desde que *cadeiras* são bons exemplo de mobília e uma figura de seis lados é um hexágono. Um *telefone*, por outro lado, é um exemplo marginal de mobília, enquanto as fronteiras da França traçam apenas um vaga aproximação com um hexágono. *Strictly speaking* é similar a *par excellence*, aquele *hedge* também exclui os membros mais centrais de uma categoria.

(30) ? Strictly speaking, beans are vegetables.

(31) Strictly speaking, rhubarb is a vegetable.

(*Ibidem*)

Strictly speaking remove a confusão das categorias limites, eliminando as entidades não-prototípicas. *In that* elimina os atributos que tipicamente seriam associados á

categoria e especifica aqueles que o objeto em causa compartilha com outros membros da categoria:

(32) Loosely speaking a bat is a bird, in that it has wings and can fly. (Taylor, 1991:78)

O *hedge* "tecnicamente falando" age da mesma forma como *Strictly speaking*, ele remove a vagueza (imprecisão) de uma categoria e em muitos casos os dois *hedges* são intercambiáveis. Mas é necessário ressaltar que *tecnicamente* invoca uma definição técnica de uma categoria.

Os *hedges* têm como função reestruturar as categorias lexicais. A partir de uma categoria primitiva é gerada uma categoria derivada. Neste processo, o que se almeja é reduzir o grau de indeterminação de uma categoria. Observe-se o funcionamento do *hedge* *legalmente* no enunciado extraído dos dados do *corpus* em análise:

(33) Quer dizer aí, se a mãe tivesse me registrado, eu seria legalmente filha dela né? (SC FLP 03: 134)

Nesse caso, *legalmente* seleciona os critérios segundo os quais um indivíduo pode ser considerado filho de alguém. Ou seja, os critérios legais são escolhidos para determinar se um sujeito é filho ou não de determinada pessoa. No enunciado acima, a categoria primitiva é representada pelo termo FILHO e a categoria derivada por LEGALMENTE FILHO. O que o *hedge* faz é transformar uma categoria primitiva que pode ser considerada vaga, pois divergentes são os critérios para se determinar se um indivíduo é ou não filho de alguém⁹, em uma categoria derivada com seu grau de vagueza bastante reduzido, especificando em que campo ela deve ser aplicada. Deve-se ressaltar que a aplicação dos *hedges* não garante que a vagueza da categoria primitiva seja eliminada, visto que, mesmo estabelecendo em que domínio ela deve ser aplicada, poderá sempre persistir algum caso duvidoso.

1.6 - Conclusão

⁹ LAKOFF (1987) apresenta uma interessante análise sobre os critérios para se definir o conceito de mãe.

Como foi visto ao longo deste capítulo, existem vários tipos de indeterminação, sendo que a maioria dos itens de uma língua pode, eventualmente, apresentar alguma indeterminação.

A vagueza precisa ser considerada uma característica inerente às línguas naturais e não uma anomalia destas. Assim como a vagueza é própria do sistema, cada sistema lingüístico possui seus recursos para que não haja problemas na comunicação. Dentre tais recursos, estão os *hedges*, os modificadores de grau e a comparação. O mais importante a ser retido de tudo o que foi exposto é o fato de que os fenômenos de indeterminação não são meros postulados teóricos, mas que são empregados consciente e/ou inconscientemente pelos usuários das línguas naturais.

2 - A CATEGORIZAÇÃO: DA TEORIA CLÁSSICA À VERSÃO ESTENDIDA

2.1 - Introdução

Quando se observa a língua que é usada, não raramente questiona-se sobre o porquê de os objetos terem as designações que têm, ou mesmo, como os objetos podem ser agrupados em determinados conjuntos e não em outros. É sobre o segundo questionamento que este capítulo estará centrado. O objetivo aqui é apresentar a Abordagem Clássica de Categorização e a Teoria de Protótipos, procurando demonstrar que aquela não corresponde aos processos utilizados pelos falantes nos processos de categorização e que esta, através de suas versões, capta melhor tal processo.

Para LAKOFF (1987), as coisas são categorizadas em um mesmo grupo, de acordo com o que elas têm em comum. A visão clássica de categorias baseadas no compartilhamento de propriedades não está totalmente errada, pois frequentemente os indivíduos fazem uma categorização nestas bases, mas deve-se considerar que nos últimos anos os estudos demonstraram que a categorização é muito mais complexa, surgindo então a Teoria dos Protótipos.

2.2 - A abordagem clássica

A abordagem clássica é geralmente remetida a Aristóteles. Este pensador distinguiu entre a essência de uma coisa e seus acidentes:

(a) a essência é o que faz de uma coisa o que ela é; são todas as partes imanentes que indicam a individualidade; sua destruição causa a destruição do todo;

(b) o acidente é o que não desempenha papel na determinação do sentido.

Tome-se o seguinte exemplo dado por Aristóteles: a essência de HOMEM é ser um animal bípede; é accidental ser branco ou culto. Os atributos accidentais podem ser verdadeiros para um indivíduo, mas são irrelevantes para determinar se uma entidade é de

fato um *homem*. Para saber se dada entidade é um *homem*, é necessário saber o sentido da palavra *homem*, o que implica conhecer a sua essência.

Para dizer que X é um Y é necessário confrontar as propriedades de X em relação às características que definem a essência da categoria Y: a palavra *homem* pode ser definida pela conjunção de duas características: bípede e animal. Os dois traços são individualmente necessários para a definição da categoria (a fahá de um causa a destruição do todo). Se alguma das características definidoras não é apresentada pela entidade, então ela não é membro da categoria: as categorias são definidas em termos de conjunção de traços necessários e suficientes. As características definidoras são binárias e as categorias têm fronteiras claras. Uma categoria estabelecida divide o universo em dois conjuntos de entidades: as que são e as que não são membros de uma categoria. Não há casos duvidosos.

No entanto, essa abordagem clássica não é resultado de nenhum estudo empírico e sim uma posição filosófica com base em especulações. Até recentemente, era ensinada como uma verdade inquestionável. Atualmente, com o desenvolvimento de estudos empíricos no campo da psicologia cognitiva, os estudos sobre a categorização tomaram novos rumos.

2.3 - Os pesquisadores da nova abordagem

WITTGENSTEIN (1945) {*apud* TAYLOR, 1991) notou que os vários membros da categoria JOGO não compartilham um conjunto de propriedades comuns em cujas bases se pode claramente distinguir entre JOGOS e NÃO-JOGOS. Alguns membros compartilham determinados atributos, outros membros, outros atributos. Desta forma, não há atributos comuns a todos os membros. Para o autor, a maioria dos itens lexicais estão estruturados da mesma forma e usa a metáfora da ‘semelhança de família’ para descrever a estrutura dos jogos: se todos os jogos forem comparados entre si, poder-se-á observar que não há um traço comum a todos eles, mas há similaridades e relações, havendo uma sobreposição e um cruzamento de similaridades. Da mesma forma, os vários membros de uma família possuem semelhanças dispersas entre eles: cor dos olhos, temperamento, estatura, etc.

Wittgenstein também discute como a categoria JOGOS pode ser aprendida, desde que não é estruturada de acordo com os princípios clássicos. Esta categoria não pode ser aprendida pela conjunção de traços que distinguem entre JOGOS e NÃO-JOGOS, mas pode ser aprendida tendo-se como base certos modelos: se alguém é questionado sobre o que é um *jogo*, a partir de um modelo pode-se dizer que as coisas similares a ele são *jogos*. Wittgenstein nada disse sobre o que motiva a escolha de determinado modelo e não de outro.

LABOV (1973) (*apud* TAYLOR, 1991) estudou a categorização lingüística de recipientes de uso doméstico como copos, canecas, tigela e vasos. O seu procedimento era o seguinte: eram esboçados os desenhos de recipientes de diferentes tamanhos, estes eram apresentados para sujeitos que deviam responder o nome do que estava retratado. Um determinado desenho que apresentasse uma área circular, afinando-se em direção ao fundo era reconhecido como uma xícara, e se a largura e a profundidade fossem aumentadas então o objeto era chamado de tigela. Contrariamente ao que postulava a Teoria Clássica, não há uma linha divisória clara entre *copo* e *tigela*, visto que uma categoria pode emergir gradualmente de uma outra. A categorização também pode variar quando se pede que o sujeito imagine os recipientes abastecidos com algum produto: quando se imagina abastecido com café quente, a resposta obtida é, na maioria, que trata-se de xícaras, já se o produto for uma salada de batatas, a resposta obtida é bacia. Um efeito similar é obtido se ao invés de se aumentar a largura do objeto aumenta-se a sua profundidade, assim uma xícara pode passar ao estatuto de vaso, sem se ter certeza a partir de que ponto ela deixou de ser aquela e se tomou este.

Para TAYLOR (1991), várias conclusões podem ser obtidas a partir do experimento de Labov e assume a idéia de que as entidades são categorizadas com base em seus atributos e que estes atributos não são os constructos binários de uma abordagem clássica. Considere-se a profundidade e a largura, estes tamanhos são variáveis contínuas. Os resultados apresentados por Labov mostraram que há um certo valor ótimo ou uma extensão de valores que servem, não para dizer se uma entidade possui ou não tal atributo, mas para dizer se a entidade se aproxima dos valores ótimos.

Uma boa pergunta seria: o que faz uma xícara ser uma xícara e não um vaso ou uma tigela? Para Wittgenstein, a resposta não está na posição aristotélica no que diz

respeito à essência do objeto, mas antes na busca dos modelos que servem como pontos de referência para a categorização.

Para AUSTIN (1961) *{apud LAKOFF, 1987}*, os sentidos de uma palavra podem formar uma categoria, sendo cada sentido um membro dela. Uma vez que os sentidos, geralmente, não têm propriedades em comum, não existe uma categoria clássica dos sentidos que uma palavra possa designar. No entanto, o autor observa que há sentidos centrais e não-centrais e que eles apresentam uma relação entre si. Austin chamou de *primary nuclear sense* o que hoje designa-se de sentido central ou prototípico.

Lofti ZADEH (1965) *{apud LAKOFF, 1987}* desenvolveu uma forma para acomodar as categorias graduais. Algumas categorias, como SENADOR, não têm gradação, alguém é ou não é um senador. No entanto, categorias como HOMEM RICO ou HOMEM POBRE são graduais devido à gradualidade dos predicados *riqueza* e *pobreza*. Para dar conta de tal fenômeno, Zadeh propôs a Teoria dos conjuntos difusos (*fuzzy set theory*), na qual os membros têm valores entre 0 e 1.

Floyd LOUNSBURY (1964) *{apud LAKOFF, 1987}*, no campo da antropologia cognitiva, estudou a língua Fox dos índios americanos e descobriu que algumas categorias eram estruturadas em termos de um membro focal e um pequeno conjunto de regras gerais, estendendo cada categoria aos membros não-focais. Cada categoria era formada por um membro gerador com estatuto especial.

Brent BERLIN e Paul KAY (1969) *{apud LAKOFF, 1987}* estudaram a categorização das cores em diferentes línguas e observaram que os termos básicos apresentavam algumas regularidades: eram designados por um só morfema, não se restringiam a um pequeno número de objetos e eram de uso comum e geral. Observaram também que os limites entre as cores variam de língua para língua e que as regularidades podem ser percebidas quando se trata de identificar o melhor representante (o exemplo prototípico).

KAY e MCDANIEL (1978) *{apud LAKOFF, 1987}* com base em estudos neurofisiológicos, aplicaram uma versão da *fuzzy set theory* para analisar os resultados de Kay-Berlin. A utilização *adi. fuzzy set theory* permitiu: (1º) caracterizar as cores focais não-primárias, ex.: alaranjado= vermelho + amarelo; cinza= preto + branco; (2º) permitiu uma avaliação intuitiva de categorias de cores básicas que incluem mais que uma cor focal. Para os pesquisadores, as categorias de cores básicas são produtos de operações

neurofisiológica e cognitivamente reais que podem ser *fuzzy sets* (conjuntos difusos).

BROWN (1965) {*apud* LAKOFF, 1987) observou que os objetos têm muitos nomes e que, de todos os nomes possíveis para alguma coisa, há um nome particular que tem estatuto especial. A categorização inicia no nível de ações distintivas, indo para as categorias sobreordenadas e subordinadas. O primeiro nível de categorização tem as seguintes propriedades:

- é o nível de ações distintivas;
- é o nível que é mais cedo aprendido e em que as coisas são primeiro nomeadas,
- é o nível em que os nomes são curtos e usados com maior frequência;
- é um nível natural de categorização.

BERLIN *et al* (1958) {*apud* LAKOFF, 1987) estudaram a classificação popular de plantas e animais. Eles descobriram que havia um nível simples de classificação. Os resultados obtidos mostraram que a categorização humana baseada em interações com o ambiente é extremamente acurada no nível básico. As interações de nível básico produzem um elo entre a estrutura cognitiva e o conhecimento real do mundo.

Eleanor Rosch foi a primeira a fornecer uma perspectiva geral para os problemas das pesquisas anteriores. Ela desenvolveu o que foi chamado de Teoria dos Protótipos e Categorias de Nível Básico. Suas contribuições são geralmente reconhecidas pela psicologia cognitiva como tendo revolucionado o estudo da categorização na psicologia experimental. Os resultados obtidos dividem-se em duas categorias: (a) os efeitos prototípicos que dão continuação à pesquisa de Berlin e Kay sobre as cores e (b) os efeitos de nível básico que generalizam as observações de Brown e os resultados de Berlin.

O trabalho de Rosch sobre a categorização pode ser dividido em três fases:

1ª Fase (final da década de 60 ao início da década de 70): como estava estudando cores, formas e emoções, Rosch acreditava que os protótipos eram primariamente assunto de (a) saliência perceptual: o que é mais prontamente percebido pelas pessoas; (b) memorização: quais as coisas que são mais facilmente lembradas; (c) estímulo de generalização: habilidade para generalizar alguma coisa a outra que é similar fisicamente.

2ª Fase (início à metade da década de 70): sob influência da psicologia do processamento da informação, Rosch considerou a possibilidade de os efeitos prototípicos poderem fornecer

uma caracterização da estrutura interna da categoria. A classificação como melhor exemplo pode diretamente refletir a estrutura interna da categoria na representação mental.

3^ª Fase (final da década de 70): Rosch chegou à conclusão de que os efeitos prototípicos, definidos operacionalmente através dos experimentos, não determinam as representações mentais. Os efeitos limitavam as possibilidades do que uma representação poderia ser, mas não havia uma correspondência *om-to-om* entre os efeitos e as representações mentais. Os efeitos tinham fontes, mas não se conseguia determinar a fonte de dado efeito.

Não é amplamente difundido que Rosch abandonou a idéia de que os efeitos prototípicos espelham diretamente a estrutura da categoria e que os protótipos constituem representações de categorias. Para Lakoff, apesar das advertências já realizadas por Rosch, muitos de seus resultados ainda são interpretados de acordo com sua 1^ª Fase, e dá como exemplo os resultados envolvendo as pesquisas sobre os efeitos prototípicos na categoria PÁSSAROS. Durante a 2^ª fase, as pesquisas foram interpretadas avaliando-se que os membros menos representativos seriam menos pássaros do que os outros membros. No entanto, esta é uma interpretação equivocada. As avaliações de Rosch, na verdade, mostraram que a categoria PÁSSAROS tem fronteiras nítidas e que todos os membros são 100% membros. Contudo, a categoria precisa ter uma estrutura interna que produza a avaliação de qualidade, além disso, esta estrutura interna deve ser parte do nosso conceito do que um pássaro é. A estrutura das categorias desempenha papel específico no raciocínio. Em muitos casos, os protótipos agem como pontos de referência cognitiva de diferentes tipos e formam a base para inferências. O estudo da inferência humana é parte do estudo do raciocínio humano e da estrutura conceptual, conseqüentemente, os protótipos utilizados para fazer inferências devem ser parte da estrutura conceptual.

Lakoff atenta para o fato de que os efeitos prototípicos são superficiais. Eles podem ser o resultado de muitos fatores. Uma categoria gradual, como HOMEM ALTO, é vaga e não tem fronteiras rígidas e os efeitos prototípicos podem resultar da gradação existente entre os membros da categoria. Para PÁSSAROS, que têm fronteiras rígidas, os efeitos prototípicos podem resultar de algum aspecto da estrutura interna da categoria. Então, os efeitos prototípicos resultam da natureza dos modelos cognitivos¹⁰.

Rosch estendeu os resultados de suas pesquisas sobre as cores para outras categorias, inicialmente para as categorias de objetos físicos. Em todos os casos, assimetrias

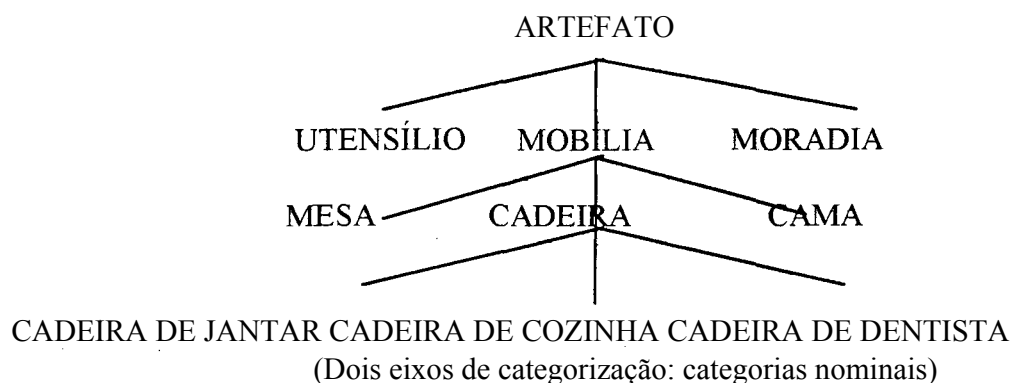
¹⁰ Sobre os modelos cognitivos ver em 2.8.3.

(efeitos prototípicos) foram encontradas; os sujeitos julgaram que certos membros de uma categoria eram mais representativos que os outros. Estes membros mais representativos foram chamados de membros prototípicos. Seguem os paradigmas experimentais utilizados no estudo das categorias de objetos físicos:

- (a) Classificação direta: solicita-se que os sujeitos classifiquem, numa escala de um a sete, o quanto os vários membros de uma categoria são bons exemplos.
- (b) Tempo de reação: solicita-se que o sujeito pressione um botão para indicar a verdade ou falsidade de uma determinada frase, como: Um [exemplo] é um [nome da categoria]. *ilJma galinha é um pássaro*). O tempo de resposta é menor para os exemplos representativos.
- (c) Produção de exemplos: quando solicitado para listar ou desenhar exemplos de membros de categorias, os sujeitos preferiam os exemplos mais representativos.
- (d) Assimetrias em classificação de similaridades: os exemplos menos representativos são freqüentemente considerados mais similares aos exemplos mais representativos do que o inverso. Para os americanos o México é mais parecido com os Estados Unidos do que os Estados Unidos é parecido com o México, na categoria PAIS.
- (e) Assimetria e generalização: uma informação nova é generalizada do membro mais representativo para o menos representativo da categoria. Uma doença é transmitida dos *par dais* para os patos e não o contrário.
- (f) Semelhanças de família: caracterizando semelhança de família como as similaridades percebidas entre os membros representativos e não-representativos das categorias, Rosch demonstrou que havia correlação entre semelhanças de família e classificação numérica do melhor exemplo.

2.4 - A organização estrutural das categorias

Uma entidade pode ser categorizada em muitos modos alternativos. Os diferentes níveis de categorização podem ser representados assim:



A organização hierárquica das categorias reforça a caracterização clássica das categorias. Verticalmente, pode-se observar que cada categoria possui exatamente as características da categoria imediatamente superior e uma ou mais características adicionais diferenciadoras. Os itens de um mesmo nível de categorização compartilham as características da categoria imediatamente superior, mas cada uma é distinguida das outras do mesmo nível pela presença de uma única característica (ou um conjunto de características).

Duas críticas podem ser apresentadas a esse modelo de organização hierárquica das categorias. Em primeiro lugar, as categorias de um nível de categorização nem sempre compartilham um conjunto de características que definem a categoria superior. Certos experimentos mostraram que alguns atributos são associados com diversos membros de uma categoria e outros atributos com membros individuais. Poucos atributos eram comuns a todos os membros de uma categoria, sendo que os membros centrais compartilhavam um número maior de atributos do que os membros marginais.

Há uma segunda circunstância na qual a visão clássica representa inadequadamente as categorias da linguagem. Na visão clássica não há razão para atribuir estatuto especial para qualquer nível particular de categorização, exceto para o mais alto e para o mais baixo. No entanto, há um nível de categorização que é cognitiva e linguisticamente mais saliente que os outros, este é o *nível básico de categorização*.

2.4.1 - O nível básico de categorização

É no nível básico de categorização que as pessoas conceptualizam coisas como *gestalts* perceptuais e funcionais. Rosch observou que o nível psicologicamente mais básico está no meio da taxinomia hierárquica:

SOBREORDENADO ANIMAL	MOBÍLIA
NÍVEL BÁSICO CACHORRO	CADEIRA
SUBORDINADO CÃO DE CAÇA	CADEIRA DE BALANÇO

Rosch *et ali.* (1976) (LAKOFF, 1987) descobriram que o nível básico é:

- o nível em que as formas dos membros da categoria são percebidas totalmente;
- o nível no qual uma única imagem mental pode refletir a categoria inteira;
- o nível no qual os sujeitos são rápidos para identificar os membros da categoria;
- o primeiro nível nomeado e entendido pela criança;
- o primeiro nível a entrar no léxico da língua;
- o nível com lexemas curtos;
- o nível no qual os termos são usados em contextos neutros;
- o nível no qual muito do nosso conhecimento é organizado;
- o nível em que a pessoa usa ações motoras similares para interagir com os membros da categoria.

Para ilustrar o que foi dito, são apresentados abaixo alguns enunciados comparativos que possuem termos de nível básico em posição de termo comparante, o segundo termo da comparação, e que fazem parte do *corpus* em análise:

(1) (sobre a plantação de er\ 'a-mate) Vocês só plantam?

Só plantamos ela, e cultivamos ela e vendemos ela que nem milho ou feijão. (SC CHP 11:

1071)

(2) Bom, a gila é que nem abóbora, é que nem melancia, só que a gila ela não tem açúcar, né?

(SC LAGES 12: 422)

Observa-se que em (1) não se usam os termos sobreordenados *cereal* ou *gi'ãos* e também não se usa um termo subordinado do *feijão preto* ou *feijão de corda* e sim os

termos básicos *milho* e *feijão*. Em (2), os termos básicos são *abóbora* e *melancia*. Deve-se considerar que os dados foram extraídos de comunicação oral e não de experimentos relacionados a pesquisas cognitivas. Com isto, se confirmam muitas das características apontadas anteriormente, visto que os termos de nível básico ocorrem naturalmente na comunicação cotidiana.

Termos de nível básico podem ser distinguidos de termos não-básicos. Os termos de nível básico são geralmente curtos e de estrutura simples (monomorfêmicos), os termos abaixo do nível básico são, com frequência, compostos, formados por um termo de nível básico mais um modificador (ex: *cadeira de balanço*, *feijão preto*). Lakoff observa que quando se solicita que os sujeitos listem os atributos de categorias, eles listam poucos atributos dos membros da categoria do nível sobreordenado (*veículo*, *mobiUa*). Os sujeitos listam, com maior frequência, o que eles conhecem no nível básico (*cadeira*, *carro*).

BERLIN (1974) e HUNN (1977) (*apud* LAKOFF, 1987) sugeriram que a percepção da configuração parte-todo é a determinante fundamental do nível-básico. TVERSKY e HEMENWAY (1984) (*apud* LAKOFF, 1987) deram suporte a esta hipótese observando que o nível básico é distinguido dos outros com base no tipo de atributos que as pessoas associam com categorias neste nível, em particular, atributos relacionados às partes. O conhecimento no nível básico é organizado em torno da divisão parte-todo: (1°): as partes são relacionadas a funções; (2°): as partes determinam a forma que é percebida; (3°): interage-se com as coisas através de suas partes e a divisão parte-todo determina qual programa motor é usado para interagir com o objeto.

A noção de termos de nível básico relaciona-se com a estrutura prototípica de categorias. As categorias tipicamente têm limites vagos e podem emergir de outras, alguns atributos podem ser compartilhados por somente alguns membros de uma categoria; pode haver categorias sem atributos compartilhados por todos os seus membros. Para deixar as categorias distintas e informativas é necessário focalizar o nível básico de categorização, mais especificamente, os membros mais centrais do nível básico.

A melhor maneira de se pensar as categorias de nível básico é pensar que elas são medidas humanas (*human-sized*), dependem do modo como as pessoas interagem com os objetos: como os percebem e os representam na mente, como organizam as informações sobre eles e como agem com seus corpos (propriedades interacionais).

Categorias de nível básico possuem propriedades diferentes das categorias sobreordenadas. As categorias sobreordenadas não são caracterizadas por imagens mentais ou ações motoras. Não se tem imagens mentais abstratas de MOBÍLIA, a não ser dos objetos de nível básico. Mas as categorias sobreordenadas possuem outros atributos, como seus propósitos e funções.

2.5 - Os indícios de validade

Uma das idéias que Rosch tem regularmente enfatizado é que as categorias ocorrem em sistema, e estes sistemas incluem categorias contrastantes. A categorização depende, e em larga escala, da natureza do sistema em que está inserida. Rosch fez uso de categorias contrastantes para tentar produzir uma teoria de categorização de nível básico. No nível básico, as categorias são maximamente distintas, isto é, elas maximizam as similaridades percebidas entre os membros das categorias e minimizam as percebidas entre categorias contrastantes. Uma tentativa de capturar esta intuição foi realizada através de uma medida quantitativa que foi chamada de índice de validade de categorias (*category ciie validity*).

O índice de validade é a probabilidade condicional de um objeto estar em determinada categoria se ele possuir certas características. As melhores características são aquelas que agem o tempo todo nas categorias de um nível. O índice de validade de categorias é definido como a soma de todos indícios de validade individuais das características associadas com a categoria.

Os mais altos indícios de validade em uma taxinomia hierárquica devem ocorrer no nível básico. Uma categoria subordinada como CADEIRA DE COZINHA deve ter um baixo índice de validade, porque a maioria dos atributos de CADEIRA DE COZINHA seria compartilhado com outros tipos de cadeiras e somente poucos atributos diferenciariam as cadeiras de cozinha de outras cadeiras. Os atributos individuais compartilhados entre as categorias teriam um baixo índice de validade para a categoria CADEIRAS DE COZINHA. Para as categorias sobreordenadas, o índice de validade de categorias deve ser baixo, pois elas deveriam ter poucos ou nenhum atributo em comum.

No entanto, MURPHY (1982) (qp//i/LAKOFF, 1987) observou que o indício de validade para uma categoria sobreordenada é sempre maior ou igual daquele do nível básico e que a maioria dos atributos não estão diretamente ligados às categorias sobreordenadas na memória. Para Lakoff, isto seria verdadeiro, considerando-se que o nível básico é o nível em que muito do conhecimento é organizado. No entanto, isto exigiria uma definição psicológica de atributo, não uma noção de atributos como existentes objetivamente no mundo. Indícios de validade de categorias definidos por atributos psicológicos podem se correlacionar com a categorização de nível básico. Conclui-se que categorias de nível básico são bastante diferenciados para as pessoas, principalmente porque o conhecimento é organizado neste nível.

2.6 - Como entender o termo *protótipo*

KLEIBER (1990) define protótipo como um objeto mental, esquema ou imagem cognitiva associado à palavra que se categoriza. Para TAYLOR (1991), há duas formas para se entender o termo *protótipo*. O termo pode ser aplicado para o membro central ou para o agrupamento de membros centrais de uma categoria. Então, pode-se referir a um artefato em particular como um protótipo de xícara, ou alternativamente, o protótipo pode ser entendido como uma representação esquemática do centro conceitual de uma categoria.

TAYLOR (1991) adota a abordagem mais abstrata. Ele argumenta que, paralelamente à visão de protótipo como exemplo, é necessário postular uma representação mental do protótipo para tornar o falante hábil em identificar o protótipo em diferentes ocasiões. Além disso, esta representação mental pode não ser especificada em relação a certos atributos dos membros da categoria. É concebível que o protótipo de CÃO seja não especificado quanto ao sexo, já que cada exemplar da categoria é necessariamente macho ou fêmea. Não é muito difícil dizer que o *sabiá* é membro da categoria PÁSSAROS, assim como dizer que a categoria PÁSSAROS tem como membro o *sabiá*. As dificuldades surgem quando se trata de categorias mais abstratas como COVARDIA ou ALTURA.

As entidades são apontadas como membros de uma categoria em virtude de suas similaridades com o protótipo. A noção de similaridade subjaz a todo o processo de

categorização. A similaridade é um dos conceitos que apresenta maior dificuldade para um constructo teórico. Isto ocorre por duas razões. Primeiramente, porque a similaridade é um conceito gradual; as coisas podem ser mais ou menos similares, mas quais são as diferenças que permitem dizer que duas coisas não são similares? A segunda dificuldade está relacionada ao fato de que a similaridade é uma noção subjetiva. Uma vez que se evoca a similaridade como base para a categorização, inevitavelmente se traz a linguagem dos usuários, com suas verdades, interesses e experiências passadas.

HURFORD e HEASLEY (1983) {*apud* KLEIBER, 1990) distinguiram *protótipo* de *estereótipo*. O primeiro corresponde ao objeto melhor exemplar e o segundo ao conceito correspondente de um objeto. O protótipo está no plano extensional e o estereótipo no plano intensional. Nem sempre esta distinção é feita e o termo protótipo é usado para designar os dois planos, isto porque um locutor pode conhecer o conceito de um protótipo de uma categoria sem conhecê-lo no plano extensional.

2.6.1 - O porquê do protótipo

Para se responder porque determinado termo é o protótipo de uma categoria, diferentes respostas podem ser dadas. Para a versão padrão³ há somente uma; o melhor exemplar é assim julgado porque possui as propriedades consideradas como típicas da categoria, o protótipo é o melhor exemplo típico (instância típica).

Para KLEIBER (1990), explicar a origem do protótipo em termos de familiaridade não é uma boa saída, mesmo que, geralmente, o protótipo também seja o exemplar mais familiar, aquele que é encontrado mais frequentemente pelos sujeitos. Uma das razões para tal é que se a familiaridade estivesse diretamente relacionada à origem da noção de melhor exemplar, *pintinho* deveria ser melhor exemplar de PÁSSARO do que *águia*. No entanto, *águia* na escala de prototipicidade ocupa um melhor lugar que *pintinho*. A hipótese da familiaridade acaba por contradizer a idéia da estruturação por semelhança de família, ela não permite mais que uma categorização por similaridade com o protótipo.

³ Não se deve confundir Versão Padrão com Teoria Clássica. Versão Padrão corresponde à versão da Teoria dos Protótipos elaborada a partir da 3ª fase de Rosch.

Para entender o que ocorre pode-se recorrer à frequência de uso. No entanto, DUBOIS (1983) (a/7?vi/KLEIBER, 1990) demonstra que não há ligação entre protótipo e frequência de uso que permita concluir a determinação do protótipo pela sua frequência lexical. Se *pardal* passa a ser o protótipo de PÁSSAROS, não é porque ele tem uma frequência lexical superior aos dos termos considerados não-prototípicos. Tal solução não dá conta do processo de categorização.

A noção a ser adotada por Kleiber é a tipicidade. Neste caso, o protótipo é o melhor exemplar da categoria porque ele apresenta as melhores propriedades: as que são típicas. O problema é explicar porque uma propriedade é considerada “boa”. Pela hipótese da tipicidade, o protótipo se redefine como o exemplar que resume as propriedades salientes da categoria, não é mais um exemplo da categoria, um exemplo real (protótipo-exemplo), mas uma construção abstrata resultante de operações cognitivas (protótipo-entidade cognitiva). Esta hipótese dos bons traços ajuda a resolver o caso do termo *pintinho*: *pintinho* é mais familiar que *águia*, mas é um exemplar menos bom que ela; *águia* possui as melhores propriedades típicas da categoria PÁSSAROS.

No caso do protótipo-exemplo, as propriedades típicas da categoria são colocadas em destaque através da representação mental do protótipo-objeto. No caso do protótipo-entidade cognitiva ocorre o inverso, as propriedades típicas são a base de criação do protótipo-objeto abstrato.

Kleiber adota a concepção abstrata de protótipo, entendendo-a como uma combinação de atributos ou propriedades típicas de uma categoria e que não tem necessidade de ser comparada a um exemplar para ser pertinente. Dois fatos dão base a este posicionamento. O primeiro é a existência de mais de um protótipo-exemplo possível para uma mesma categoria. Por exemplo, *maçã*, *banana* e *laranja* podem ser consideradas exemplos prototípicos de FRUTAS e *sabiá*, *pardal* e *andorinha* como protótipos de PÁSSAROS.

(...) faire précisément du prototype une entité abstraite constituée d'attributs jugés pertinents pour la catégorie et considérer alors les prototypes-objets {*moineau* e *aigle*), non plus comme des prototypes de la catégorie, mais comme des instances ou occurrences de ce prototype, parce qu'ils en vérifient les propriétés. (KLEIBER, 1990:64)

O segundo fato é que as concepções de protótipo-objeto e de protótipo-conceito de melhor exemplar acarretam o surgimento de propriedades julgadas não pertinentes para toda a categoria. Admitindo que *sabiá* seja o protótipo da categoria PÁSSAROS, seu conceito abarca entre outras coisas, um traço como [cantar] e [marrom-escuro]. Logo se percebe que tais traços são pertinentes para *sabiá*, mas não para PÁSSAROS.

Para o primeiro fato, foram encontradas várias ocorrências nos dados do *corpus*, eis alguns:

(3) (sobre a plantação de en-a-mate) Vocês só plantam?

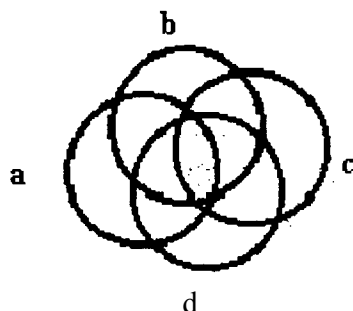
Só plantamos ela, e cultivamos ela e vendemos ela que nem milho ou feijão. (SC CHP 11: 1071)

(4) Mas dá para comer lagarto?

É se nós formos analisar, talvez é um bicho feio, mas não tanto imundo, tal como o porco e a galinha, que todo mundo consome. (SC CHP 20: 1083)

(5) Bom, a gila é que nem abóbora, é que nem melancia, só que a gila ela não tem açúcar, né? (SC LAGES 12; 422)

Contrariamente à solução em termos de familiaridade, a hipótese das propriedades típicas é compatível com a idéia de semelhança de família como estrutura interna da categoria, porque permite conceber os traços de similaridade que formam a semelhança de família como sendo os traços típicos. O processo de pertencimento consiste de uma comparação global com o protótipo, concebido como a interseção das propriedades típicas da categoria: o membro central possui o melhor ar de família e os membros marginais possuem um número menor de atributos em comum com o membro central. O esquema abaixo sintetiza as idéias apresentadas:



Fonte: GIVÓN. 1986: 179. «pwí/KLEIBER. 1990:65

Os membros que se encontram dentro da interseção achurrada são os membros prototípicos: eles possuem as quatro propriedades características *a*, *b*, *c* e *d* do protótipo de uma categoria. Os membros que possuem três propriedades são menos típicos, os membros mais marginais possuem uma ou duas propriedades.

2.6.2 - Os protótipos e os esquemas

Para LANGACKER (1987) (citado por TAYLOR, 1991), a elaboração de um protótipo coexiste com a elaboração de um esquema:

- um protótipo é um exemplo típico de uma categoria e outros elementos são assimilados à categoria com base nas semelhanças percebidas com o protótipo, há graus de membros baseados nos graus de similaridades;
- um esquema é uma caracterização abstrata que é totalmente compatível com todos os membros de uma categoria.

Os esquemas podem ser organizados hierarquicamente dentro de uma categoria, em conjunção com a extensão dos protótipos. Langacker faz algumas observações sobre como o conceito de ÁRVORE pode ser adquirido. Inicialmente o aprendiz associa a palavra com exemplos específicos de tamanho, quantidade de folhas, como *can>alhos* ou *elmos*, depois ele extrai destes exemplos uma representação esquemática do que eles têm em comum: ÁRVORE₁, é esta representação que irá funcionar como protótipo. Os *pinheiros* serão associados com a categoria com base nas similaridades com o protótipo, contudo *pinheiros* não são compatíveis com o esquema de ÁRVORE₁, porque eles não têm folhas, então o aprendiz extrairá um outro esquema ÁRVORE₂, que terá em comum com o primeiro esquema a característica de ter um tronco central e galhos. ÁRVORE₂ passa a funcionar como protótipo para a categoria PALMEIRAS, no entanto, estas possuem um tronco mas não possuem galho, e então surge ÁRVORE₃. Outras subcategorizações são possíveis, a partir de ÁRVORE₁ pode surgir a categoria de ÁRVORES FRUTÍFERAS, enquanto a partir de ÁRVORE₂ pode surgir os protótipos de extensão metafórica: árvore genealógica e árvores de estruturação frasal.

A categorização por esquemas e a categorização por protótipos são na realidade aspectos de um mesmo fenômeno. No primeiro caso, uma entidade pode ser

totalmente compatível com uma representação abstrata, já no último caso ela é parcialmente compatível. A escolha de um protótipo ou de um esquema depende do grau de abstração que o analista está disposto a atribuir à representação mental dos falantes.

TAYLOR (1991) enfatiza a categorização por protótipos por várias razões. Para muitas categorias da linguagem natural, não é possível abstrair um esquema que seja compatível com todos os membros de uma categoria. Enquanto se reconhece que os falantes podem e fazem categorias estruturais por esquemas, o autor sugere que a categorização por protótipos se desenvolve antes que a categorização por esquema. O aumento da abstração requerida para a representação esquemática sugere que os esquemas podem ser acessíveis somente para os mais sofisticados e reflexivos usuários da linguagem.

2.7 - As categorias técnicas e as categorias populares

A caracterização por esquemas pressupõe uma habilidade satisfatoriamente sofisticada, por parte do usuário da língua, para extrair dos diversos membros de uma categoria uma representação abstrata do que os membros têm em comum. Mas, os esquemas não são somente extraídos das categorias, esquemas podem ser também impostos. Considere-se a palavra *adulto*. Por um lado, se determina se alguém é um adulto apelando para o critério de maturidade emocional, independência financeira, etc. Por outro lado, coexistindo com esses critérios há também uma definição imposta que é dada pela burocracia, de acordo com a qual uma pessoa toma-se adulta após os dezoito anos. As categorias definidas por imposição de um conjunto de critérios para os membros de uma categoria podem ser chamadas de categorias técnicas em contraste com as categorias populares ou categorias naturais de uso diário.

Categorias populares são estruturadas em torno de exemplos prototípicos e estão assentadas no modo como as pessoas normalmente percebem e interagem com as coisas em seu ambiente. Por outro lado, categorias técnicas têm sido criadas em conformidade com os princípios aristotélicos, as categorias têm condições necessárias e suficientes para membros, de modo que os técnicos são competentes para dizer se qualquer exemplo em particular é ou não membro de uma categoria. Uma das principais atividades do técnico é traçar as fronteiras das categorias essencialmente vagas. Em Linguística, as

definições servem para eliminar os limites vagos (*fuzzy edges*) das categorias, dando-lhes um estatuto técnico ao invés de um constructo meramente teórico.

TAYLOR (1991) aponta como relevante para a distinção entre categorias técnicas e populares a noção de PUTNAM (1975) de divisão de trabalho linguístico dentro da língua de uma comunidade. Muitos falantes sabem, através da difusão geral do conhecimento científico, que água é H₂O e que *ouro* é um elemento com uma estrutura atômica particular. Mas uma pessoa pode usar as palavras *água* e *ouro* correta e apropriadamente sem primeiramente ter adquirido as habilidades necessárias para determinar se alguma coisa ‘realmente é’ H₂O ou Au. Um falante normal identifica alguma coisa como *água* e *ouro* com base no que Putnam chama de *estereótipo*. Ao mesmo tempo, os falantes sabem que há profissionais competentes para determinar se alguma coisa ‘realmente é’: os químicos e os metalúrgicos, por exemplo. Se o conhecimento da ‘real essência’ fosse pré-requisito para o uso das palavras, então, somente um pequeno número treinado de técnicos poderia ser competente para usar essas palavras. Mas é claro que algumas palavras estão restritas ao uso de técnicos, *fonema* e *alofone*, por exemplo, só ocorrem em discursos de foneticistas e linguistas, enquanto outras palavras não têm definições técnicas, como cadeira e copo.

O que Putnam propõe é que ao menos algumas palavras do vocabulário estão sujeitas a definições técnicas e populares. A primeira, tendo condições necessárias e suficientes para os membros de uma categoria, a última fiando-se no conhecimento dos atributos perceptuais e interacionais de exemplos prototípicos. Geralmente, há uma cooperação estruturada entre uso técnico e não-técnico em que as definições técnicas fornecem um tipo de garantia para um uso linguístico apropriado na língua de uma comunidade. Esta cooperação não exclui a possibilidade de conflito, uma definição popular de ouro poderia fazer referência à cor amarela. No entanto, a cor amarela não é um atributo essencial do metal, na verdade, ela indica a presença de impurezas.

2.8 - A versão estendida

A Teoria dos Protótipos continua sendo desenvolvida, sua versão mais recente denomina-se Versão Estendida (KLEIBER, 1990). Nesta nova versão, o protótipo, o

exemplar mais representativo de uma categoria, não é mais o eixo estruturador de uma categoria que se organiza a partir de um centro e de uma periferia. A categoria é constituída por uma série de traços (não necessários e nem suficientes) dispersos na forma de semelhança de família, entre os diferentes membros de uma categoria. O protótipo passa a ser visto como um efeito da estrutura da categoria, podendo variar de acordo com o tipo de estrutura.

A versão estendida não representa um prolongamento da versão padrão, mas sim uma verdadeira ruptura. A idéia de protótipo não é abandonada, se fosse, toda a semântica do protótipo estaria comprometida. A noção de protótipo como melhor exemplar de uma categoria subsiste, mas como ela não tem mais uma origem única e pode ocorrer mesmo nas categorias clássicas (como nos números ímpares) não possui mais o estatuto de entidade fundadora da estrutura categorial.

2.8.1 - O protótipo

A idéia de que o protótipo seja uma representação de um conceito, que ele sirva para representar uma categoria é abandonada. Ao refutar a idéia do protótipo como entidade organizadora da categoria, afasta-se também o poder de explicar o pertencimento de uma entidade a uma categoria. A tese de que o pertencimento se realize com base no grau de similaridades com o protótipo é abandonada, não se pode explicar a categorização de um Y a partir da comparação com o protótipo de Y. A semelhança de família é conservada, ou seja, os membros de uma categoria podem se relacionar uns com os outros sem que eles tenham uma propriedade comum. A nova situação dos protótipos pode ser resumida em :

- (1) o protótipo é reduzido a um fenômeno superficial;
- (2) existem diferentes efeitos prototípicos segundo o modelo da categoria que lhes dá origem;
- (3) mesmo sendo concebido como efeito, o protótipo não é mais forçosamente o exemplar que é reconhecido como o melhor para os sujeitos.

A versão estendida pode ser sintetizada em duas proposições. Em primeiro lugar, não há mais que efeitos prototípicos. O protótipo como representante dos conceitos das categorias e como estruturador da categoria desaparece. Em segundo, a relação que une os diferentes membros de uma mesma categoria é o de semelhança de família. O processo de categorização se faz pelos elos de associação entre as diferentes instâncias. Essas mudanças acarretam a passagem de uma concepção monoreferencial para uma concepção multireferencial. Ao fixar o protótipo como a base do emparelhamento referencial, a versão padrão faz com que todos os membros da categoria devam ter um traço em comum. A semelhança de família permite que uma categoria seja formada por tipos de referentes ou subcategorias diferentes, relacionadas de tal forma que um deles pode não ter nada em comum com o outro, como na organização AB, BC, CD, DE, em que o último tipo não tem nada em comum com o primeiro.

Ao ser reforçada pela teoria de semelhança de família, a versão estendida pode ser aplicada às categorias não-homogêneas referencialmente, que agrupam diferentes subcategorias que não tem nada em comum a não ser as relações de semelhança: "Autrement dit, la notion de ressemblance de famille appliquée à la théorie du prototype ouvre la voie à une théorie de la catégorisation multiple ou du sens multiple. On pourrait l'appeler version polysémique du prototype pour la distinguer de la version standard ou version monosémique. " (KLEIBER, 1990:162)

2.8.2 - Sobre o pertencimento

Kleiber observa que na Versão Estendida os diferentes sentidos de um mesmo item lexical não são classificados sob a mesma etiqueta denominativa ao acaso. Há elos entre os diferentes sentidos. Neste tipo de modelo, o poder descritivo é muito forte, aplica-se a todos os casos, exceto aos que correspondem ao reconhecimento arbitrário. No entanto, possui um fraco poder explicativo porque o implemento teórico parece ser frágil, o único argumento é que os sentidos lexicais não podem ter uma distribuição arbitrária entre os sentidos não relacionados, falta-lhe produzir um controle sobre a maneira como as cadeias de sentido se combinam e em que direção o fazem. (ZUBIN e SVOROU, 1984 *apud* KLEIBER, 1990). O poder explicativo fraco deve-se também ao fato de que ao se

recorrer aos princípios de estruturação como os modelos proposicionais, modelos de esquema de imagem e modelos metafóricos ou metonímicos, a teoria revela-se não-preditível, ao contrário do modelo de condições necessárias e suficientes e da versão padrão.

A idéia da arbitrariedade ou sistematicidade é refutada. LAKOFF (1987) propõe que se adote a teoria da motivação como intermediária entre o arbitrário e o preditível: um sentido pertence a um categoria polissêmica se for motivado. As categorias não são preditíveis e nem arbitrárias, mas sim, motivadas. O fenômeno da motivação inclui extensões de categorias, polissemia, construções gramaticais, etc. Na linguagem natural a motivação parece ser mais uma norma do que uma exceção. É mais fácil aprender algo que é motivado do que algo que arbitrário. É mais fácil de lembrar e usar um conhecimento motivado do que um conhecimento arbitrário.

2.8.3 - A estruturação das categorias e os modelos cognitivos

O problema da estruturação das categorias é resolvido postulando-se a existência de modelos cognitivos idealizados que são a fonte da constituição das categorias e dos efeitos prototípicos. Segundo LAKOFF (1987:68), *we organize our knowledge by means of structures called idealized cognitive models, or ICMs, and that category structures and prototype effects are by-products of that organization..*

Os ICMs são estruturas conceituais complexas que organizam o conhecimento sobre o mundo. Não representam a realidade, pois são constructos oriundos da interação do indivíduo com seu meio ambiente e muitas vezes são construídos com o auxílio de mecanismos imaginativos, como a metáfora e a metonímia. São modelos idealizados porque são estruturados a partir de uma seleção de estímulos (crenças, valores, objetivos), que causa a simplificação da estruturação conceitual que está sendo categorizada. Destacam-se os seguintes tipos de modelos cognitivos idealizados:

- (a) Modelos de esquema de imagens;
- (b) Modelos proposicionais;
- (c) Modelos metafóricos e metonímicos e
- (d) Modelos simbólicos.

2.8.3,1 - Modelos de esquema de imagens

Os modelos de esquema de imagens possuem natureza corporal-cinestésica, impõem uma estrutura à experiência de espaço, são projetadas para domínios conceituais abstratos através da metáfora e metonímia, estruturando modelos cognitivos complexos. Lakoíf apresenta os seguintes esquemas de imagens que atuam na estruturação e compreensão de conceitos:

(a) ESQUEMA DE RECIPIENTE: é baseado na experiência dos corpos como recipientes e dos corpos como algo dentro de um recipiente (casas, carros, etc)

. Elementos estruturais: interior, limite, exterior;

. Lógica básica: X está fora ou dentro do recipiente (p ou não-p). Se o recipiente A está no recipiente B e X está em A, então X está em B.

. Metáfora: *entrar na família, sair do casamento, sociedade fechada, etc.*

(b) ESQUEMA PARTE-TODO: os corpos são experienciados como todos com partes, a distinção entre o todo e suas partes é necessária para a interação.

. Elementos estruturais: todo, partes e configuração;

. Lógica básica: é um esquema assimétrico. Se A é parte de B, então B não é parte de A. Não se pode ter um todo sem as partes, mas pode-se ter partes que não configuram um todo;

• Metáforas: famílias e organizações sociais são formados por partes: *perder um membro da família, um segmento da sociedade, etc.*

(c) ESQUEMA DE LIGAÇÃO: são os elos ou vínculos estabelecidos.

. Elementos estruturais: A e B são duas entidades que estão vinculadas;

• Lógica básica: Se A é ligado a B, então A é dependente de B. Há uma relação simétrica, se A é ligado a B, então B é ligado a A;

. Metáforas: relações sociais e pessoais são freqüentemente entendidas em termos de elos: *amarrado em alguém, desligar-se da família, etc.*

(d) ESQUEMA CENTRO-PERIFERIA; o corpo humano é experienciado como tendo centros (tronco e órgãos internos) e periferias (dedos, cabelos). Os centros são mais importantes que as periferias.

- . Elementos estruturais; uma entidade, centro e periferias;
- . Lógica básica; A periferia depende do centro, mas não o contrário;
- . Metáforas; as teorias têm princípios gerais e periféricos, o que é importante é entendido como central.

(e) ESQUEMA FONTE-MEIO-ALVO; quando um corpo se move, há o local de onde ele parte, o local de chegada e uma seqüência que conecta os pontos de saída e de chegada.

- . Elementos estruturais; uma fonte, um ponto de chegada, um meio e a direção;
- . Lógica básica; Se alguém vai de uma fonte a um alvo através de um meio, então ele passa por cada ponto intermediário;
- Metáforas; projetos e eventos complexos são entendidos em termos de fonte-meio-alvo. Elementos abstratos, como a vida, podem ser entendidos nesse esquema; *viver sem rumo, estar sem direção, encontrar seu caminho, etc.*

Há ainda os esquemas de imagens como PARA-BAIXO PARA-CIMA E ORDEM LINEAR que estão sendo estudados.

2.8.3.2 - Modelos proposicionais

Os modelos proposicionais especificam os elementos, suas propriedades e a relação entre eles. Cada ICM possui uma ontologia e uma estrutura. A ontologia é o conjunto de elementos usados no ICM e a estrutura é formada pelas propriedades dos elementos e da relação estabelecida entre eles. Lakoff resalta que as entidades contidas nos ICMs são entidades mentais e não coisas reais e apresenta alguns tipos de modelos proposicionais que ajudam a estruturar a realidade; a proposição simples; roteiro (ou *script*), feixe de traços, taxonomia e categorias radiais.

A proposição simples funciona no esquema parte-todo, a proposição é o todo e os predicados são as partes. No roteiro, as pessoas, coisas, propriedades, relações e proposições se articulam de forma temporal; possui um estágio inicial, uma seqüência de

eventos e um estágio final; é estruturada pelo esquema fonte-meio-alvo no domínio do tempo (pense-se no roteiro de ir a um restaurante). O feixe de esquemas é usado para caracterizar um segmento da realidade através da apresentação de propriedades. O modelo taxonômico impõe uma estrutura global para a estruturação de categorias. A estrutura radial é apresentada como um recipiente em que as subcategorias estão contidas, é estruturada pelo esquema centro-periferia em que uma subcategoria é o centro e outras subcategorias estão ligadas ao centro por diferentes elos.

Feltes apresenta o seguinte quadro que sintetiza os modelos proposicionais:

Modelos Proposicionais	Ontologia	Estrutura	1. Propriedades 2. Relações 3. Categoria 4. Pessoa 5. Coisa 6. Proposições 7. Argumento 8. Predicados	I PARTE-TODO II LIGAÇÃO III FONTE-META-ALVO IV PARA CIMA PARA BAIXO V CENTRO-PERIFERIA
Proposição Simples	7,8	I		
Cenário	1.2, 4, 5.6	/ II, III		
Feixe de traços	1	IV		
Taxonomia	3	I. IV. V		
Categoria Radial	3	V		

Fonte: FELTES, 1992:63

2.8.3.3 - Modelos metafóricos e metonímicos

A Teoria da Metáfora e da Metonímia desenvolvida por LAKOFF e JOHNSON (1985) {*apud* FELTES, 1992) tem como tese básica a idéia que tanto metáfora como metonímia são mecanismos imaginativos que estruturam domínios abstratos de nossa experiência. As estruturas metafóricas ou metonímicas transformam esquemas gerais definidos pela nossa experiência em formas de raciocínio através da projeção metafórica ou metonímica.

Os modelos metonímicos são sistemas conceituais ricos empregados em uma variedade de propósitos. A metonímia é entendida a partir da interação do indivíduo com seu meio, via corporalidade. As características definidoras de um modelo metonímico são:

- (a) há um conceito A a ser entendido para algum propósito em um contexto;

- (b) há uma estrutura conceitual contendo A e B;
- (c) B é parte de A ou está intimamente associado a ele na estrutura conceitual;
- (d) Comparado a A, B é ou mais fácil de entender, ou mais fácil de lembrar, ou mais fácil de reconhecer ou mais imediatamente utilizado para um dado propósito em um contexto;
- (e) o modelo metonímico é um modelo de como A e B se relacionam na estrutura conceitual, a relação é especificada pela função de B para A.

Lakoff apresenta os seguintes tipos de modelos metonímicos: estereótipos sociais, exemplos típicos, ideais, padrões, geradores, submodelos e exemplos salientes. Os estereótipos sociais são objetivos e reconhecidos socialmente, por isso são objeto de discussão pública e sujeitos a mudanças no tempo. Os exemplos típicos, por sua vez, são inconscientes, automáticos e não sujeitos à discussão: *maçãs* e *laranjas* são fixas típicas e *serrotes* e *martelos* são ferramentas típicas. Os exemplos típicos não são usados para definir expectativas culturais, mas sim empregados no raciocínio. Segundo Lakoff, o vasto conhecimento sobre casos típicos conduz a efeitos prototípicos. A razão disto é que há uma assimetria entre casos típicos e não-típicos. O conhecimento sobre os casos típicos é generalizado para os casos não-típicos e não vice-versa. Os ideais organizam o conhecimento cultural. Tem-se ideais de lar, família, etc. Os padrões são usados como ponto de referência para as ações, são os modelos de perfeição das categorias. Os geradores aparecem nos casos em que a categoria é gerada a partir dos membros centrais e algumas regras gerais. Os números de 0 a 9 geram os demais números a partir de regras aritméticas. Os submodelos são usados como pontos de referência cognitiva para se compreender uma categoria. O submodelo dez (dez, cem, mil) é usado para entender a grandeza relativa dos números. Os exemplos salientes são usados para compreender categorias, são os exemplos familiares ou os memorizados. Para o autor, esses tipos de modelos metonímicos possuem um estatuto cognitivo, pois são empregados no raciocínio.

Os modelos metafóricos são mapeamentos de um esquema de imagens ou de um esquema proposicional em um domínio para uma estrutura conceptual correspondente em outro domínio. Para FELTES (1992:66), os modelos metafóricos podem ser assim caracterizados:

- (a) há um domínio conceitual A, bem estruturado, que chamamos de Domínio-Fonte;
- (b) há um domínio conceitual B que carece de estruturação para efeitos de sua compreensão, é chamado de Domínio-Alvo;
- (c) há um mapeamento que liga o domínio-fonte ao domínio-alvo que é chamado de projeção metafórica;
- (d) a projeção metafórica de A para B é motivada naturalmente por uma correlação estrutural regular que associa A a B;
- (e) os detalhes do mapeamento entre A e B são motivados pelos detalhes da correlação estrutural entre A e B;
- (f) um modelo metafórico é um modelo em que A e B estão relacionados em uma estrutura conceitual, sendo a relação especificada de A para B.

2.8.3.4 - Modelos simbólicos

Os tipos de modelos apresentados acima são modelos conceituais, não contém elementos de uma linguagem particular. Os ICMs conceituais podem ser caracterizados independentemente das palavras e dos morfemas da língua. Quando elementos lingüísticos são associados a elementos conceituais no ICM, tem-se um ICM simbólico.

Para FILLMORE (1985) *{apud LAKOFF, 1987}*, os sentidos dos itens lexicais são caracterizados em termos de modelos cognitivos. O sentido de cada item lexical é representado como um elemento em um ICM. A categoria SUBSTANTIVO, por exemplo, é uma categoria radial em que o centro é formado por nomes de entidades físicas, são os substantivos prototípicos. Há também os casos periféricos: substantivos abstratos.

A teoria de ICMs é útil para caracterizar as construções gramaticais:

- estruturas sintáticas hierárquicas são caracterizadas pelo esquema PARTE-TODO;
- relações gramaticais e relações de co-referência são representadas pelo esquema de LIGAÇÃO;
- categorias sintáticas são caracterizadas estruturalmente pelo esquema de RECIPIENTE.

A linguagem é baseada na cognição, a estrutura da linguagem usa os mesmos recursos utilizados pelos modelos cognitivos.

Grammars are not separate "modules" independent of the rest of cognition. The reason is that they make use of prototype categorization, which arises in other aspects of cognition, and they also make use of various aspects of conceptual systems, such as cognitive models (including metaphoric and metonymic models) and mental spaces. (LAKOFF, 1987:582)

2.8.3.5 - Um modelo cognitivo para a comparação

A comparação enquanto processo cognitivo e fenômeno linguístico também pode ser explicada em um modelo cognitivo:

- (a) há um domínio conceitual A (termo comparado), que é vago e que precisa de um parâmetro (padrão) para efeitos de compreensão, é chamado de domínio-alvo;
- (b) há um domínio conceitual B (termo comparante), bem estruturado, chamado de domínio-fonte; corresponde ao segundo termo da comparação;
- (c) há uma projeção comparativa que liga propriedades dos elementos do domínio-fonte aos do domínio-alvo;
- (d) na projeção comparativa de B para A, as propriedades de A são especificadas em B.

Nesse modelo comparativo, o domínio-fonte é usado para ajudar a especificar alguma propriedade que seja indeterminada, ou vaga. Ou seja, é usado como um redutor da vagueza do que se predica sobre o domínio-alvo. O domínio-fonte pode ocorrer sob diferentes formas: (1) como um protótipo; (2) como um padrão de referência que é construído individualmente em uma situação específica de fala, tendo função dêitica ou (3) como uma hipótese².

Observe-se o funcionamento do modelo cognitivo proposto acima nos seguintes enunciados comparativos extraídos *corpus* em análise:

- (6) **Bom a gila é que nem abóbora, é que nem melancia, só que a gila não tem açúcar, né.**
(SCLAG 12:422)

² No capítulo 4 desta dissertação será apresentada uma tipologia mais elaborada sobre os termos em comparação, por hora, esta divisão em três grupos é suficiente.

Para facilitar a explicação, faz-se necessário primeiramente identificar os domínios alvo e fonte da comparação, assim como o conteúdo da comparação:

Para o enunciado (6):

(A) DOMÍNIO-ALVO: corresponde ao primeiro termo da comparação, ou seja, ao termo comparado: *gila*

(B) DOMÍNIO-FONTE: corresponde ao segundo termo da comparação, ao termo comparante: *abóbora, melancia*. Neste caso, dois termos de nível básico são apresentados como os protótipos da categoria.

(X) CONTEÚDO DA COMPARAÇÃO: corresponde à(s) propriedade(s) que são projetada(s) na comparação, neste caso, a comparação incide sobre *ser como* (as qualidades da fruta).

A comparação funciona da seguinte forma: tem-se um domínio-alvo *gila* que é especificado através de uma projeção no domínio-fonte, *abóbora* e *melancia*. Através do domínio-fonte, o ouvinte irá especificar o domínio-alvo. Deve-se observar que, neste caso, a comparação não afeta nenhuma propriedade específica e sim o objeto como um todo. No entanto, o locutor especifica, após a comparação, uma propriedade encontrada no domínio-fonte, mas que não faz parte do domínio-alvo: *ter açúcar (ou ser açucarada/ doce)*. Observe-se outro exemplo:

(7) E a mãe da senhora como é que ela era?

Ela era baixinha, bem que nem eu assim. (SC Lages. 05: 999)

(A) DOMÍNIO-ALVO: termo comparado, *ela* (a mãe do falante)

(B) DOMÍNIO-FONTE: termo comparante, *eu* (o falante)

(X) CONTEXTO DA COMPARAÇÃO: ser baixa (altura)

Em (7), o domínio-fonte da comparação é um padrão de referência³ ou seja, não representa um protótipo, pois o locutor utiliza sua própria imagem como um padrão para construir a comparação. Este padrão é construído no ato de enunciação para satisfazer às necessidades momentâneas. Pode-se sintetizar o processo de comparação da seguinte forma: a altura da mãe é calculada a partir da altura do falante através de uma aproximação.

³ ^ O conceito de padrão de referência será mais detalhado no 4º Capítulo deste trabalho.

já que a comparação de igualdade é reforçada pelo operador *bem* que ajuda a enfatizar a similaridade. O ouvinte consegue processar a comparação pois está perante o falante, e desta forma, mesmo que não conheça a mãe (termo comparado) pode construir uma imagem dela, a partir do padrão que o falante cria. Parece viável admitir que o processo de comparação funcione segundo o modelo comparativo proposto acima: tem-se um domínio-alvo e um domínio-fonte, sendo que é a partir do domínio-fonte que se estabelece o sentido do que se predica sobre o domínio-alvo.

2.9- Conclusão

O processo de categorização não pode ser interpretado segundo os postulados da teoria clássica, ou seja, segundo um conjunto de condições necessárias e suficientes. A categorização é um processo mais complexo e carece de um arcabouço teórico que considere os processos cognitivos envolvidos. Desta forma, a Versão Estendida da Teoria dos Protótipos proposta por KLEIBER (1990) e a Semântica Cognitiva proposta por LAKOFF (1987), em seu modelo de ICMs, parecem mais adequadas para se entender os processos e as escolhas envolvidas em uma categorização.

Entender como acontece o processo de categorização é de certa forma essencial para se poder entender as escolhas lingüísticas na construção do discurso. E é de especial significação para os objetivos deste trabalho que quer observar o ilincionamento semântico de enunciados comparativos produzidos em comunicação oral e, para tal, os caminhos cognitivos ajudam a explicitar as opções lingüísticas e por conseguinte, os efeitos semânticos.

3 - AS FACES DA COMPARAÇÃO

3.1 - Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar alguns aspectos sintáticos e semânticos relacionados às construções comparativas. Para melhor entender o processo comparativo, deve-se ter noção de que há palavras na língua que são suscetíveis de gradação e que tais palavras, além de serem exemplos prototípicos de vagueza, são primordiais nas construções comparativas. Desta forma, é necessário que, antes de se observar os diferentes aspectos relacionados à comparação, observe-se a noção de grau.

Considerando que este trabalho objetiva observar o funcionamento semântico de enunciados comparativos, vale ressaltar que, para tal, os aspectos sintáticos serão apresentados para descrever a forma que a comparação assume na Língua Portuguesa e não serão a base do trabalho.

3.2- Sobre a noção de grau

Segundo DUBOIS (1972:318), o grau representa a flexão do adjetivo, do advérbio qualificativo (de modo) e, com menos frequência, do verbo. No substantivo, indica variação de grandeza ou afetividade, positiva ou negativa (aumentativo e diminutivo). No adjetivo e no advérbio indica intensidade (comparativo e superlativo).

Para SAPIR (1969), a primeira coisa que deve ficar clara quando se fala em grau, como processo psicológico, é que ele é anterior à medida e à contagem. Toda medida de quantidade pressupõe a formação de juízos de graus preliminares. Segundo o autor, palavras como *pequeno*, *grande*, *pouco*, *muito*, *poucos* dão a falsa sensação de valores absolutos no que se refere à quantidade, sendo que esta ilusão é oriunda, em grande parte, do fato lingüístico do grau implícito desses termos não estar assinalado. "*Muitos* quer dizer apenas um número qualquer, definido ou indefinido, que é *mais que* outro número que se toma como ponto de partida, como é óbvio, varia enormemente segundo o contexto. "*op.*

c/7. ; 163). Juízos de *mais que* e *menos que* se baseiam na percepção de um envolvimento: se A pode ser envolvido por B, conclui-se que *A é menos que B* e que *B é mais que A*.

Sapir diz que todos os quantificáveis (termos que podem ser quantificados) e todos os quantificadores (termos a que se aplicam noções de quantidade) envolvem o conceito grau em quatro estágios:

- (1) Todo quantificável, seja ele existente (*casa*), ocorrente (*correr*), qualidade do existente (*branco*) ou qualidade do ocorrente (*rapidamente*), possui a possibilidade intrínseca de grau. Isto decorre do fato de que dois objetos jamais possuem uma identidade exata, ao menos em um dos traços que os compõem poder-se-á construir um raciocínio de *mais que* ou *menos que*. Tais termos estão sujeitos implicitamente a grau mesmo sem o possuir.
- (2) Quando um quantificável passa a quantificado, este toma lugar em uma série infinita de quantificados com grau: *três casas* faz parte de uma série infinita de que é menos que *quatro casas*, *cinco casas* e mais que *uma casa*, *a metade de uma casa*. Neste caso, a quantificação é indispensável para o surgimento do grau, sendo que os termos possuem um grau implícito por meio de quantificação.
- (3) Um quantificável pode ser quantificado não somente por termos de contagem ou medida, mas também indiretamente por quantificadores como *minuto* e *pouco*: *muitos homens*, *poucas mulheres*. São termos quantificados por grau implícito.
- (4) O grau também pode ocorrer de forma explícita: *mais mulheres nesta sala que na outra*. Neste caso, o juízo de quantificação está implícito, ou seja, possui grau explícito e quantificação implícita.

Para este trabalho de pesquisa optou-se em estudar as comparações que apresentam grau explícito, através do uso de operadores, ou marcadores de comparação. Como os dados do *corpus* vêm sendo analisados ao longo de todo o trabalho, não é necessário que aqui sejam apresentados exemplos.

3.3 - Os modificadores de grau

3.3.1 - O superlativo

O superlativo é o grau de comparação do adjetivo ou do advérbio que exprime a qualidade em um grau muito elevado, superior ou inferior a outros. O superlativo relativo representa a qualidade inferior ou superior em relação a todos os seres suscetíveis de ter esta qualidade. Por exemplo:

(1) João é **o mais** inteligente da classe.

(2) Olha, pra mim, eu moro aqui há vinte e oito anos, eu acho que foi o melhor prefeito que teve até agora. (SC CHP 14:1244)

Para FARACO (1987), o superlativo relativo resulta de uma espécie de comparação em que se compara uma característica que é comum a todos de uma classe. No superlativo absoluto, a qualidade apresenta-se no seu grau mais intenso, sem relação a outros seres. Pode ocorrer de forma analítica, com o auxílio de advérbios, ou de forma sintética, pelo acréscimo de sufixos:

(3) João é **muito** inteligente.

(4) Então é engraçado que desde aquela época, a Denise já fazia mímica sem imaginar que ela hoje ia se tornar numa artista era -ela era assim, ela já tinha coisas engraçadíssimas e percebia isso naquela época. Então ela era uma aluna, uma amiga muito engraçada e essa lembrança a gente nunca esquece. (RS IRT 05:48)

(5) Que chocolate só tinha no Natal e Páscoa. Então durante o ano a gente juntava as cascas e enfeitava: fazia flores, cestas ou pintavam, fazia alguma coisa né? e enchia tinha umas balinhas. bem pequenininhas ou então amendoim com açúcar. (SC BLU 05:854)

Em SAID ALI (1931:79), encontra-se uma observação muito interessante acerca dos superlativos. Diz o autor:

Não tem sentido a denominação de superlativo ‘absoluto’ definida como forma adjectiva que denota a ‘qualidade elevada ao ultimo grau’. Pode-se, por comparação, formar conceito de uma série infinita de cambiantes da mesma qualidade, mas é impossível ter noção do limite extremo de cada qualidade em particular. Ninguém sabe o que possa ser o ultimo grau da temperatura, do peso, da força, da grandeza, da riqueza, da bondade, da maldade, da expansibilidade, e , entretanto, os respectivos adjectivos têm a forma superlativa. Por muito intensa que seja a qualidade sempre podemos imaginá-la mais intensa ainda.

As idéias de Said Ali andam a par da idéia dos semanticistas que defendem a idéia de que certos conceitos não têm uma definição precisa e que sempre existirá alguma imprecisão nos limites.

Segundo MOURA (1997), a fianção de um modificador de grau é o de produzir uma reestruturação da categoria primitiva, selecionando os elementos que podem ser excluídos ou incluídos em uma categoria. No exemplo:

(6) João é **muito** alto. (Op.cit: 37)

o modificador *muito* produz uma reestruturação da categoria primitiva ALTO, selecionando os elementos prototípicos e excluindo os menos prototípicos. No entanto, sempre haverá algum caso duvidoso em que não se pode afirmar se o indivíduo é ou não *muito alto*^{^^}. Disto resulta que o modificador não é capaz de eliminar a vagueza das categorias, mas pelo menos ajuda a reduzi-la.

3.3.2 - O comparativo

Para DUBOIS (1973), em retórica, a comparação representa a colocação de dois sentidos em paralelo, é introduzida por *como*, *assim como*, *da mesma mamira*[^] etc. O termo que se compara e aquele com o qual se compara estão igualmente presentes.

(7) Um sujeito redondo como uma bola.

Os graus de comparação são índices referentes a um adjetivo ou advérbio que representam uma quantidade suscetível de ser mais ou menos elevada, mais ou menos intensa. O comparativo é o grau de comparação do adjetivo ou do advérbio que exprime a qualidade de um grau igual, superior ou inferior a essa mesma qualidade num outro ser ou objeto, ou a uma outra qualidade.

a) Comparativo de igualdade:

(8) Pedro é tão alto quanto Paulo.

(9) Pedro é tão grande quanto tolo.

[^] Para maiores detalhes cf. MOURA (1996)

b) Comparativo de superioridade:

(10) Pedro é maior do que Paulo.

(11) Pedro é mais trabalhador do que inteligente.

c) Comparativo de inferioridade:

(12) Pedro é menor do que Paulo.

(13) Pedro é menos ignorante que distraído.

Na língua portuguesa, *gi-ande*, *pequeno*, *bom* e *mau* têm como forma comparativa: *maior*, *menor*, *melhor* e *pior*. Os outros adjetivos são colocados no comparativo com o auxílio de advérbios: *tão* e *tanto* para igualdade; *mais* e *menos* para superioridade e inferioridade.

HALLIDAY e HASAN (1976:76), apresentam o seguinte quadro de itens de referência comparativa:

comparison	-general (deitic)	- identity <i>same equal identical, identically</i>
		- similarity <i>such similar, so similar likewise</i>
		- difference <i>other different else, differently otherwise</i>
	-particular (no-deitic)	- numerative <i>more fewer less further additional; so-as-equally- + quantifier, ^?^: so many</i>
	-epithet	- comparative adjectives and adverbs, eg: <i>better: so-as-more-less-equally- + comparative adjectives and adverbs, eg: equally good</i>

A comparação geral é a comparação que é feita em termos de similaridades ou diferenças, mas sem relação às propriedades, desta forma, duas coisas podem ser iguais, similares ou diferentes. Este tipo de comparação se manifesta através de uma certa classe de adjetivos e advérbios.

A comparação particular se faz em relação à quantidade ou qualidade, manifestando-se na língua através de adjetivos e advérbios, sem um tipo especial, mas adjetivos usuais e advérbios em alguma forma comparativa.

A comparação geral expressa a semelhança entre coisas, podendo tomar a forma de identidade quando duas coisas são de fato a mesma coisa ou de similaridade quando duas coisas são parecidas, sendo que estas duas possuem uma negação, não havendo identidade ou similaridade há diferença. *Likeness is a referencial property. A thing cannot be like; it must be like something.* (MAAT > PC e HASAN, 1976:78).

O referente da comparação pode estar na situação ou no texto. Se ele está no texto pode estar adiante ou para trás e pode ser estrutural ou não-estrutural. Observe-se os seguintes exemplos:

(14) Este é o mesmo gato que vimos ontem.

(15) Este é um gato similar ao que vimos ontem.

(16) Este é um gato diferente daquele que vimos ontem.

Todos os exemplos acima são catafóricos, em todos os casos o referente é *o que vimos ontem*, e os comparativos, *mesmo*, *similar* e *diferente* estão antepostos. No entanto, o referente desses comparativos não necessariamente implica referência de nenhum tipo, a comparação pode ser interna, quando duas ou mais coisas são comparadas com outra:

(17) Muitas pessoas têm o mesmo café da manhã todos os dias.

(18) Os candidatos apresentaram três respostas similares.

Nos exemplos acima os comparativos funcionam não como dêiticos, mas como epítetos.

A comparação particular expressa comparação entre coisas em relação a uma propriedade particular, podendo ser feita tanto em termos de qualidade quanto de quantidade. Da mesma forma que a comparação geral, a particular deve ter um **padrão de referência** (*standart of reference*), a partir do qual alguma coisa poderá ser dita como superior, igual ou inferior em qualidade ou quantidade. Pode-se dizer que a noção de padrão de referência tem forte relação com a noção de protótipos que foi apresentada no capítulo anterior. O padrão de referência pode ser um outro objeto, uma medida ou ainda estar implícito:

(19) Esta árvore é mais alta do que **aquela árvore**.

(20) This tree is taller than **ten feet**.

(21) Os trabalhadores exigem um salário melhor, **(do que têm agora)**

3.4 - Aspectos sintáticos da comparação

Como o funcionamento sintático das construções comparativas não é a base deste trabalho, será apresentada uma descrição que não pretende ser detalhista e nem crítica, objetivando tão somente observar a forma que a comparação assume na Língua Portuguesa.

Tal como acontece com diversos tópicos relacionados à gramática de uma língua, diferentes autores dão diferentes explicações para o mesmo fenômeno. No entanto, as diferenças percebidas entre diferentes autores estão mais relacionada aos termos usados para descrever o fenômeno do que a descrição em si.

Para LUFT (1989), as orações subordinadas adverbiais são classificadas segundo a sua significação, sendo que as orações comparativas traduzem 'comparação', são sempre desenvolvidas e apresentam duas modalidades:

(a) simples: são introduzidas pela conjunção *como* e geralmente o verbo da subordinada está elíptico por ser o mesmo da principal:

(22) Não faça como ele (faz).

(23) Trabalha como um escravo (trabalha) . (Op.cit:59)

(b) correlatas: são introduzidas por um termo correlacionado com outro da oração regente, são as estruturas de grau:

(24) Pedro é mais(menos) inteligente (do) que Paulo (é inteligente).

(25) Lê mais do que escreve.

(26) Maria é mais bonita (do) que Tereza. {Op.cit.: 60}

Segundo Luft, a estrutura de sentenças como (26) tem aproximadamente a seguinte história e origem:

OP: [*Maria - é - X OS hoiita*]

OS: [*Tereza-é- bonita*]

em que X OS representa uma estrutura de imensificação ou gradação. Conforme a gradação (comparativa) for de superioridade, igualdade ou inferioridade, X será, respectivamente, *mais (do) que, tanto quanto (ou tanto como), ou menos (do) que*. Tendo-se então:

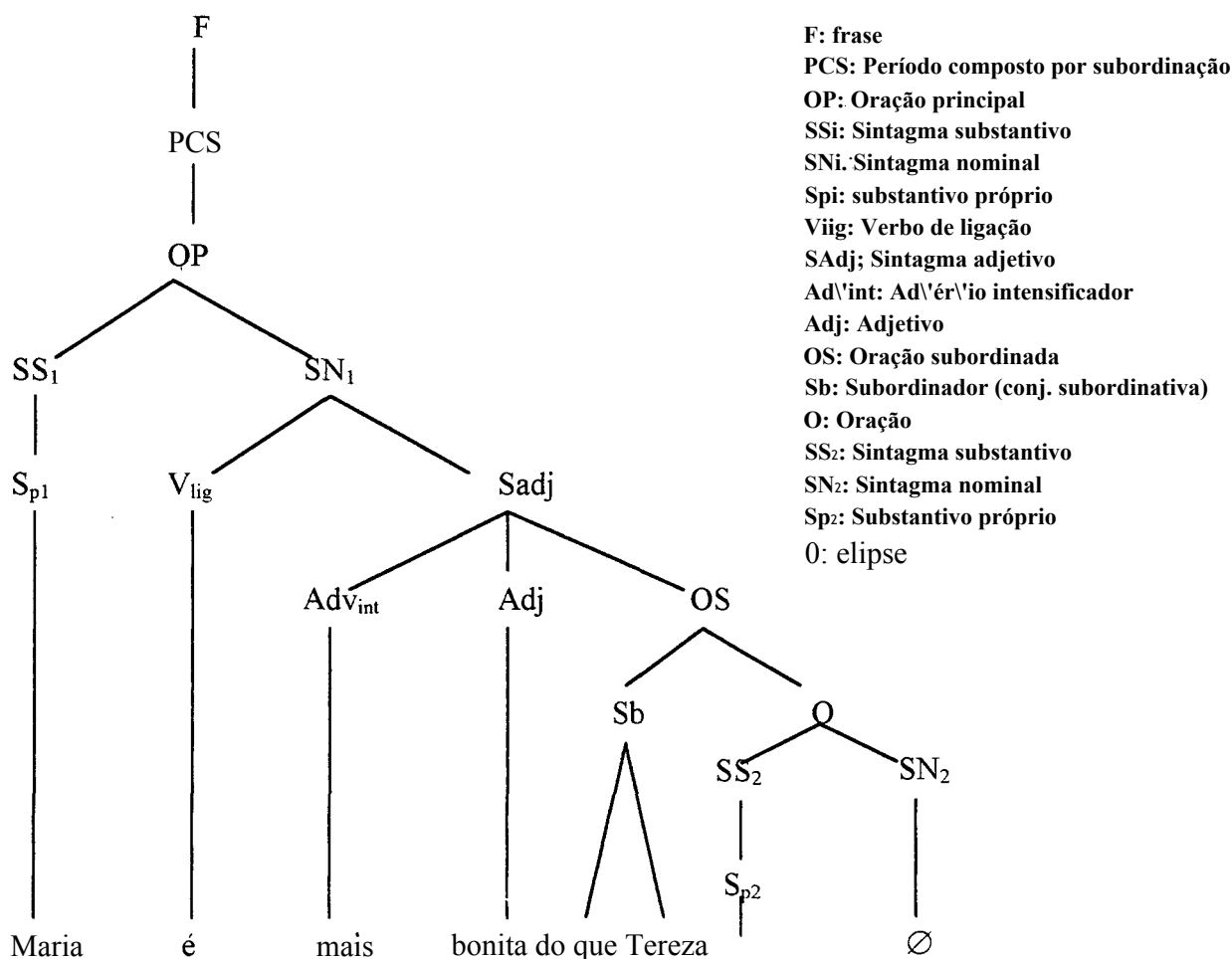
[*Maria é mais do que {Tereza é bonita} bonita*] →

[*Maria é mais do que Tereza bonita*] (supressão dos itens repetidos) ->•

[*Maria é mais bonita do que Tereza*] (permuta - o adjetivo é colocado junto

ao advérbio de intensidade).

A análise sintática da frase (26) poderia ser representada pela árvore abaixo:

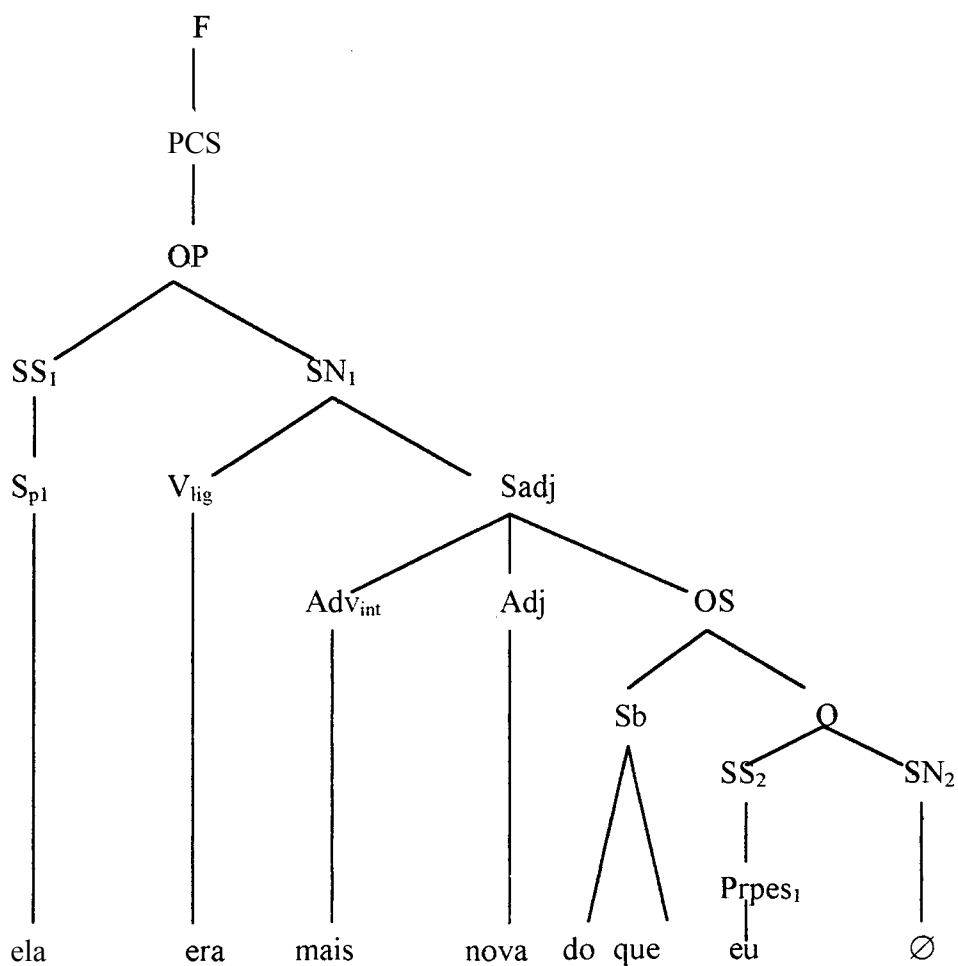


1. F
2. F → PCS
3. PCS ^ OP
4. OP ^ SS₁ + SN₁
5. SS₁ Sp₁
6. SN₁ V_{lig} + SAdj
7. SAdj → Adv_{int} + Adj ^ OS
8. OS ^ Sb + O
9. O ^ SS₂ + SN₂
10. SS₂ Pr_{pes1}
11. SN₂ → ∅ (elipse)

Fonte: LUFT, 1989; f. 36

Aplicando o mesmo raciocínio, segue abaixo a análise sintática de um enunciado comparativo:

(27) Era minha prima. Isso aí eu sei, porque [ela era mais nova do que eu], e eu ainda muito ajudei a carregar ela pra ir benzer da Bruxa. (SC FLP 08:560)



Para CEGALA (1989), as orações subordinadas comparativas representam o segundo termo de uma comparação e podem ocorrer de três formas:

(a) orações comparativas com o verbo expresso:

(28) A preguiça gasta a vida **como a ferrugem consome o ferro.**

(29) Ela o atraía irresistivelmente **como o imã atrai o ferro.** (Op.cit.341)

(b) orações comparativas com o predicado ou verbo subentendidos:

(30) O esquilo é tão ágil **quanto o macaco.** [= quanto o macaco é ágil]

(31) Ela recendia perfumes **que nem xam galho de manacá silvestre.** {Ibidem}

(c) orações comparativas hipotéticas:

(32) O homem parou perplexo, **como se esperasse um guia.**

(33) Os cavalos iam à toa, **como se mil demônios os esporeassem.** {Ibidem}

Esse último tipo de comparação reúne as idéias de comparação e hipótese. Segundo Cegalla, há quem subentenda verbo e análise: *O homem parou perplexo como parar ia/ se esperasse um guia.* No entanto, o autor diz que tal análise é desaconselhada e é preferível considerar *como se* uma locução comparativa. No *corpus* que compõe esta pesquisa foram encontradas várias ocorrências de comparações hipotéticas:

(34) E a gente aproveita e eu me sinto, assim, como? já estou com trinta e poucos anos, como se fosse uma garotinha, né? como se estivesse namorando, se estivesse passeando. (SC FPL 17: 600)

(35) E - Tu acreditas em algo depois da morte?

F- [eu como sou]- eu sou. como uma espirita, né? Mas agora, depois desse acontecimento, desse rapazinho que morreu, porque eu acho que. pra mim. foi como se eu perdesse um filho, como se fosse. Porque eu acho que o que eu senti, que a gente sentiu por ele. eu e meu marido, foi o mesmo sentimento. É como se eu tivesse perdido um pedaço do meu coração. É como se ele fosse meu filho. (SC FPL 17: 623)

A idéia de Cegalla parece ser viável, na medida em que, se considera que a locução *como se* introduz uma comparação e que esta comparação configura-se como uma hipótese que pode ser considerada uma situação prototípica.

BECHARA (1976) divide as orações comparativas em dois grupos:

(a) a comparação é assimilativa quando consiste em assimilar uma coisa, pessoa, qualidade ou fato a outra mais impressionante ou mais conhecida. É introduzida por *como* ou *qual*, podendo estarem em correlação com *assim* ou *tal*:

(35) *Os importunos são como as moscas que enxotadas[^] reverterem logo.* (Op.cit.:12 9)

(b) a comparação pode ser quantitativa quando consiste em comparar na sua quantidade ou intensidade, coisas, pessoas, qualidades ou fatos. Há três tipos de comparação quantitativa: a igualdade, a inferioridade e a superioridade.

GARCIA PAGE (1996), ao estudar as estruturas comparativas do espanhol, aponta duas estruturas mais recorrentes:

(1) N **ser Adj como** C: (37) *O muro estava branco como a neve.*

(2) N **verbo como** C: (38) *Marco trabalha como uma mula.*

Tais estruturas podem aparecer de forma abreviada, tal como acontece nos casos de aposiopese[^] pela supressão total do segundo termo:

(39) *É mais louco que....*

Em alguns casos é possível a contração da comparativa mediante a elipse do termo cuja noção se quantifica. No entanto, isto só pode ocorrer quando a estrutura apresenta um alto grau de fixação ou o estereótipo é muito conhecido:

(40) *Está [louco] como uma cabra.*

[^] Aposiopese é a interrupção de uma frase por um silêncio brusco, seguido de um anacoluto. E.A.: *Dez mi! escudos de ouro em sua casa é uma soma bastante... Oh céus! creio que eu me traí.* Em português é comum o uso de reticências. (DUBOIS. 1972:63)

(41) Está como uma cabra.

Tal supressão é variável quando as comparações em pauta são do tipo (1) N **ser adj como C**; dificilmente ocorrem quando a categoria não é adjetiva:

(41) Marco está dormindo como um anjo.

(42) *Marco está como um anjo.

ou quando a estrutura for de superioridade ou inferioridade:

(43) Marco está mais louco que uma cabra.

(44) *Marco está mais que uma cabra.

Apesar de as estruturas apresentadas por Garcia Page serem da Língua Espanhola, tais estruturas são também as mesmas encontradas em Língua Portuguesa. Eis alguns enunciados comparativos que compõem o *corpus* desta pesquisa e que exemplificam as estruturas encontradas:

(1) N ser Adj como¹⁶ C: (e as variações com mais que, menos que)

(45) Mas dá para comer lagarto?

É se nós formos analisar, talvez é um bicho feio, mas não tanto imundo, tal como o porco e a galinha, que todo mundo consome. (SC CHP 20: 1083)

(46) Porque hoje o nosso inverno, aqui em Chapecó, ele tem os dias que dá frio, que é inverno mesmo. Mas não é aquele inverno contínuo que nem era uma vez. Uma vez, época de inverno passava três, quatro meses aqui embaixo de um frio terrível. Hoje não. Hoje dá frio dois três dias, mais dois, três dias esquentando, hoje chove, amanhã sai sol. (SC CHPIO: 1300)

(47) E já tinha farra do boi naquela época?

Tinha farra do boi.

E era como é agora?

Era, mais ainda que agora. Agora ela já não é tanto animada como era antes. Antes era bem animada. Vinha muita gente, né? E agora já não fazem mais nada como eram as festas. Tinha Festa da Trindade, também a Festa da Laranja. Hoje não é nem a metade do que era. (SC FLP 08: 122)

(2) N ter N como C (e as variações com mais que e menos que)

(48) Pois é que não morra, quer dizer que nem a família alemã, eles têm mais tradição do que o italiano. (SC CHP 14: 996)

¹⁶ Para efeitos de apresentação das estruturas considera-se *que nem* equivalente a *como*.

(3) N verbo como C:

(49) Não deixem Chapecó crescer que nem São Paulo. (SC CHP 07:452)

(50) E você brincava de que quando era criança?

Olha, a gente brincava de boneca, brincava de casinha, que nem as meninas brincam agora, né? Eu acho que era isso, né? A gente brincava de se esconder entre, todos juntos, os irmãos, né? Essas brincadeiras de rotina. (SC CHP 12: 40)

(4) N ser como C: (e as variações com **mais que** e **menos que**)

(51) Então onde funciona o Instituto Estadual de Educação hoje tinha um campo de futebol, chamavam Campo Manejo, sabe? Na época chamavam Campo Manejo, que era mais mato do que campo de futebol. (SC FLP 18: 100)

(52) (...) as empresas não estão pagando os impostos. Embora tem um detalhe importante que é essa justificativa que eu também não acho muito aceitável, porque todo mundo pode pagar, tanto a pessoa física como pessoa jurídica pode pagar o iiTiposto com cruzado novo. (SC FLP 21:470)

(5) N ser [Adj] como C;

(53) (sobre o Morro da Marriquinha) Mas era tão alto assim que dava pra ver (o povo que estava no Campo do Manejo)?

Era bem alto. É como está hoje, assim, era bem lá no alto. É porque naquela época não existiam casarões, nem prédios, nem nada, e dava pra ver tudo aqui. (SC FLP 18: 900)

(54) E eu me lembro da minha mãe. Ela era assim meio parecida com você assim sabe? Só que ela era clara. Me lembro até do vestido que ela tinha. Ela tinha um vestido branco com umas flores vermelhas assim. Ela era alta, os cabelos assim que nem os teus, sabes? (SC LAG 01: 249)

(55) Bom, a gila é que nem abóbora, é que nem melancia, só que a gila ela não tem açúcar, né? (SC LAG 12: 422)

(56) O pessoal daqui preferem mais as comidas caseiras em geral assim, que é comprada em mercado e vendas por aí. Agora comida que nem na festa da Oktoberfest, é difícil alguém fazer na região aqui. (SC BLU 20: 871)

(57) Bom, quando a gente era criança, a gente acreditava mesmo no Papai Noel. Até uma certa idade, até acho que uns cinco, seis anos a gente acreditava. Não é como hoje, acho que com três anos já não acreditam mais, né? (SC BLU 15: 339)

(58) A adolescência foi mais ou menos a mesma coisa, né? A gente ficou em casa também, né? que eu só saí de casa [<depoi>] Não parei, trabalhei na cidade ims dois anos, depois voltei pra casa de novo. Dai que eu casei, né? com dezenove anos, dai minha adolescência não foi [muito], muito movimentada, não que nem é agora, né? hoje em dia. (SC CHP 12: 47)

O que deve ser observado é a alta ocorrência de estruturas do tipo (5) em que o adjetivo está apagado. No entanto, tal apagamento só é possível e não prejudica o conteúdo

da comparação porque o que se está comparando pode estar anteposto ou pós-posto à frase comparativa. Observe-se os seguintes exemplos:

(59) Na tua infância Blumenau já era uma cidade assim?

Já, já era uma cidade grande. Não como agora, mas já parecida que nem hoje. (SC BLU 20: 821)

(60) Como o rapaz tinha já tinha um pouco mais de condições de vida, tinha um pouco mais de condições de vida, tinha uma máquina filmadora, então filmou aquilo tudo, parto, tudo certinho ah, junto, né?

Então isso tudo ficou de recordação?

É. Não é que nem o nosso tempo. Os nossos três filhos tivemos em casa. Esses, quando nasceram, foi chamado a parteira e foi feito parto em casa na época. (SC BLU 08: 948)

Em (59), o adjetivo *grande* vem anteposto à oração comparativa, desta forma, o apagamento do adjetivo na estrutura comparativa não traz prejuízos à comparação. Em (60), ocorre o inverso, o conteúdo da comparação vem após a oração comparativa. No entanto, não se pode precisar o conteúdo da comparação, nem restringi-lo a um só adjetivo. Na verdade, parece mais coerente se dizer que o conteúdo da comparação de (60) não recai sobre um adjetivo mas sim sobre uma ação como *ter filhos* ou *nascimento*.

Assim sendo, além dos requisitos apontados por Garcia Page para o apagamento do adjetivo, alto grau de fixação ou conhecimento dos termos, pode-se agora incluir a anteposição ou pós-posição do adjetivo à frase comparativa.

3.5 - Aspectos argumentativos da comparação

Para VOGT (1977), a estrutura comparativa é uma estrutura argumentativa por excelência, pois ela estabelece no ato de enunciação uma escala em que os enunciados se dispõem em uma relação de grau. O autor faz algumas considerações a respeito do uso de adjetivos argumentativamente dependentes e os adjetivos argumentativos independentes em construções comparativas concluindo que a comparação é uma estrutura que semanticamente se analisa em termos de *tema* e *comentário*. O comentário sempre se apresenta como um argumento em favor do tema; *tema* e *comentário* são permutáveis do ponto de vista sintático, mas não do ponto de vista argumentativo, ou seja, se B for um

argumento favorável a A, então A é um argumento desfavorável a B. Este fato é que dá à comparação seu caráter argumentativo.

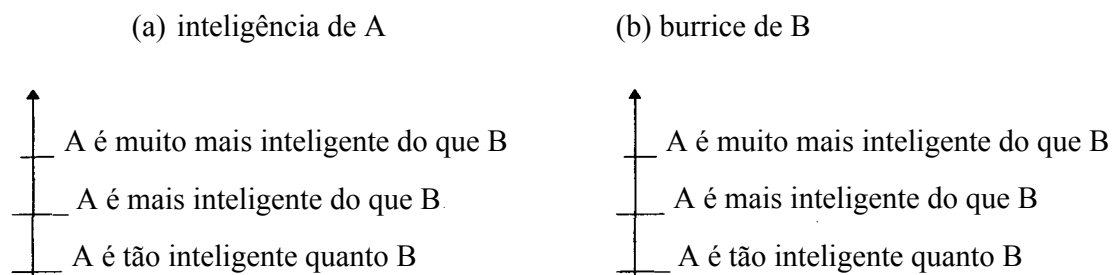
Dada uma estrutura comparativa, *A é mais X do que B* ou *A é tão X quanto B* é necessário que se observe o tipo de propriedade que irá preencher a variável X. Certos adjetivos, como *quente/frio*, dependem também do preenchimento dos elementos comparados quanto à propriedade: se A ou B são elementos catalogados como *quente* então *quente* é o termo positivo da oposição e conseqüentemente é o termo não-marcado, sendo *frio* o termo marcado. Se A e B são catalogados como *frios*, então o termo positivo e não-marcado é *frio* e *quente* é o termo marcado. Nem o comparativo de inferioridade nem o de igualdade admitem, dependendo dos elementos comparados A e B, *quente* ou *frio*, como não-marcados. Tal análise é válida para os outros pares de oposição cujos adjetivos não podem receber o traço positivo e negativo antes do preenchimento das variáveis A e B, uma vez que esse tipo de adjetivo depende não somente da estrutura argumentativa para realizar o seu valor de argumentação. Vogt propõe que eles sejam chamados de *adjetivos dependentes do ponto de vista argumentativo*.

Vogt considera os adjetivos *inteligente/burro*, *corajoso/covarde* como adjetivos argumentativamente independentes desde que independem dos termos comparados como também determinam a possibilidade de realização ou não da estrutura argumentativa em que ocorrem. Ele conclui que na oposição *burro/inteligente* só o adjetivo *inteligente* é não-marcado em relação à zona em que a comparação é feita. Por isso, *burro*, sendo marcado situa o elemento B na zona de burrice, exigindo que a comparação seja aí realizada. Ele enfatiza que é importante notar que a marcação ou não-marcação é dada pelo próprio adjetivo, sendo não-marcado sempre o termo positivo da oposição.

O autor analisa o comportamento semântico do par *inteligente/burro* na estrutura comparativa de modo a justificar sua classificação como independentes do ponto de vista argumentativo e corroborar a visão de estrutura comparativa como uma estrutura argumentativa por excelência. Dizer que a comparação se apresenta como estrutura argumentativa, significa também dizer que ela estabelece, no ato de enunciação, uma escala em que os enunciados se dispõem numa relação de grau (*mais forte, menos forte*, etc), desfrutando de uma ambigüidade estrutural (na organização tema/comentário) que se presta menos à informação do que à argumentação propriamente dita. A ambigüidade estrutural pode ser observada no seguinte enunciado:

(61) Pedro é tão inteligente quanto João.

que pode ser um argumento favorável a Pedro ou um argumento desfavorável a João, No primeiro caso, a inteligência de Pedro é o tema e João é dado como seu comentário/tema; no segundo caso, o tema é a burrice de João e o comentário é a inteligência de Pedro. Dessa forma, tem-se duas direções de pensamentos diferentes com a mesma ordem escalar, ou seja, duas orientações argumentativas diferentes que podem ser representadas pela figura abaixo:



Fonte: VOGT, 1977:64

Assim, é possível explicar de maneira mais precisa a oposição marcado e não-marcado na comparação, já que a estrutura comparativa é argumentativamente ambígua. Caso ela se realize linguisticamente com um adjetivo não-marcado, esta ambigüidade deve permanecer.

Para Vogt, a ambigüidade entre tema e comentário é causada não apenas pela estrutura da comparação, mas também pelo fato de *inteligente* ser não-marcado. Essa ambigüidade argumentativa da comparação serve para pôr em evidência o papel que a noção de marca pode ter para a compreensão do funcionamento dos adjetivos. Quando se observa atentamente a estrutura comparativa, nota-se que há elementos cujo valor semântico não pode ser analisado em termos de valor de verdade, desde que ela não apresenta correspondência direta com a realidade objetiva, mas que dispõe linguisticamente o universo segundo uma ordem de preferência do sujeito da enunciação. O autor também enfatiza que a oposição marcado/não-marcado não pode ser utilizada como uma categoria fixa e alheia às mudanças semânticas que o enunciado pode sofrer sob a determinação da situação argumentativa, ou seja, da situação efetiva do discurso em que ele é produzido.

3,6 - Comparação, símile e metáfora

Discutindo sobre a metáfora e a comparação em Aristóteles, Filipak (1985) diz que a comparação, sendo passível de ambigüidade, faz com que se recorra a uma terminologia latina que substitui a palavra comparação por um binômio de noções bem distintas: *comparatio* e *similitudo*. O primeiro se caracteriza por elementos de quantidade e o segundo por elementos de qualidade. Em ambos casos são encontrados três elementos: o termo que se compara, o termo ao que se compara o primeiro e o instrumento de comparação. Os instrumentos de comparação são classificados em duas séries diferentes:

- (a) para *comparatio*: mais + adjetivo + que, menos + adjetivo + que, tão + adjetivo + como, etc.;
- (b) para *similitudo*: semelhante a, parecido a, do mesmo modo que, etc.

A *comparatio* instaura uma relação quantitativa entre os termos envolvidos, agrupando as noções de superioridade, inferioridade e igualdade. *Similitudo* ocorre quando há relações de qualidade. Desta forma, conclui Filipaki, a metáfora está relacionada com a *similitudo* e não com a *comparatio*. LE GUERN (ap;yc/FILIPAK 1985) define a metáfora tradicional como um símile do qual se abstraiu o instrumento de comparação.

Nos dados que formam o *corpus* de análise foram encontrados os dois tipos de comparação:

Comparatio:

(62) Pois é que não morra, quer dizer que nem a família alemã, eles têm mais tradição do que o italiano. (SC CHP 14: 996)

(63) Era minha prima. Isso aí eu sei, porque ela era mais nova do que eu, e eu ainda muito ajudei a carregar ela pra ir benzer da Bruxa. (SC FLP 08: 560)

(64) Eu era doente, também. Eu não era assim forte como eu sou agora, não, gordinlia, não. (SC FPL 17: 994)

(65) Eu acho que é mais fácil plantar linhaça do que plantar soja e trigo. (RS SOB 11: 516)

Similitudo:

(66) O tipo de vida que a gente vivia na época, que eu lembro assim, muito claramente muito diferente do tipo de vida que a gente vive hoje, que por exemplo meus filhos vivem hoje. (SC LAG30: 152)

(67) Um prato assim que quando a senhora era pequena a sua mãe fazia que a senhora gostava.

Ai, eu acho que naquele tempo o meu paladar não era igual ao de hoje.

Não era?

Não. Se não eu não tava gordinha como eu estou. (RS POA 16: 982)

(68) Mas amigo, o sistema da escola eu até não posso dizer para vocês assim que seria diferente do de hoje, porque eu só deixei de estudar faz cinquenta e cinco anos por aí. Então daí pra adiante já não tenho a idéia de que possa ser. (RS SOB 11: 55)

Aristóteles inseriu a comparação só na Retórica e não na Poética, porque a comparação trata da prova, da argumentação, da demonstração que se processa no campo intelectual, lógico e denotativo, tendo como traço essencial o caráter discursivo. Na comparação se diz “isto é como aquilo”, na metáfora, “isto é aquilo”, a primeira tem caráter analítico e a segunda sintético. A diferença formal entre comparação e metáfora também é percebida na forma de predicação: SER e SER COMO.

ALBERT HENRY (ap//JFILIPAK, 1985) diz que no processo metafórico cria-se a ilusão de redução à unidade: *Aquiles é um leão*. Na comparação se estabelece um confronto entre dois conceitos que são aproximados e contudo se mantêm separados: *Aquiles é como um leão*. Henry estabelece uma tipologia da comparação:

(1) Comparação sememática usa todos os componentes do campo associativo da comparação. *Quando te comparo ao teu irmão, prefiro-o a ti, porque ele é semelhante ao teu pai.*

(2) Comparação semântica, que introduz o termo-tipo (francês: *échantil*= mostra) em um giro de frase característica. *Ela possuía aquela rigidez que é típica das estátuas antigas.*

(3) Comparação taxemática (*táxis*= ordem) que introduz mediante um taxema o segundo membro ou eventualmente os dois membros da comparação: *como, quanto, assim como, tanto ... quanto, tal ...qual, etc.*

(4) Comparação enunciado é a que se exprime recorrendo à simples justaposição. Ex.: *Não se faz estúdio de pintura numa sala qualquer, não se faz imi campo de batalha num lugar qualquer.*

Os dados que compõem o *corpus* de análise deste trabalho são, segundo a tipologia proposta por Henry, comparações taxemáticas, visto que foram selecionados enunciados que apresentam um taxema introduzindo a comparação. Tais dados não deixam de ser comparações semânticas, considerando-se que o segundo termo da comparação representa um termo- tipo, ou na terminologia aqui adotada, um protótipo.

3. 6 - A comparação ontem e hoje

Segundo Sílvia ELYA (1979), havia cinco sistemas de flexões casuais em Latim, mas na passagem deste para as línguas neolatinas, a tendência foi a redução do número de flexões (analitismo). A explicação é a seguinte; em vez de uma flexão ser usada para formar uma categoria gramatical, optou-se em usar uma palavra auxiliar. Desta forma, o grau comparativo que no latim clássico ocorria como *altior*, no latim vulgar aparecia como *magis altus* ou *plus altus*, dando *mais alto* em português.

O processo analítico já existia no latim clássico e era empregado quando o adjetivo não aceitava flexão de grau. Usava-se o advérbio *magis*: *magis mirus*. O advérbio *plus* era menos usado, sendo acentuada a sua preferência na Itália de onde espalhou-se para o norte da França. Atualmente, tem-se a seguinte distribuição:

magis: português, espanhol e romeno

plus: italiano, francês, provençal e sardo

O comparativo sintético sobrevive nas línguas românicas (exceto no romeno), especialmente nas formações que não derivam o comparativo do radical positivo; assim para *bom* tem-se:

melhor em português; *meilleur* em francês;

mejor em espanhol; *millor* em catalão;

migliore em italiano.

No francês e no provençal, as formas sintéticas de comparativo sobreviveram durante mais tempo. No português arcaico existiu *chiis* (<*p/us*) ao lado de *mais* (<*magis*).

Conforme já foi observado em 3.6 na tipologia da comparação proposta por Henry, diferentes são as formas de se expressar linguisticamente uma comparação. Considerando-se os dados que formam o *corpus* de análise, foram encontrados os seguintes operadores de comparação:

- (a) para a igualdade: *como, que nem, assim como, íal como, mesmo jeito que, tanto quanto, tanto como, como se, igual, tipo assim*;
- (b) para a superioridade: *mais do que, melhor do que, maior do que*;
- (c) para a inferioridade: *nem a metade de, pior que, menos que*;
- (d) para a desigualdade: *diferente do que* e a negação explícita *não* anteposta ao operador de igualdade.

Os operadores encontrados são os previstos pela maioria das gramáticas. É interessante se observar que nas gramáticas pesquisadas não se encontrou nenhuma menção à comparação de desigualdade. O que se pode pressupor é que os comparativos de inferioridade e superioridade sejam considerados como comparativos de desigualdade. No entanto, há casos que não podem ser classificados nem como casos de superioridade, nem de inferioridade. No *corpus* desta pesquisa foram encontrados vários dados que exemplificam a comparação de desigualdade:

(69) Hoje eu vejo o meu moleque que já brüica diferente do que a gente brincava. (SC CHP 20: 1117)

(70) (...) e esse grupo de famílias ele tem o total aqui da nossa quadra que são aproximadamente de trinta famílias, tem quatro ou cinco famílias que de vez em quando se encontram fazem reuniões jímto e né? mas ainda é muito diferente daquilo que vivia, por exemplo, do que eu lembro da minha infância lá. (SC LAG 30: 130)

(71) Como é que foi sua época de jovem, o que o senhor fazia assim, baile?

Bom, isso foi, hã, hã foi tudo muito diferente de hoje. Infelizmente eu não recordo algumas coisas só. Naquela época existia ainda os verdadeiros bailes, mais sadios, né? mas eu sempre era um pouco retraído, não aprendi a dançar. Só vim a aprender em São Paulo, depois, né? (SC BLU 15:486)

Além do operador de desigualdade *diferente de*, outra forma de se negar a igualdade é através do uso do operador de negação *não*:

(72) Esse (salame) que a gente compra no mercado parece que não tem aquele gosto que nem aquele se faziam e fazem ainda, né? (SC CHP 01: 252)

(73) Sei lá, não é que nem uma vez que a moça queria ser virgem, né? Eles agora não, elas se botam fora. (SC CHP 01: 1378)

(74) Eu, por exemplo, comecei a namorar com quinze anos. mas, até ftii noiva uma vez, não deu certo, então né? Tem uma irmã minha que casou com dezesseis anos, nova demais. E, o namoro era assim, não como é hoje, né? Primeira vez que vê já é pra tudo, né? (SC CHP 4: 231)

(75) Porque hoje o nosso inverno, aqui em Chapecó, ele tem os dias que dá frio, que é inverno mesmo. Mas não é aquele inverno contínuo que nem eram uma vez. Uma vez, época de inverno passava três, quatro meses aqui embaixo de um frio terrível. Hoje não. Hoje dá frio dois três dias, mais dois, três dias esquenta, hoje chove, amanhã sai sol. (SC CHP 10: 1300)

(76) E de onde é que está vindo esse pessoal que mora nos bairros?
Do interior, o pessoal está saindo do interior pra ir pra cidade porque o interior [está] não está mais dando como dava uma vez, está parado. (SC CHP 1: 604)

(77) Porque naquele tempo lá era mais sério o namoro- não é que nem agora. (SC CHP 14: 270)

(78) Ah, eu já contei que eram severos porque, digamos assim, não tinham tanta liberdade como tem hoje, né? digamos assim, o pai não tinha tanta liberdade com os filhos, quer dizer em termos de liberdade, cada um traça a sua. (SC CHAP 19: 260)

GARCIA PAGE (1996), estudando as comparações do espanhol, observa que as comparações mais abundantes são aquelas que se referem a qualidades (virtudes ou defeitos) ou a aspectos físicos dos objetos comparados; e entre os termos comparantes abundam os que se referem ao reino animal, vegetal e outros âmbitos. Em alguns casos, as variações possíveis em uma comparação são tão numerosas que se pode dizer que o paradigma parece estar em aberto. Tal fato pode ser observado especialmente nas noções que se referem ao aspecto ou forma física de pessoas ou objetos. Existe uma vasta série de elementos que servem para quantificar as noções de *tamanho grande*, *tamanho pequeno*, *leveza*, *etc.*:

Grande como uma catedral/ casa/ castelo/ palácio/ montanha/ elefante...

Menor que a cabeça de um alfinete/ pulga/ semente/ grão de areia/ formiga...

Mais leve que o vento/ fumaça/ pena/...

Rápido como a fumaça/ vento/ mosca/ mosquito/ formiga/ pulga...

As cores das coisas ou pessoas também são alvo de freqüentes comparações:

Vermelho como um tomate/ acerola/ cereja/ sangue/ camarão...

Branco como a neve/ leite/ cal/ papel/ cera/ cadáver...

Negro como o ébano/ betume/ carvão/ tição/ a morte/ a alma de Judas...

Ao lado dos aspectos de caráter físico apontados, a velocidade ou rapidez na execução de ações também recebem diversas comparações em virtude dos animais mais velozes ou dos objetos ou fenômenos que podem caracterizar prototipicamente de acordo com a qualidade:

Veloz como um raio/ relâmpago/ vento/ iliracão/ tufão/ ciclone/ escopeta/ disparo/ bala/ trem/ avião/ lebre/ gazela...

Não se pode deixar dizer que ao se observar as séries acima, nota-se que há termos que ocorrem em mais de uma série. Cada série pode ser considerada uma categoria que apresenta mais de um termo como prototípico quanto ao que se está comparando. Além disso, há objetos que podem representar prototipicamente mais de uma categoria: *pulga* aparece tanto na categoria das coisas pequenas quanto na das coisas rápidas.

Uma particularidade das construções comparativas apontada por Garcia Page, é o fato de que algumas parecem apresentar um grau de fixação maior do que outras, ao ponto de que quando configuradas de determinada forma (superioridade ou igualdade) não admitem a variação estrutural. Tais frases possuem um caráter proverbial e a fórmula predileta parece ser a superioridade:

Mais velho que Matusalém/ mais bonito que Adonis/ mais forte que Sansão/ mais paciência que Jó/ mais falso que Judas/ pior que o Capeta...

Como puede observarse, son sobre todo ia historia sagrada, la mitologia y la literatura - pero también otros campos, como el deporte - ias frentes principales que proporcionan

los personajes que, por antonomasia” representan prototípicamente los vicios o virtudes humanas que son objeto de comparación. (GARCIA PAGE, 1996,: 72)

Todas essas observações feitas por Garcia Page para a Língua Espanhola são perfeitamente aplicáveis à Língua Portuguesa, tanto que a maioria dos exemplos citados foram somente traduzidos.

Para a Língua Portuguesa, VOGT (1977) observa que para as expressões feitas e de tipo proverbial como:

- (79) Doce como o mel.
- (80) Feio como o diabo.
- (81) Forte como um touro. (Op.cit.:198)

em que o segundo termo deve ser considerado como exemplar quanto à propriedade comparada, podem-se encontrar expressões paralelas, e de uso muito comum do tipo:

- (82) Doce que nem mel.
- (83) Feio que nem assombração.
- (84) Forte que nem um touro.
- (85) Esperto que nem macaco. {Ibidem}

Segundo o autor, tais expressões podem facilmente ser compreendidas como equívulendo a:

- (86) Doce que nem mesmo o mel é doce.
- (87) Feio que nem mesmo a assombração é feia.
- (88) Forte que nem mesmo um touro é forte. {Ibidem}

Dessa forma, observa Vogt, o comparativo *que nem*, evidencia, na igualdade, a presença da oposição, devido ao valor negativo de *nem*, entre os dois termos em comparação, aproximando-a das outras formas de comparativo. A combinação de *que nem mesmo* mostra, com toda força, que a igualdade é sintoma de uma diferença, argumentativamente falando, porque os enunciados significam:

- (89) mais doce que mel.

Antonomásia é uma figura de estilo pela qual, para designar uma pessoa, utiliza-se um nome comum no lugar do nome próprio ou nome próprio em lugar de um nome comum; p.ex.. a um "idealista amalucado", chama-se *Don Quixote* e a um "bonachão conformado", *Sancho Pança* (nomes próprios empregados no lugar de nomes comuns). (DUBOIS. 1972:58)

(90) mais feio que assombração.

(91) mais forte do que um touro. {*Ibidem*}

No entanto, o raciocínio proposto por Vogt para a análise de construções com *que mm*, parece não ser totalmente aplicável ao que de fato ocorre em comunicação oral. O comparativo *que nem é* usado, na maioria dos casos, como equivalente a *como*, não somente em construções comparativas, mas também nas conformativas:

(92) Aqui na nossa região de Chapecó tem gente se emancipando: Guatambu está se emancipando. O que que é isso aí? Não passa de uma pessoa viva. É que nem diz o Cacique Junina: “Lá em casa, de vivo só eu, o resto todo mundo trabalha.” (SC CHP 18:1232)

(93) O que eu ia dizer antes, a respeito tem outra coisa em jogo. E é que nem disse o doutor Valmor aqui de Chapecó: “Existe coisa muito mais importante pra se pensar, antes de se trazer o Estado do Iguaçu pra cá.” (SC CHP 18:1286)

Abaixo, são apresentados alguns enunciados comparativos construídos com o comparativo *que nem*. É interessante observar que há casos em que a comparação de igualdade é acompanhada por uma negação:

(94) Esse (salame) que a gente compra no mercado parece que não tem aquele gosto que nem aquele se faziam e fazem ainda, né? (SC CHP 01: 252)

O que se obtém do enunciado acima é uma negação de igualdade, ou seja a afirmação de uma oposição. Desta forma, parece que, no atual estágio da língua, para que o comparativo *que nem* funcione como uma oposição é necessário que ele venha acompanhado por uma negação. O funcionamento desses enunciados comparativos pode ser sintetizado da seguinte forma: em vez de se dizer que os dois termos compartilham uma determinada propriedade, diz-se que os dois termos estão em condição de desigualdade, sendo que o primeiro carece (parcial ou totalmente) da propriedade que está sendo predicada. Segue a análise do enunciado (94):

termo comparado: salame comprado no mercado;

termo comparante: salame que se fazia;

propriedade: gosto (sabor);

afirma-se que o termo comparado não possui a mesma propriedade que o termo comparante, ou seja, o salame que é comprado no mercado possui um sabor diferente daquele salame que era feito antigamente. O segundo termo da comparação representa um

exemplo prototípico quanto à propriedade predicada: o salame que se fazia antigamente é o protótipo de salame com bom sabor. Observe-se outros exemplos:

(95) Não deixem Chapecó crescer que nem São Paulo. (SC CHP 07:452)

(96) E você brincava de que quando era criança?

Ollia, a gente brincava de boneca, brincava de casinha, que nem as meninas brincam agora, né? Eu acho que era isso, né? A gente brincava de se esconder entre, todos juntos, os irmãos, né? Essas brincadeiras de rotina. (SC CHP 12: 40)

Novamente, em nenhum dos dois casos acima, a idéia de que *que nem* introduza uma oposição parece ser a mais adequada, ou a que foi intencionada pelo falante ao produzir a comparação. O sentido do comparativo *que nem*, orienta mais para a igualdade, eqüivalendo a *como*, do que para a oposição entre os termos.

No entanto, apesar de *que nem* parecer não mais carregar seu valor negativo, há construções comparativas que permitem uma idéia de oposição. Isto é possível no enunciado (97):

(97) (sobre os partido políticos) (Não) está no sangue mesmo. A gente é torcedor fanático que nem os torcedores do Internacional. (SC CHP 10: 1241)

Em (97) é possível desenvolver o raciocínio de que *que nem* introduza uma oposição. Ou seja:

(97) A gente é torcedor fanático que nem os torcedores do Internacional.

(97i) A gente é torcedor fanático que nem mesmo os torcedores do Internacional são.

(97,) A gente é mais fanático que os torcedores do Intemacional.

Apesar de a idéia de oposição ser possível, nesse caso, não se pode contudo ter certeza de que foi essa de fato a intenção do falante ao produzir o enunciado comparativo.

3.7 - Conclusão

Neste capítulo foram apresentados diversos aspectos relacionados às construções comparativas. Na parte relacionada à sintaxe foram identificadas os diferentes operadores que estão em uso na língua. Quanto ao aspecto argumentativo, viu-se que a comparação é uma estrutura essencialmente argumentativa que revela uma ordem de

preferência do sujeito frente ao mundo. Além disso, também foi observado como o operador *que mm* vem perdendo sua carga negativa e assumindo papéis até antes desempenhados somente pelo operador *como*.

A comparação é um recurso lingüístico que abre possibilidades para diversos estudos: a sintaxe da frase comparativa; a argumentação; os processo cognitivos, etc. Neste capítulo não se estudou nenhum deles a ílindo, somente foram dados os cotejos que se julgou pertinente para os fins deste estudo.

4 - TIPOLOGIA PARA ENUNCIADOS COMPARATIVOS

4.1- Introdução

Neste capítulo será apresentada uma tipologia para a classificação de enunciados comparativos e a análise de diversos enunciados. Tem-se como objetivo explicar o funcionamento semântico da comparação observando a relação existente entre os elementos da estrutura comparativa, relacionado-os à teoria dos protótipos e à semântica dos predicados vagos.

4.2 - O planejamento do discurso

Ao se trabalhar com a língua oral, torna-se necessário observar a questão do planejamento do discurso. OACHS (1979) {apud CASTILHO, 1990) observa vários graus de planejamento do discurso, indo do não-planejado ao planejado. O não-planejado é o discurso que não tem reflexões prévias e preparação organizacional anterior à expressão. O discurso planejado é aquele pensado e projetado antes de ser expresso. A escrita tende a ser planejada enquanto a oralidade não-planejada. A autora considera que a conversação é relativamente não-planejável, desde que seu planejamento é administrado durante sua ocorrência, passo a passo, sendo difícil antever a forma e a direção do assunto para uma sequência inteira. O *corpus* analisado neste trabalho assume as características do discurso não-planejado, envolvendo depoimentos dados no ato, sem possibilidade de planejamento prévio.

Considerando-se o fato de a elaboração do discurso ocorrer durante a conversa, explica-se o seu caráter fragmentário e de rápida produção. O movimento rápido com que o locutor constrói a fala tem consequências no fluxo de informação:

Tanto as interrupções definitivas, como as suspensões momentâneas do tema acusam a forte tendência da língua falada para explicitar os próprios processos de sua criação, diferentemente da língua escrita, que geralmente os esconde, mostrando apenas o resultado lapidado. (...) No dinamismo do envolvimento interacional em que a atividade oral se desenvolve, pode-se avaliar com nitidez a capacidade ativa do locutor de

planejar momentaneamente sua comunicação, procedendo, de forma estratégica, a inserções, reconstruções e quebras na seqüência de seu discurso. (CASTILHO, 1990:149)

Durante o processo de comunicação, o locutor, muitas vezes, precisa usar estratégias apropriadas para facilitar a compreensão do ouvinte e para tal ele faz uso de paráfrases, repetições, ou reparos. A hipótese deste trabalho é que outra estratégia também utilizada pelo falante, e sobre a qual está centrada a atenção, é a comparação, que é utilizada para tentar tomar uma informação menos vaga ao interlocutor

Betten (1976) {*apud* CASTILHO, 1990), aponta algumas regras de uso de estratégias:

- Assim que você percebe que o ouvinte compreendeu o que você queria comunicar, torna-se desnecessária e inadequada a continuação de sua fala em muitas situações.
- Logo que você percebe que o ouvinte não está entendendo o que você fala, interrompa seu discurso, mude o seu planejamento, ou introduza uma explicação.
- Logo que você percebe que formulou algo inadequado, interrompa, corrija-se na seqüência.

A comparação pode ser utilizada para satisfazer às duas últimas regras. Quando o locutor percebe que não está sendo entendido, devido ao uso de um termo que não é totalmente especificado ou preciso, a explicação do termo pode ser introduzida através de uma comparação. Da mesma forma, quando se percebe a inadequação de uma fala, o locutor pode fazer uma comparação para tentar restabelecer a progressão de seu discurso.

4.3 - Comparação e verdade

Segundo PAULIUKONIS (1996), comparar consiste em confrontar duas verdades e concluir que relação existe entre elas. Em

(1) Este vasilhame de um litro contém mais líquido do que aquele de meio litro. (Op.cit.: 41)

sabe-se que um dos vasilhames tem mais volume que o outro, do mesmo modo que se sabe que três quilômetros têm mais metros que um quilômetro. Essas são verdades relativas a quantidades.

A autora observa que se os critérios para situar as diferenças das relações comparativas fossem sempre objetivos, não haveria problemas para a determinação do sentido de um enunciado, pois como já disse SAPIR (1969), a gradação é um processo psicológico anterior à medição. Desta forma, as soluções para os problemas de sentido dos enunciados comparativos se tornam fáceis quando se apresenta uma sistema de medidas objetivas padronizadas que são aceitas e consideradas como verdades absolutas.

No entanto, acaba por aí o que a autora tem a dizer sobre a determinação do sentido ou a função de um enunciado comparativo. A proposta, além de simplista, é completamente problemática, visto que não aponta nenhuma alternativa para os termos que não suscetíveis de medição objetiva.

Para que se possa fazer o cálculo do valor de verdade de uma sentença é necessário que todos os termos tenham uma definição precisa, ou seja, os termos precisam ser não-vagos. Segundo Quine é neste ponto que a comparação tem uma importante função: ela é um recurso lingüístico que ajuda a substituir um termo vago por um termo não-vago.

Em Quine, a comparação é vista como um mecanismo de resolução de vagueza, ou seja, ao ser empregada em enunciados que possuem predicados vagos (aqueles que são indecidíveis em termos de valor de verdade) ela tem a capacidade de restaurar a bivalência. Para MOURA (1996), esse tipo de abordagem tem um aspecto muito interessante que não foi explicitado por Quine. Ele diz respeito ao fato de que a resolução da vagueza de substantivos é muito menor do que a de adjetivos. Isso explica-se considerando-se que os substantivos são percebidos como marginalmente vagos enquanto os adjetivos são percebidos como altamente vagos e esta diferença faz com que a resolução da vagueza dos adjetivos seja tão normal, na lingua natural. Observe-se o seguinte exemplo:

(2) João é gordo.

para que se possa calcular o valor de verdade da sentença é necessário que a definição de *gordo* seja precisa, no entanto, *gordo* é um termo vago, visto que não se tem uma definição

precisa que indique que critérios devam ser adotados para se considerar alguém gordo. Segundo Quine, uma comparação tornaria o sentido do termo *gordo* preciso;

(3) João é mais gordo que Jô Soares.

No entanto, deve-se observar que um adjetivo comparado não deixa de ser vago, pois para que isso acontecesse seria necessário que o predicado envolvido na comparação, ao entrar no cálculo lógico, fosse verdadeiro ou falso para todo o objeto que pudesse tomar como argumento; “a comparação reintroduz a bivalência na proposição relacional, mas não elimina a vagueza intrínseca do predicado vago”(MOURA, 1996; 154). Para o enunciado abaixo vale o mesmo raciocínio;

(4) Ah, eu já contei que [os pais] eram severos porque, digamos assim, [os pais]* não tinham tanta liberdade como tem hoje, né? digamos assim, o pai não tinha tanta liberdade com os filhos. (SC CHP 19; 260)

Termo comparado; a liberdade que os pais não tinham no passado (antigamente/ tempo do evento)

Termo comparante; a liberdade que os pais têm hoje (tempo de fala)

Conteúdo da comparação; liberdade

Deve ser observado que o conteúdo da comparação (*Uberdade*) é fortemente vago, já que não se tem uma definição precisa de seu sentido. O conceito de *liberdade* é um conceito indeterminado, visto que ele pode ser diferente para cada tipo de contexto que se possa imaginar; a liberdade que existe em um ambiente militar é muito diferente daquela que existe em uma comunidade de *hippies*. Além disso, *liberdade* é um conceito que varia no tempo; o conceito de liberdade que se tinha antigamente, com certeza não é mesmo que se tem hoje. O que hoje é visto como uma normalidade, antigamente seria visto como um abuso ou falta de respeito às normas ou valores da época.

O operador de comparação *como* tem comó função estabelecer uma relação de igualdade entre os termos em comparação. No entanto, em (4), a introdução do operador

¹⁸ Os tennos que estão entre colchetes estão apagados neste enunciado, mas tomou-se necessário sua recuperação para que se pudesse reconhecer os tennos em comparação.

de negação *não* faz uma inversão e em vez de se afirmar a igualdade afirma-se a diferença. Desta forma, ao comparar o passado com o presente, o locutor mostra que:

Passado ~~não~~ havia tanta liberdade;

Presente -> há mais liberdade.

O que se pode inferir do que foi dito acima é que, nos casos em que se nega uma igualdade, através de uma negação explícita *não*, se obtém uma equivalência ao comparativo de inferioridade quando se mantém a ordem dos termos, e um comparativo de superioridade quando se inverte a ordem dos termos. O enunciado (4) pode ser parafraseado por:

(4) Ah, eu já contei que [os pais] eram severos porque, digamos assim, [os pais]*' não tinham tanta liberdade como tem hoje, né? digamos assim, o pai não tinha tanta liberdade com os filhos. (SC CHP 19:260)

(41) Ah, eu já contei que [os pais] eram severos porque, digamos assim, [os pais] tinham menos liberdade do que tem hoje.

(42) Ah, eu já contei que [os pais] eram severos porque, digamos assim, hoje [os pais] têm mais liberdade do que tinham antigamente.

À medida que se vai analisando os enunciados comparativos, percebe-se que se torna também problemático afirmar que a comparação consiga reintroduzir a bivalência lógica dos enunciados. Parece viável admitir que a comparação desempenhe tal papel quando for possível realizar uma espécie de 'consulta no mundo' e verificar se a comparação é verdadeira ou falsa. Uma comparação como:

(5) Pedro é mais magro que Marco Maciel.

permite que se faça uma verificação para que se possa decidir se ela é verdadeira ou falsa: se Pedro pesar menos que Marco Maciel, ela será verdadeira; se pesar mais será falsa. Não se pode esquecer que para se fazer uma comparação do tipo séria¹⁹ os dois elementos precisam ser comparáveis. O raciocínio proposto seria descabido se *Pedro* fosse um bebê e

¹⁹ Os ternos que estão entre colchetes estão apagados neste enunciado, mas tomou-se necessário sua recuperação para que se pudesse reconhecer os termos em comparação.

²⁰ Entenda-se "séria" como antônima de "irônica".

Marco Maciel um adulto. Toma-se mais problemático ainda se a comparação for como a apresentada acima: devido à vagueza de *liberdade*, a sentença poderá variar de indivíduo para indivíduo, pois os ICMs que formam os sentidos das palavras não são iguais.

Feita a constatação de que é inviável assumir a idéia de Quine, torna-se necessário então redefinir a função da comparação. Tal função já vem sendo delineada ao longo deste trabalho, mas cabe aqui retomá-la mais a fundo. Segundo MOURA (1997), a comparação é um mecanismo modificador de vagueza que tem papel primordial no processo de recategorização.

O conceito de recategorização é aqui definido como uma operação semântica sobre itens lexicais que, a partir de uma categoria lexical primitiva, gera uma outra categoria lexical derivada. "Categorias lexicais primitivas" designam os vocábulos lexicais (substantivos, adjetivos, verbos e advérbios) e "categorias lexicais derivadas" designam as categorias obtidas a partir de certas operações gramaticais, essencialmente a modificação de grau, a comparação e a utilização de *hedges*. Assim, construções como 'mais alto que eu', 'pássaro *par excellence*', 'legalmente racista', como categorias derivadas, devem ter o seu sentido interpretado a partir das categorias primitivas 'alto', 'pássaro' e 'racista'. (MOURA, 1997: 35)

Observe-se os seguintes exemplos:

- (6) Não deixem Chapecó crescer que nem São Paulo. (SC CHP 07:452)
- (7) Na cacheta é a mesma coisa como pife, só que tem o coringa. (SC FLP 10: 739)
- (8) (...) Pau oco até chamam, né? E dentro tem formiga, aquelas formigas bem grandes, né? pior do que saúva. SC BLU 15:299)

Nesses exemplos, observa-se que *São Paulo* é utilizado como um protótipo de CIDADE GRANDE, *pife* como um protótipo de JOGO e *saúva* como um protótipo de FORMIGA PERIGOSA. Em todos os casos, a comparação introduz um novo parâmetro para a categorização: as propriedades que são predicadas sobre o primeiro termo são especificadas no segundo. Quando um protótipo é introduzido na comparação sua função é a de recategorizar a categoria em questão, ajudando a reduzir a vagueza do que se predica sobre o termo comparado. Observe-se o funcionamento da comparação retomando o enunciado (7) dado acima. Em (7), o falante tenta explicar o funcionamento do jogo chamado *cacheta*, no entanto, seu interlocutor desconhece tal jogo. Ao perceber que o interlocutor não consegue categorizar *cacheta*, o falante introduz uma comparação e com ela oferece um parâmetro, o protótipo *pife* para que o primeiro termo seja recategorizado.

com isso, é possível dar continuidade ao discurso. O enunciado (7) remete ao clássico estudo de Wittgenstein em que um termo desconhecido pode ser aprendido quando associado a um modelo, neste caso, um protótipo.

Em (8), o falante utiliza *saiíva* como um protótipo de FORMIGA PERIGOSA. Nesse enunciado, a comparação incide sobre a propriedade maléfica das formigas. Ao dizer que o primeiro termo (*formigas*) é pior que o segundo (*saiivas*), o que se faz é especificar o que se predica sobre o primeiro termo comparando-o a um protótipo.

4.4 - Proposta para a classificação semântica de enunciados comparativos

Considerando que um dos objetivos deste trabalho é o de observar como a escolha do termo comparante ajuda a reduzir a vagueza do que se predica sobre o termo comparado, julgou-se pertinente que a elaboração da tipologia tivesse como principal critério a identificação dos elementos que são empregados como termos comparantes.

A tipologia aqui proposta está dividida em duas classes principais segundo os termos comparantes identificados:

- (1) quando o termo comparante é identificado como um protótipo e
- (2) quando o termo comparante é identificado como um padrão de referência

Segue abaixo a tipologia proposta com seus devidos exemplos:

1- O termo comparante é um protótipo: protótipo é aqui entendido como o elemento que condensa as propriedades típicas de uma categoria e é comum a pelo menos uma parcela da comunidade:

(9) Não deixem Chapecó crescer que nem São Paulo. (SC CHP 07:452)

1.1 - 0 termo comparante é uma situação hipotética:

(10) E a gente aproveita e eu me sinto, assim, como? já estou com trinta e poucos anos, como se fosse uma garotinha, né? como se estivesse namorando, se estivesse passeando. (SC FPL 17: 600)

2- O termo comparante é um padrão de referência²¹; os padrões de referência são construídos individualmente em uma situação específica de fala e têm função dêitica. Ocorrem como pronomes (pessoais e possessivos) e como circunstanciais de tempo e lugar,

2.1: O termo comparante é um pronome: o verbo da oração subordinada pode estar apagado e quando expresso dá referencialidade temporal à subordinada:

(11) E a mãe da senhora, como é que ela era?
Ela era baixinha, bem que nem eu assim. (SC LAG 05: 972)

(12) eu nem deito na cama dele (do filho) pra não deixar o cheiro de cigarro, que ele não suporta, não vou abusar. Então nós respeitamos. Quando eles respeitam os pais, como eu respeito eles também em casa. (SC FPL 04: 397)

2.2- O termo comparante é um circunstancial de tempo²²: o circunstancial de tempo é considerado uma categoria dêitica, podendo indicar anterioridade, ou seja, referindo-se a um tempo anterior ao do momento de fala, ou, simultaneidade referindo-se a um momento simultâneo ao momento de fala:

(13) Porque hoje o nosso inverno, aqui em Chapecó, ele tem os dias que dá 'fno, que é inverno mesmo. Mas não é aquele inverno contínuo que nem era uma vez. (SC CHP 10: 1300)

(14) É, porque o bom alfaiate, ele ganha dinheiro, hein?
Às vezes ganha, mas quer dizer, que antigamente não era que nem agora. Agora dá pra viver. (SC CHP 14:416)

2.3-0 termo comparante é um circunstancial de lugar: os circunstanciais de lugar também são considerados categorias dêiticas:

(15) O estudo é mais importante né, porque no interior não tem esse estudo que nem tem aqui. (SC CHP 01:1084)

4.5 - Sobre o uso dos protótipos

²¹ Tal termo é proposto por HALLIDAY e HASAN (1976) e reelaborado por MOURA (1997).

²² Os circunstanciais de tempo são advérbios ou expressões adverbiais que dão referencialidade temporal ao discurso.

Como apontado anteriormente, o protótipo é entendido como sendo conhecido por uma parcela da comunidade. Desta forma, é devidamente válido que se considere *São Paulo* como protótipo de CIDADE GRANDE; *porco* como ANIMAL IMUNDO ou *pife* como bom exemplo de JOGO. Esses termos são tomados como os melhores exemplares, exemplos prototípicos da categoria que representam, não por possuírem um conjunto de condições necessárias e suficientes, mas por condensarem as propriedades típicas da categoria em questão. (KLEIBER, 1990).

(17) Não deixem Chapecó crescer que nem São Paulo. (SC CHP 07:452)

(18) Mas dá para comer lagarto?

É se nós formos analisar, talvez é um bicho feio, mas não tanto imundo, tal como o porco e a galinha, que todo mundo consome. (SC CHAP 20: 1083)

(19) (sobre o Abrigo de Menores) Mas não era tão rigoroso como é a FUCABEM. (SC FLP 02: 849)

(20) Pife são nove cartas. Tem que fazer trinca, é de trinca ãh? ou seguida ou trinca. Na cacheta é a mesma coisa como pife, só que tem o coringa. (SC FLP 10: 739)

Em todos os casos acima pode-se identificar a ocorrência de termos vagos. Em (17) *crescer* é vago, pois seu sentido é indefinido, ou seja, não é totalmente delimitado: pode se referir ao crescimento econômico; crescimento da pobreza; crescimento cultural etc. As possibilidades são muitas. A função da comparação é introduzir um parâmetro para a categorização do que se predica sobre o primeiro termo: tem-se como categoria primitiva CRESCER e como categoria derivada CRESCER COMO SÃO PAULO, o termo primitivo era vago, com a comparação, a vagueza do que se predicava sobre ele é reduzida visto que ele é recategorizado pela associação a um protótipo.

(17) Não deixem Chapecó crescer que nem São Paulo. (SC CHP 07:452)

Termo comparado: Chapecó

Conteúdo da comparação: crescer (ser uma cidade grande)

Termo comparante: São Paulo

Ao comparar *Chapecó* a *São Paulo*, o locutor utiliza o segundo termo como um protótipo de CIDADE GRANDE. O argumento do locutor é que Chapecó não deve crescer como São Paulo, pois esta possui as propriedades que são típicas do que se considera negativo para uma cidade grande: ser violenta, ter um alto índice de desemprego, etc. Tais

características não estão expressas no enunciado, no entanto, são as que mais comumente são associadas à CIDADE GRANDE, ou seja, são as que formam o ICM da categoria. No entanto, a comparação não fornece meios para se determinar o conjunto de condições que formam o sentido de *crescer*.

Em (18), o termo *irmmdo* também é vago. A categoria dos adjetivos é uma das categorias mais fhitíferas quanto à vagueza. *Imimdo* é vago porque não se tem certeza a partir de qual quantidade ou nível de sujeira se pode considerar um animal como sendo imundo. Desta forma, haverá casos em que a aplicabilidade do termo deixará dúvidas. O enunciado (18) é na verdade um exemplo de comparação de desigualdade marcada pelo operador de negação anteposto ao intensificador *tanto*, neste caso, a desigualdade equívale à inferioridade. O enunciador argumenta que a carne de lagarto pode ser consumida visto que este animal é menos imundo que o porco ou que a galinha. O sentido de *imundo* é recategorizado a partir da comparação com os protótipos de ANIMAIS IMUNDOS. Devido ao caráter de desigualdade, pode-se identificar *lagarto* como um exemplo menos prototípico de ANIMAL IMUNDO que *galinha* ou *porco*.

Em (19), o falante compara um Abrigo de Menores com a FUCABEM, dizendo que o primeiro tinha um grau de rigor menor que o segundo. Nesse enunciado também ocorre uma negação da igualdade. É de conhecimento comum que a FUCABEM representava uma instituição muito rigorosa quanto ao tratamento dispensado aos menores nela recolhidos, ou seja, FUCABEM é tomada como um protótipo de LUGAR RIGOROSO e sua introdução na comparação ajuda a recategorizar o sentido de *rigoroso*: o sentido de *rigoroso* para o primeiro termo será estabelecido segundo o sentido que se estabelece para *rigoroso* no segundo termo.

Além desses protótipos que são conhecidos e aceitos por uma comunidade maior, há também os protótipos regionalizados: *torcedor do Internacional* é tomado como o protótipo de TORCEDOR FANÁTICO e *italianos* como NÃO PRESERVADORES DA TRADIÇÃO:

(21) A gente é torcedor fanático que nem os torcedores do Internacional. (SC CHP 10: 1241)

(22) Pois é que não morra, quer dizer que nem a família alemã, eles têm mais tradição do que o italiano. (SC CHP 14: 996)

O funcionamento dessas comparações ocorre da mesma forma que com os protótipo gerais: a comparação ajuda a recategorizar o sentido do primeiro termo. Tais dados já foram analisados em 2.4 em que se concluiu que eles eram vagos por não se poder determinar o conjunto de condições que formam o seu sentido e por sua aplicabilidade deixar dúvidas.

4.5.1 - Sobre a comparação hipotética

Segundo ROCHA LIMA (1989), quando a comparação refere-se a um fato não existente, emprega-se o conglomerado comparativo-hipotético *como se* com o verbo no imperfeito do subjuntivo:

(23) O velho fidalgo estremeceu **como se** acordasse sobressaltado. (p. 253)

Nos casos de comparação hipotética, o termo comparante introduz um parâmetro para a comparação na forma de hipótese que, pela ótica do locutor, possui uma forte relação com o termo que é comparado.

(24) E a gente aproveita e eu me sinto, assim, como? já estou com trinta e poucos anos, como se fosse uma garotinha, né? como se estivesse namorando, se estivesse passeando. (SC FPL 17: 600)

(25) Tu acreditas em algo depois da morte?
[eu como sou]- Eu sou, como uma espirita, né? Mas agora, depois desse acontecimento, desse rapazinho que morreu, porque eu acho que, pra mim, foi como se eu perdesse um filho, como se fosse. Porque eu acho que o que eu senti, que a gente sentiu por ele, eu e meu marido, foi o mesmo sentimento. É como se eu tivesse perdido um pedaco do meu coração. É como se ele fosse meu filho. (SC FPL 17:623)

(26) Ela (a amiga) mora aqui em Coqueiros também. De vez em quando a gente se encontra, quase sempre, né? É como se a gente estivesse, assim, ainda em tempo de estudante. (SC FPL 17: 806)

(27) Aí fui contar pro pai e pra mãe! Ai eu fui contar pro Jair, né? Disse: “O Jair, estou grávida.” Ai na hora ele disse: “E u não tenho nada, eu nunca fiz nada”, agiu de outra maneira, como se nunca nem tivesse visto na frente dele, não tem? (SC FPL 20: 1058)

(28) Eu só tinha tios em Berlim, mas como eu não trabalhei em Berlim, eu fiquei como se estivesse numa prisão, porque o muro e todos os lugares aonde eu ia com meus tios sempre

terminava em no muro. E com as nossas distâncias aqui, a vastidão, aquilo pra mim era uma prisão. (SC BLU 05: 1630)

É interessante observar que, dentre os dados coletados, não foi encontrada nenhuma ocorrência de comparação hipotética exprimindo superioridade ou inferioridade, como por exemplo, *Gostar dele mais do que (menos do que) se fosse um filho*. Parece que a comparação hipotética, primariamente, teria a função de aproximar (igualar) duas situações, ou fatos, de forma que o primeiro termo tem o seu sentido recategorizado pela introdução da hipótese.

Outro fator interessante é observar que as hipóteses fazem parte, na maioria das vezes, do que se poderia chamar de ‘conhecimento cultural’. Essas hipóteses revelam o que constitui os padrões de comportamento de uma sociedade. Há fatos que, quando ocorrem, implicam na ocorrência de outro; ou certos fatos (comportamentos) que são associados a um grupo específico e não a outro. No enunciado (24), a falante diz que está aproveitando sua vida, e para especificar isto, diz que está se sentindo como se fosse uma garotinha. Esta hipótese revela claramente que existe uma cultura associada ao comportamento das pessoas, e que segundo esta cultura, a infância seria o tempo em que as pessoas podem desfrutar livremente de sua vida. Já em (25), ao falar sobre a morte de um rapaz, o entrevistado revela o rito ocidental relacionado à morte: a morte de alguém implica no sofrimento das pessoas próximas a ele. Isso pode ser melhor compreendido considerando-se que não se tem somente protótipos de ‘objetos’, mas também protótipos de ações, de emoções e de ritos sociais. Ou seja, todo ‘rito social’ é formado por uma série de traços típicos.

4.6 - Sobre os padrões de referência

Os padrões de referência são construídos a partir de cada situação de fala, havendo desta forma um componente dêitico.

Segundo DUBOIS (1973), todo enunciado se realiza em uma situação definida pelas coordenadas espaço-temporais: o sujeito refere o seu enunciado ao momento da enunciação, aos participantes na comunicação e ao lugar em que o enunciado se produz. Tais referências formam a dêixis, e os elementos lingüísticos que situam o enunciado são os

dêiticos. “A dêixis é, pois, um modo particular de atualização que usa ou o gesto (dêixis mimica) ou termos na língua chamados dêiticos (dêixis verbal) {*Op.cit.*: p.: 168).”

WEINREICH {*apud* DUBOIS, 1973) aponta os seguintes fatores como possíveis fatores de serem usados para a dêixis:

- (a) a origem do discurso: o eu e o interlocutor do discurso: o tu ou você;
- (b) o tempo do discurso e
- (c) o lugar do discurso.

Para DUCROT (1972), entendem-se por dêiticos as expressões cujo referente só pode ser determinado em relação aos interlocutores.

A tipologia, proposta acima, tem como base esses três eixos para a classificação dos padrões de referência:

- (1) a origem do discurso: o termo comparante aparece na forma de pronomes pessoais ou de possessivos: eu, nós, a gente, teu, etc.
- (2) o tempo do discurso: o termo comparante é um advérbio ou expressão adverbial que dá indicação temporal ao discurso: antigamente, uma vez, agora, hoje, etc.
- (3) o lugar do discurso: o termo comparante é um advérbio que indica a localização espacial do discurso: aqui, ali, etc.

4.6.1 - Os participantes do discurso

Dado o fato de que o falante refere seu enunciado em relação ao seus participantes, foram encontrados vários enunciados comparativos em que o termo comparante ocorre como um pronome. Os termos comparantes dos enunciados abaixo então sublinhados:

(29) Então eu acho que amiga é amiga, né? entende? então, ela era super legal nesse ponto, assim como eu era com ela, também, né? (SC CHP 09: 1224)

(30) (sobre os filhos da entrevistada) E o que que tu queres assim, que eles façam no futuro?

Ah, sei lá agora, acho que isso aí é eles que vão ter que decidir, né? Mas gostaria que todos eles tivessem uma boa profissão. Que não precisassem de sofrer, né? que nem nós sofremos para ter as coisas. (SC CHP 12: 115)

(31) Os rapazes: eu tenho um irmão que é professor e leciona aula lá em Itapema. O restante é que nem a gente aqui, que é tudo mecânico. (SC FLP 10: 16)

(32) E eu me lembro da minha mãe. Ela era assim meio parecida com você assim sabe? Só que ela era clara. Me lembro até do vestido que ela tinha. Ela tinha um vestido branco com umas flores vermelhas assim. Ela era alta, os cabelos assim que nem os teus, sabes? (SC LAG F A PRI01:249)

(33) Nossa! Muita dificuldade pra aprender o português?

Foi difícil, foi. Mas a gente foi pegando o jeito, né? que nem os meus fiUios, também. O pequeno, a gente só fala o alemão mas ele já está pegando o português, né? e já fala alguma coisa. (SC BLU 02: 90)

Em (29), ao falar sobre uma amizade de longa data, a falante compara sua amiga a si mesma. A falante diz que sua amiga era *super legal* assim como ela era. Não é difícil de perceber que o que se está predicando é fortemente vago. Ou seja, o que é ser *super legal* não pode ser definido por um conjunto de condições necessárias e suficientes, sendo que a apHcabilidade dos termos deixa dúvidas. Neste caso pareceria ser problemático admitir a idéia de que a vagueza fosse reduzida com a introdução da comparação. No entanto, deve-se partir da hipótese de que o falante ao apresentar-se a si mesmo como um protótipo de AMIGO SUPER LEGAL, assim o faz porque reconhece em si os traços que definem tal categoria e que mesmo que a vagueza não seja eliminada, é oferecido ao interlocutor um novo parâmetro para a recategorização.

Em (32), tem-se um bom exemplo do funcionamento da comparação como um mecanismo de recategorização. Ao falar sobre sua mãe, o informante compara os cabelos dela aos cabelos da entrevistadora. Não há, neste caso, a necessidade de se especificar o que os cabelos teriam em comum; comprimento, cor, ondulação, etc... O que se está comparando é o todo, ou seja, caracteriza-se aí a comparação assimilativa. Os cabelos da entrevistadora são usados como um parâmetro para se construir a imagem dos cabelos da mãe do falante. Deste modo, mesmo que o interlocutor, no caso a própria entrevistadora, não conheça a mãe do falante, poderá construir uma imagem dela a partir do parâmetro oferecido pelo locutor. Ou seja, o que ocorre é um processo de recategorização.

Deve-se observar que, em alguns casos, além de ocorrer um dêitico que se refere aos participantes do enunciado, também ocorre um dêitico que dá a indicação temporal:

(34) (sobre os filhos da entrevistada) E o que que tu queres assim, que eles façam no futuro?

Ali, sei lá agora, acho que isso aí é eles que vão ter que decidir, né? Mas gostaria que todos eles tivessem uma boa profissão. Que não precisassem de sofrer, né? que nem nós sofremos para ter as coisas. (SC CHP 12: 115)

(35) Eu nem deito na cama dele (do filio) pra não deixar o cheiro de cigarro, que ele não suporta, não vou abusar. Então nós respeitamos. Quando eles respeitam os pais, como eu respeito eles também em casa. (SC FPL 04: 397)

(36) Na época em que eles eram menores, tudo bem, que a gente repreende daqui, repreende dali, dá uma palmadinha dali, mas na época de que eles vão criando uma idade, como a idade dele, eu não posso mais brigar com ele como eu brigava quando era menino. (SC FPL 04: 397)

Nesses casos julgou-se pertinente considerá-los casos de indicação dos participantes do discurso e não de indicação temporal do discurso. Isto pode ser justificado se for considerado que as ações são usadas como ações prototípicas praticadas pelos participantes do discurso. Segundo DUCROT (1972:283), o tempo do verbo não serve apenas para designar a temporalidade mas significa também uma relação particular entre aquele que fala e aquilo do que se fala.

4.6.2- Sobre o tempo e o lugar do discurso: o uso dos circunstanciais

Ao analisar as ocorrências dos advérbios circunstanciais do Projeto NURC, MOURA NEVES (1992) considera a existência de elementos em si mesmos fóricos e de elementos não-fóricos entre os advérbios de lugar e tempo. Fóricos são os elementos que propiciam a busca ou recuperação de informação, remetendo a um ponto do enunciado ou a situação de enunciação, Dêixis e forismo são desvinculados, mesmo que todo circunstancial fórico seja dêitico. Os advérbios fóricos são de natureza pronominal, são proformas ou proadvérbios e isto lhes confere um comportamento particular. A autora propõe uma subclassificação para os advérbios de lugar e tempo, aqui serão apresentados somente os tipos que se encaixam nesta pesquisa:

I- Para os advérbios de tempo:

1- Fóricos (proadvérbios de tempo): como a expressão de tempo pode ligar-se a escalas concretas de medição, determinadas fisicamente, a relação com o momento de enunciação (o falante-agora) pode representar um período mais distinto (passado ou futuro) do momento da enunciação:

(37) Os bailes, antigamente, não tinha aparelho de som que nem hoje... (SC CHP 18: 539)

(38) Ah, eu já contei que eram severos porque, digamos assim, não tinham tanta Hberdade como tem hoje, né? (SC CHP 19: 260)

Agora não exprime momento ou período fisicamente delimitado, apresenta uma variação de abrangência que pode ser reduzida a um mínimo ou abranger um período maior ou menor, não só no presente mas no passado e futuro também, desde que se aproxime do momento de enunciação:

(39) Porque naquele tempo lá era mais sério o namoro- não é que nem agora. (SC CHP 14: 270)

(40) Então tem muito roubo hoje, tem muito roubo, também. Antigamente não tinha tanto rolo como tem agora. (SC FLP 10: 768)

II- Para os advérbios de lugar

1- Fóricos: a circunstanciação é referida aos participantes do discurso ou a pontos de referência do texto, numa escala de proximidade espacial:

(41) Não tem gente que usa droga?

Não. Chapecó é que nem ali esse lugar ali, onde que eu moro, por enquanto, não. (SC CHP 01: 1132)

A característica semântica geral dos advérbios de lugar é a indicação de circunstância de lugar. Dentre a classificação dos circunstanciais de lugar, proposta por Moura Neves, verificou-se que para os advérbios situativos ocorreram somente os que indicam posição absoluta como o enunciado (41).

Os advérbios de tempo têm como função semântica indicar a circunstância de tempo, no *corpus* em análise foram encontrados advérbios que indicam as seguintes circunstâncias de tempo:

1- Situação: os advérbios situativos de tempo respondem à pergunta *quando?* e podem representar uma situação absoluta indicando momento ou período situado na escala do tempo:

1.1- Referem-se a um momento ou período determinado na enunciação ou de outro ponto do enunciado (fóricos)

agora, “na época atual”

(42) Dai que eu casei, né? com dezenove anos, daí minha adolescência não foi [muito], muito movimentada, não que nem é agora, né? hoje em dia. (SC CHP 12: 47)

hoje: “na época atual”

(43) Ah, eu já contei que eram severos porque, digamos assim, não tinham tanta liberdade como tem hoje. né? (SC CHP 19: 260)

antigamente: “em época bem anterior a esta”

(44) Hoje em dia, a situação está mais difícil, mesmo as crianças acho que não gostam mais brincar tanto por aí como antigamente. (SC BLU 20: 993)

antes = *antigamente*

(45) Pois é, era uma educação boa. Eu acho que se hoje fosse que nem era antes, não dava tanta malandragem, assim como tem muita criança que vive na rua. Então se os pais corrigissem bem, como era antes, daí se criavam que nem nós se criamos. (SC LAG 08: 818)

O uso de circunstanciais que permitem a recuperação de informações em um ponto do enunciado ou da enunciação, permite postular que tal recuperação ajude a reduzir a vagueza do que se predica sobre os termos envolvidos. Deve-se considerar que não se estabelece uma relação de equivalência entre os termos em comparação, mas sim a determinação parcial de um termo em referência a outro. Para determinar A em relação a B é necessário conhecer a relação entre A e B, sendo necessário então conhecer A e B. Uma das hipóteses levantadas é de que há uma forte relação entre termo comparante e informação não-nova: o termo comparante (B) seria introduzido no discurso com o estatuto

de uma informação dada, ou seja, compartilhada pelos interlocutores. Uma vez que o termo comparado apresenta-se como tema da comparação, sua menção no discurso é, geralmente, anterior à ocorrência no enunciado comparativo. Desta forma, parece coerente admitir que, na maioria dos casos, ambos os termos da comparação estão ativados na memória dos interlocutores e possuem o estatuto de uma informação dada e assim é possível fazer o exercício de projeção comparativa. Para tal, deve-se considerar que a informação seja dada não só pelo enunciado, mas também pela enunciação.

GORSKI (1991:97) propõe uma classificação²³ para o *status* informacional dos referentes de um texto:

REFERENTES

novos: -em folha

-ancorados

-disponíveis: -únicos

- não-únicos

inferíveis: - ancorados

- não-ancorados

dados: -textualmente: - anafóricos

- decorrentes

- situacionalmente

Os circunstanciais encontrados no *corpus* são, de acordo com a classificação acima, situacionalmente dados, têm antecedentes pragmáticos, são dêiticos e apontam diretamente para o contexto situacional. Segundo Gorski, a classificação acima leva em conta a perspectiva do falante e do ouvinte. O falante decide que estratégia usar para determinar o status informacional do referente de acordo com a construção do modelo de discurso. A informação é introduzida tendo em vista o que se supõe estar ou não no foco de consciência do ouvinte, ou ser ou não o ouvinte capaz de processar sem dificuldades, com base nos contextos situacional e cultural. Pode-se dizer, então, que a informação dada funciona como contrapeso à vagueza, pois ajuda a manter equilíbrio necessário para dar continuidade ao discurso.

²³ A classificação é uma ampliação da taxonomia de PRINCE (1981:235-237)

5 - Conclusão

Neste capítulo foi apresentada uma proposta semântica para a classificação dos enunciados comparativos. Tal tipologia tem como eixo estruturador os termos empregados como termos comparantes em uma construção comparativa. Pode-se observar que a escolha do termo comparante é, em grande parte, determinada pelo tipo de discurso em que o enunciado comparativo é empregado. Os dados que compõem o *corpus* em análise foram extraídos de entrevista em que os interlocutores (entrevistadores e entrevistados) não se conheciam anteriormente, desta forma, para que a interlocução fosse possível e tivesse êxito tomou-se necessário uma espécie de simplificação do conteúdo do conteúdo abordado. Assim, entende-se o porquê da alta ocorrência dos padrões de referência nos enunciados comparativos; para que o discurso tivesse progressão, visto que o interlocutor não compartilhava do mesmo conjunto de conhecimentos, tornou-se necessário que as informações veiculadas ao discurso pudessem ser entendidas, para tal, o emprego de elementos dêiticos, que se referem aos elementos do discurso, mostrou-se um recurso útil.

5 - CONCLUSÃO

Ao longo de todo este trabalho analisou-se como a comparação funciona em comunicação oral. Além de se observar os aspectos semânticos, observou-se também os aspectos cognitivos envolvidos nos processos de comparação. Antes de traçar algumas conclusões acerca do tema aqui abordado, é necessário que algumas considerações sejam feitas.

Durante a elaboração deste trabalho, abandonou-se parcialmente uma das hipóteses levantadas no projeto de dissertação. Tal hipótese dizia respeito à relação existente entre termo comparante e informação velha, visto que, se o termo comparante tivesse o estatuto de informação velha, informação já compartilhada pelos interlocutores, tal aspecto seria um fator que ajudaria a reduzir a vagueza do que se predicaria sobre os termos dos enunciados. Tal abandono justifica-se por dois fatores. Primeiramente, porque este trabalho ao investigar os enunciados comparativos precisou ter como base elementos da teoria dos protótipos, que se caracteriza por seus aspectos cognitivos, da semântica dos predicados vagos e de estudos semânticos e sintáticos que enfocam a comparação. Desta forma, o estudo tomou uma direção semântico-cognitiva e tornou-se difícil acrescentar mais um elemento à análise. O segundo fator está relacionado ao tempo para a execução do trabalho. Para proceder à leitura básica da área de estatuto informacional, proceder à análise dos dados identificando o estatuto informacional dos termos e relacioná-los às outras hipóteses demandaria um tempo adicional não disponível.

Contudo, a hipótese aqui deixada de lado pode ser um bom ponto de partida para a realização de outra pesquisa que queira investigar o papel do estatuto informacional no processamento das informações e, em especial, das que apresentam certa indeterminação.

Concluir um trabalho de natureza semântica é extremamente difícil, ainda mais quando elementos relacionados à cognição também estão em cena. Mas algumas conclusões preliminares podem ser traçadas. Uma delas é a que diz respeito à hipótese inicial deste trabalho, ou seja, a comparação não elimina a vagueza dos termos de um discurso. Como se observou em vários momentos deste trabalho, a comparação ajuda a reduzir a indeterminação de termos (ou do que se predica sobre um termo) através de um processo aqui chamado de recategorização. A comparação é um processo lingüístico que acarreta um processo cognitivo, ou seja, para que o interlocutor possa processar uma

informação vaga o locutor oferece um parâmetro para a recategorização de tal informação, este parâmetro, geralmente, aparece como um protótipo.

Os dados analisados permitem concluir que a natureza dos termos de um discurso é determinada, em grande parte, pela natureza do discurso em que tais termos estão inseridos. Neste trabalho, os dados analisados faziam parte de entrevistas, ou seja, comunicação oral, em que os falantes relataram fatos sobre suas vidas, experiências e opiniões. Além disso, os interlocutores não compartilhavam um conjunto de conhecimentos e isto poderia interferir no processo comunicativo. No entanto, o locutor conscientemente ou não, ao fazer as comparações, ajuda a dar progressão no discurso. Desta forma, além de considerar a comparação um mecanismo de recategorização pode-se dizer que ela corresponde ao Princípio de Cooperação proposto por GRICE (1967) e em especial à máxima conversacional de modo que diz: “Seja claro: evite obscuridade de expressão; evite ambigüidades; seja breve e seja ordenado”.

Além desses aspectos, não se pode deixar de observar o modo de classificação dos enunciados comparativos proposto pela maioria das gramáticas. Em geral, nas gramáticas, quando se fala em grau comparativo encontra-se que o advérbio ou adjetivo pode estar em condição de igualdade, superioridade ou inferioridade. No entanto, a análise dos dados, mostrou que a desigualdade também existe e ocorre principalmente com o operador *diferente de* e nem sempre pode se depreender a inferioridade ou a superioridade de uma comparação de desigualdade.

Para finalizar, basta dizer que muito do que aqui foi escrito não pode ser considerado original e muito menos acabado. Alguns pontos, com certeza, mereceriam maior atenção, como o caso do estatuto informacional, mas o ponto final precisa (e merece) ser escrito.

6- BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES. Arte retórica e arte poética. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- ALMEIDA, N. M. Gramática metódica da língua portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1982.
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. São Paulo: Compainha Editorial Nacional, 1976.
- BLACK, M. Margins of precison. Ithaca: Cornell University Press, 1970.
- BIERWISCH, M. "A classificação dos traços semânticos". Fundamentos metodológicos da lingüística n.3, p.63-111. 1982.
- BLAKEMORE, D. Understanding utterances. Cambridge, Massachusetts: Blackewell, 1992.
- CASTILHO, A. T. A gramática do português falado I. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- CEGALLA, D. Novíssima gramática da lingua portuguesa. São Paulo: Editora Nacional, 1985.
- CHAPMAN, R.S. Processos e distúrbios na aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- COLEMAN, L. & KAY, P. "Prototype semantics: the English *Lié*". Language, v.1, n.57, p.26-44, 1981.
- COUTINHO, I.L. Pontos de gramática histórica. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1976.
- CRAIG, C. Noun classes and categorization. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1986.
- DUBOIS, J. et al. Dicionário de lingüística São Paulo: Cuhrix, 1973.
- DUCROT, O & TODOROV, T. Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- DUCROT, O. Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer. São Paulo: Cuhrix, 1972.
- ELIA, S. Preparação á lingüística românica. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1979.
- FARACO, C. & MOURA, F. Gramática. São Paulo: Ática, 1987.
- FELTES, H.P.M. "A semântica cognitiva prototípica de George Lakoff". Letras de Hoje, V.27, n.3, p.49-71, 1992.
- FILIPAK, F. Teoria da metáfora. Curitiba: HDV, 1985.

- FUCHS, C. "Le vague et l'ambigu: deux frères ennemis", Ouademi di Semântica v.2, n.7, p.234-245, 198.6,
- GARCIA-PAGE, M. "Más sobre la comparativa fraseológica en espafiol". LEA, v.1, n. XVII, p.49-77,1996.
- GILLON, B. "Ambiguity, generality and indeterminacy: testes and definitions". Svnthese, n.85, p.391-416, 1990.
- GORSKI, E. M. "Continuidade no discurso". In VOTRE, Sebastião. A lingua em uso na fala e na escrita. Rio de Janeiro, 1991.
- GRICE, H. "Logic and conversation". In Syntax and semantics 3. New York: Acadmic Press, 1967.
- HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R. Cohesion in English. London and New York: Longman, 1976.
- KAMP, J, A. W. "Two theories about adjectives". In Kelnan, E.L. (ed). Formal semantics of natural languages. Cambridge: CambridgeUniversity Press, 1975.
- KATZ, J. "O escopo da semântica". Fundamentos metodológicos da lingüística n.3, p.43-61, 1982.
- KEMPSO, R. Teoria semântica. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- KLEIBER, G. La sémantique du prototype. PUF, Paris, 1990.
- KLEIN, E, "The interpretation of adjectival comparatives". Journal of pragmatics, n.18, p.113-136, 1992.
- KOCH, Ingedore G. V. Argumentação e Linguagem. São Paulo: Cortez, 1987.
- LAKOFF, G. "Hedges: a study in meaning criteria and the logic of fizzy concepts". Chicago linguistic Societv, n.8. p. 183-228, 1972.
- _____, Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind. Chicago: Chicago University Press, 1987.
- LUFT, C.P. Moderna gramática brasileira. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- LYONS, John. Linguagem e lingüística: uma introdução. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- MARTIN, R. "Le vague et la sémantique de l'adiectif". Ouaderni di Semantic, vol. 2, n. 7, p.246-263, 1986.
- MARTIN, R. Pour une logique du sens. Paris: PUF, 1992.
- MOURA, H. O buraco negro do valor de verdade: a semântica dos predicados vagos. Tese de Doutorado: UNICAMP, 1996.

- ____. "La comparaison; restructuration de catégories". Annales des XVI Congrès International des linguistes. Paris; Elsevier, no prelo.
- ____. SURDI, M.N. "Um olhar sobre a semântica da comparação". Working Papers em Lingüística- UFSC. n.1, p.31-54, 1997.
- MOURA NEVES, M.H. "Advérbios circunstanciais (de lugar e de tempo)". In ILARI, R. (org.) A gramática do português falado II. Campinas; Editora da UNICAMP, 1992.
- NAPOLI, D. J. "Comparative ellipsis; a phrase structure analyses". Linguistic Inquiry. v.4, n.14, p. 675-694, 1983.
- ORTONY, A. Metaphor and thought. New York; Cambridge University Press, 1979.
- PAIVA, M. C. De. Ordenação das cláusulas causais; forma e função. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.
- PAULIUKONIS, M. A. L. "Comparação e argumentação; duas noções complementares". In Santos, Leonor Wemeck dos (org.) Discurso, coesão, argumentação. Rio de Janeiro; Oficina do Autor, 1996.
- PETERFALVI, Jean Michel. Introdução à psicolingüística. São Paulo; Cultrix, 1973.
- PINKAL, M. Logic and lexicon; the semantics of the indefinite. Netherlands; Kluwer Academic Publishers, 1995.
- PRINCE, E. F. "Toward a taxonomy of given-new information". IN; COLE, P. (ed). Radical pragmatics. New York; Academic Press, 1981.
- PUTNAM, H. Mind, language and reality. Cambridge; Cambridge University Press, 1975.
- ____. Représentation et réalité. Paris; Gallimard, 1990.
- QUINE, W. Word and object. Cambridge, Massachussets; MIT Press, 1960.
- ____. ■ Theories and things. Cambridge, Massachussets; Harvard Press, 1981.
- SADOCK, J. "The position of vagueness among insecurities of language". Quaderni di Semantica. v.2, n.7, p.267-276, 1973.
- SAID ALI, M. Gramática histórica da língua portuguesa. São Paulo; Melhoramentos, 1931.
- SAPIR, E. "O grau; estudo de semântica". Lingüística como ciência. Rio de Janeiro; Livraria Acadêmica, 1969.
- STASSEN, L. Comparison and universal grammar. Oxford; Basil Blackwell, 1985.
- STRAWSON, P.F. "Significado e verdade". Fundamentos metodológicos da lingüística n.3, p. 177-212, 1982.

- TAYLOR, J. Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory. Oxford: Claredon Press, 199L
- TRACY, L. “La *clé* du mystère: mettre le référent à sa place...” Langue Française n. 113, p.66-78, 1997.
- VOGT, C. O intervalo semântico. São Paulo: Ática, 1977.
- WARREN, B. “Ambiguity and vagueness in adjectives”. Studia Linguistica v.2, n.42, p. 122-72, 1988.
- WIERZBICKA, A. The semantics of natural language. Australia: AP Academic Press, 1980.
- WITTGENSTEIN, L. Investigações filosóficas. (Col. Os Pensadores), São Paulo: Ática, 1984.